

Não à privatização da Segurança Social



■ Edgar Correia

Pág. 19

A televisão codificada

Assim como o acesso à electricidade, ao telefone e ao saneamento básico não deve restringir-se às populações do litoral ou dos grandes centros urbanos, também as novas possibilidades abertas pela televisão por cabo não devem ser negadas aos residentes do interior.

■ António Filipe

Pág. 22

Irlanda do Norte à espera da paz

■ Daniel Rosário

Pág. 24

INTERNACIONAL

Alemanha despede Khol

Eleitores dão vitória ao SPD e reforçam significativamente os comunistas do PDS, que pela primeira vez ultrapassam a barreira dos cinco por cento, elegendo 35 deputados.

Pág. 15

Álvaro Cunhal
sobre
a Regionalização

**IMPORTA VOTAR
E GANHAR
O ELEITORADO
PARA VOTAR**

SIM

Pág. 32

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Outubro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1296 • Director: José Casanova

PCP lança o alerta contra pacote laboral Governo faz o frete ao GRANDE PATRONATO

● Encontro Nacional de Quadros do PCP no próximo sábado em Lisboa



Págs. 5, 20 e 21

O GRANDE CAPITAL PORTUGUÊS E A REGIONALIZAÇÃO

Págs. 16, 17 e 18

■ Agostinho Lopes



Carlos Carvalho em Águeda, na sexta-feira

RESUMO

23
Quarta-feira

Os médicos do Hospital Pediátrico de Coimbra e do Hospital de Faro protestam contra a falta de condições de trabalho ■ As propostas de reforma da Segurança Social são aprovadas na generalidade pela Assembleia da República ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova uma proposta que prevê a intervenção militar no Kosovo, para manter o cessar-fogo ■ O Governo angolano decide readmitir os seus membros provenientes da Unita ■ O Paquistão compromete-se a assinar o tratado de proibição de ensaios nucleares assim que os EUA levarem as sanções sobre o seu país.

24
Quinta-feira

«Portugal e o futuro da União Europeia» é debatido em Lisboa, no âmbito da iniciativa do PCP Portugal 2000 ■ A CAP organiza novos protestos contra o ministro da Agricultura ■ O Governo espanhol decide encerrar as fronteiras à exportação de carne bovina proveniente de Portugal, devido aos casos de BSE ■ Os ministros da Defesa da NATO aprovam a constituição de uma força de intervenção para o Kosovo ■ O Irão retira a sentença de morte ao escritor Salman Rushdie ■ A UE anula os concursos para a admissão de novos funcionários da Comissão Europeia, depois de ser alertada para vários casos de fraude ■ A Bélgica suspende os processos de repatriamento forçado de candidatos ao estatuto de refugiados, depois da morte de uma nigeriana devido a maus tratamentos policiais.

25
Sexta-feira

Carlos Carvalho desloca-se ao distrito de Aveiro, onde participa em vários encontros de debate sobre a regionalização ■ O governador do Banco de Portugal revela a intenção de prosseguir o movimento de descida das taxas de juro interrompido em Maio ■ Em Lisboa, termina a IV Cimeira Euro-Mediterrânica ■ Tem início, em Lisboa, uma conferência sobre o futuro de Timor-Leste, patrocinada pela Fundação para a Reconciliação e Desenvolvimento de Abílio Araújo ■ Um avião espanhol cai em Melilla, Marrocos, matando 38 pessoas.

26
Sábado

A regionalização continua a ser debatida pelo Secretário-Geral do PCP, agora na Guarda e em Cas-

telo Branco ■ Realiza-se, em Faro, o Encontro Regional de Quadros do Algarve ■ O furacão «George» devasta o Estado da Florida, nos EUA ■ Cerca de 40 imigrantes ilegais ocupam uma igreja de Paris, exigindo a regularização da sua situação ■ A África do Sul envia mais tropas e carros blindados para o Lesoto, para pôr fim com os roubos e a destruição ■ O SDK - actualmente na oposição - vence as eleições eslovacas.

27
Domingo

O Partido Social-Democrata de Gerhard Schröder vence as eleições na Alemanha ■ No Brasil, o militante dos Sem-Terra, Veneslau Pereira da Silva, é assassinado por homens armados vestidos com a farda da polícia ■ Bill Clinton aceita indemnizar Paula Jones em meio milhão de dólares pelo processo de assédio sexual ■ Dezenas de pessoas ficaram feridas em Israel, depois de violentos confrontos entre a polícia e árabes israelitas.

28
Segunda-feira

A CGTP anuncia a realização de manifestações e greves para Outubro, no caso de o Governo não alterar as suas posições sobre as reformas da legislação laboral e da Segurança Social ■ É inaugurado, em Santa Maria da Feira, o primeiro parque de ciência do país, o Visionarium ■ A Comissão Europeia dá razão à Espanha na sua decisão de encerrar as fronteiras à carne bovina portuguesa ■ Bill Clinton recebe na Casa Branca o presidente Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu e apresenta um plano de trabalho para relançar o processo de paz no Médio Oriente ■ O primeiro-ministro sérvio anuncia o fim das acções militares no Kosovo.

29
Terça-feira

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, anuncia que Portugal irá suportar os encargos inerentes ao pagamento de subsídios de reintegração a titulares de cargos políticos em Macau ■ Helmut Kohl escolhe Wolfgang Schäuble como próximo presidente da União Cristã-Democrata (CDU) e do grupo parlamentar democrata-cristão no Bundestag ■ Unidades do exército jugoslavo e da polícia sérvia começam a regressar aos seus quartéis no Kosovo ■ Yasser Arafat, em encontro com Bill Clinton, aceita a fórmula «dez mais três» para a retirada militar israelita da Cisjordânia.

EDITORIAL

Sem sombra de pecado

Já foi devidamente sublinhada por vários comentadores - nomeadamente e em primeiro lugar por Anabela Fino, no «Avante!» de há uma semana - a hipocrisia patente na decisão anunciada por 14 órgãos de comunicação social de não voltarem a «pormenorizar aspectos da intimidade de Clinton que não se revistam de óbvio interesse público». A evolução posterior das coisas e a forma concreta como essa decisão tem vindo a ser cumprida justificam, no entanto, que se retome o tema.

Como se sabe, a nobilíssima decisão dos 14 magníficos foi tomada depois de todos ou quase todos eles terem explorado até ao tutano todas as «intimidades» disponíveis do Presidente dos EUA. Ou seja: depois de divulgarem tudo (nalguns casos com requintes de sordidez), decidem não divulgar mais nada. Além disso, e ficando o «óbvio interesse público» dependente dos critérios dos 14 moralistas, ei-los com a faca e o queijo na mão, aptos a fazerem o que muito bem entenderem e com a vantagem que a pública penitência lhes confere de se apresentarem perdoados, puros e imaculados. Louvados até, já que, sendo a decisão aparentemente louvável, este tempo de aparências que vivemos torna-a louvável *tout court*. Aliás, hão-de ter sido estas e outras razões que levaram o inimitável Tony Coelho não só a passar-lhes público atestado de bom e exemplar comportamento mas também a comprometer-se a fazer chegar ao Presidente Clinton a notícia da sua boa acção - deixando mesmo no ar, à sua maneira, a possibilidade de qualquer presidencial recompensa.

Naturalmente, a decisão dos 14 não é um caso isolado. Ela surge empurrada pela vaga subsequente à mundial divulgação da célebre *cassette* - vaga branqueadora do Presidente Clinton, visando transformá-lo na pobre vítima desse «inquisidor implacável» que dá pelo nome de Kenneth Starr. Sem essa vaga, nascida sabe-se lá onde e de que pais..., é de presumir que os 14 teriam ficado silenciosos.

Com efeito, a divulgação planetária da famigerada e multi-anunciada *cassette* viria a revelar-se altamente favorável ao Presidente Clinton. Ao que parece, a figura deprimente e degradante a que Clinton se prestou foi sumamente apreciada por muita gente nos Estados Unidos da América e não só.

A partir desse momento, no plano interno, os vícios privados assumidos publicamente pelo Presidente foram submersos por uma autêntica maré de públicas virtudes, muitas delas só privadamente assumidas. As sondagens de opinião - que nos EUA valem mais do que todos os procuradores juntos - mostraram que o povo norte-americano estava com o seu Presidente, que se estava marimbando para as aventuras eróticas da Sala Oval

(quicá louvando-as...), que apreciava, isso sim, a política por ele praticada, o seu apego permanente ao universal respeito pelos direitos humanos, a sua corajosa determinação em acabar com o terrorismo no Mundo, enfim, as tretas do costume.

No plano externo, sucederam-se as manifestações de solidariedade: solidariedade com as práticas privadas do cidadão Clinton?; solidariedade com as práticas políticas do Presidente Clinton? Sabe-se lá... A verdade é que todos vimos e ouvimos, na sessão da ONU, aqueles fervorosos e prolongados aplausos (a quê?); e todos lemos que um grupo de consagrados intelectuais, capitaneados pelo dinâmico Jack Lang, fez questão de enviar aquele abraço a Clinton (por quê?). Daí a decisão dos 14, a sua angelical determinação de não mais divulgarem «aspectos da intimidade de Clinton que não se revistam de óbvio interesse público».

*Ao fim e ao cabo,
Clinton e Starr são
duas peças de uma
mesma engrenagem,
produtos perversos de
um sistema perverso e
em acelerado processo
de degradação moral,
política, humana.*

Foi talvez por efeito dessa pia profissão de fé que a generalidade dos 14 órgãos de comunicação social ignorou, ou remeteu para escondidas páginas interiores, a informação de que o bombardeamento de uma fábrica sudanesa de produtos farmacêuticos, ordenada por Clinton em 20 de Agosto passado, se deveu a «razões puramente políticas» e constitui «um crime à luz da lei internacional». Na altura, Clinton

justificou o bombardeamento alegando que se tratava de uma fábrica de armas químicas. Estava a mentir. E desta vez com consequências bem mais graves do que as decorrentes das mentiras sobre a sua vida privada.

Clinton estará a ser, possivelmente, vítima de uma tentativa de liquidação política a partir da exploração judicial e pública de determinados comportamentos e relações íntimas. Mas é preciso dizer que qualquer cidadão possuidor de um miligrama de dignidade teria recusado liminarmente colaborar em semelhante processo inquisitorial sobre a sua vida privada.

Kenneth Starr será, possivelmente, o «inquisidor implacável», o «beato reaccionário» representante de um qualquer «império do mal», a sinistra sentinela vigilante de um puritanismo medieval. Mas é preciso dizer que as armas que utilizou contra Clinton fazem parte do arsenal do sistema judicial norte-americano, ou seja, foi no estrito quadro da legalidade vigente que ele fez o que fez.

Ao fim e ao cabo, Clinton e Starr são duas peças de uma mesma engrenagem, produtos perversos de um sistema perverso e em acelerado processo de degradação moral, política, humana.

Abençoar o primeiro e demonizar o segundo constitui, assim, contradição flagrante. Mas é um facto consumado: Starr está irremediavelmente condenado a personificar o «inquisidor implacável», cabendo a Clinton o papel da «vítima» que, sem sombra de pecado, continuará a agir em conformidade com os interesses do imperialismo norte-americano.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada 2.ª-feira
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1150 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Robins dos Bosques

Na vaga informativa que antecedeu as eleições na Alemanha, o presumível vencedor, Gerard Schroeder, foi-nos apresentado ora como um homem com "estreitas ligações" e "privilegiadas relações" com o grande capital, ora como um "Robin dos Bosques que irá tirar aos ricos para dar aos pobres". Schroeder, por seu lado, não confirmava nem desmentia nenhuma das caracterizações, antes pelo contrário. O que se percebe na medida em que essa dupla e antagónica imagem, apesar de não dar a bota com a perdigota (ou talvez por isso), servia às mil maravilhas o seu objectivo de captar os votos necessários à vitória eleitoral. Todavia, e porque ficava mal não dizer alguma coisa sobre si próprio, lá foi informando que Blair e Clinton eram os seus modelos, as suas referências políticas fundamentais e que o seu "grande objectivo era a modernização do país". E, com isto, disse tudo.

De facto, ao identificar-se com quem se identificou, e ao erguer tão alto a bandeira

da modernização (e nós a julgarmos, porque assim nos tem sido repetidamente garantido, que a Alemanha era o supra sumo da modernidade...), Schroeder confirmava as opiniões dos que diziam que "ninguém espera grandes alterações nas políticas económicas no caso de Gerard Schroeder vir a ser o próximo chanceler da Alemanha".

Contados os votos e apurado o vencedor, ficámos a saber que, afinal, "a Alemanha optou pela mudança" e que em todo o país se vivia "a grande euforia da mudança". Mudança de pessoas e não de política, entenda-se. Porque tudo indica que, lá como cá, a incontestável vontade de mudança de política expressa na votação terá como resposta a continuação da política de direita com todas as consequências daí decorrentes. A confirmá-lo aí estão as declarações proferidas por Blair o qual, regozijando-se com a vitória de Schroeder, sublinhou que ela "faz com que tenhamos

na França, na Alemanha e na Grã-Bretanha governos que partilham a mesma perspectiva" de "criar uma Europa próspera, economicamente competitiva e garantindo, ao mesmo tempo, um nível elevado de justiça social". Injusto e ingrato Blair! : então não era essa mesma a perspectiva do derrotado Helmut Kohl? A não ser que ao dizer o que disse Blair estivesse a pensar mais em termos de família política no poder... Mas se assim é, injusto e ingrato Blair novamente: então e o engenheiro Guterres não conta?, não é da família?, e não tem, além disso, a vantagem de o seu governo perfilhar, agora e sempre e seja ela qual for, a mesmíssima perspectiva dos governos francês, alemão e britânico?, e não é, ele também e tanto como qualquer dos outros, um verdadeiro Robin dos Bosques que em vez de tirar aos ricos para dar aos pobres, faz exactamente o contrário?

■ José Casanova

Perguntemos antes...

Não vale a pena fingir que não vimos e não vale a pena ignorar os efeitos negativos daquilo que vimos. Melhor é mesmo enfrentar a coisa de frente.

Estamos a falar da manchete do «Público» de sábado passado que, revelando os resultados de uma sondagem sobre o referendo de 8 de Novembro, gritava «Não 60,9% Sim 39,1%».

E estamos igualmente a falar da manchete do «Diário de Notícias» de segunda-feira que, também sobre uma sondagem similar, gritava «não 44% sim 36%».

Assumidos os factos, poderíamos agora partir para uma digressão onde pedíssemos aos defensores do sim que reparassem que a própria diferença de resultados (entre estas duas sondagens e entre estas e outras anteriores) mostra a precariedade e incerteza relativa destas consultas e que nada está antecipadamente decidido.

Poderíamos lembrar que o «Público», se não tivesse querido insistir no truque de fazer desaparecer da manchete os que «não sabem/não respondem» e de repartir matematicamente os «indecisos» pela proporção de sins e não registados (assim pondo a falar quem a única coisa que disse na sondagem foi que não abria a boca), o que deveria ter levado para a manchete era «Não 42,4%, Sim 27,2%, Indecisos 30,3%».

Poderíamos lembrar que, no caso da manchete do «Público», e ao contrário do que poderá parecer, o sim para ganhar não precisaria de recuperar 20 pontos mas cerca de 11, porque num universo percentual em que só entram duas posições, os pontos que um lado ganhar são automaticamente os mesmos pontos perdidos pelo outro lado.

Também poderíamos lembrar que, ainda há pouco tempo, nos passou diante dos olhos uma sondagem com 6500 inquiridos (dez vezes

mais que a amostra do «DN» e cinco vezes mais que a do «Público») em que, pelo critério agora usado pelo «Público», o resultado seria «Sim 50,6% Não 49,4%» e, pelo critério agora usado pelo «DN», seria «Sim 30,9% Não 30,1%».

E sobretudo poderíamos lembrar que o resultados das sondagens sobre referendos padecem, de forma acrescida, de uma incerteza e insegurança básicas que advém dos diferenciais que se podem verificar entre uma intenção de ir votar que comodamente se declara perante os inquiridores e a concreto acto de ir mesmo votar.

Escrevemos todas estas sensatas palavras, mas entretanto somos os primeiros a saber quão desigual é o combate entre manchetes e títulos sobre sondagens e a capacidade de reflexão, de autonomia, de distanciação e de espírito crítico dos cidadãos. E talvez ainda esteja para nascer alguém que, podendo saber tudo isto e muito mais, possa garantir sinceramente que não se deixa influenciar, ainda que momentaneamente, pelas manchetes e títulos sobre sondagens.

Mas mesmo sabendo isso, continua a ser justo observar, numa adaptação livre de uma conhecida frase de John Fitzgerald Kennedy, que o melhor será que não perguntemos o que as sondagens podem fazer por nós, e perguntemos antes o que podemos nós fazer pelas sondagens, isto é, que podemos e devemos nós fazer para que as sondagens e sobretudo o resultado final em 8 de Novembro seja o contrário dos vaticínios pessimistas com que alguns esperam amolecer a nossa vontade e entorpecer o trabalho que nos cumpre desenvolver para a vitória do «sim».

■ Vítor Dias

NATO

Perigoso consenso

A reunião da NATO em Vilamoura pôs em evidência, entre outras, duas coisas fundamentais. A primeira: a configuração da "aliança" sumo instrumento e braço armado de uma "nova ordem mundial" totalitária, contra os trabalhadores e contra os povos. Reforçando-se. Alargando-se na Europa até às fronteiras da Rússia e preparando esquemas de intervenção - directa e indirecta - em qualquer parte do mundo onde as multinacionais e imperialismo considerem ameaçados os seus interesses. A segunda: o vergonhoso seguidismo do governo do PS em matéria de Política Externa e de Defesa, bem patente no inadmissível e irresponsável compromisso assumido pelo Ministro da Defesa de participação de forças armadas portuguesas nas operações da NATO em preparação contra a Jugoslávia. Depois da Bósnia o Kosovo, enquanto Jaime Gama e outros governantes pugnam pelo alargamento da UEO à África e da NATO ao Atlântico Sul.

É necessário levar estas realidades muito a sério, tanto mais que se trata da confirmação de análises e previsões feitas no XV Congresso do PCP e correspondem a tendências de fundo do desenvolvimento capitalista na actualidade, que só a luta enérgica dos povos, dos trabalhadores, dos comunistas e outros progressistas pode contrariar e inverter. Repare-se que ao mesmo tempo que se preparam as celebrações do 50º Aniversário da NATO (em Abril de 99) com uma arrogante campanha sobre as virtudes desta aliança agressiva, o FMI, o BM, a OMC prosseguem na sua cruzada liberalizadora contra a soberania dos Estados e a OCDE persiste no AMI, essa magna-carta dos direitos espoliadores do grande capital transnacional que só pela força será possível impor. Neoliberalismo e militarismo são duas faces da mesma realidade capitalista que combatemos.

Aliás é curioso observar o comportamento dos apologistas do sistema, face à irrecusável evidência das desastrosas consequências do processo de globalização imperialista e a eventualidade de uma "recessão global" capitalista. Já apontam o dedo ao "pensamento único", ao liberalismo "selvagem", às "perversões" do mercado. O FMI é acusado de "exageros", nomeadamente na Rússia. Apela-se para a "revisão do sistema de Breton Woods". O processo de reabilitação de Keynes já começou. Ou seja, procura-se afanosamente o aperfeiçoamento de velhos e a criação de novos mecanismos de regulação "global" do capitalismo. Naturalmente para o defender de si próprio e mitigar as suas contradições internas. Simultaneamente, para fazer face à resistência e à luta dos trabalhadores e dos povos e as inevitáveis explosões sociais e políticas que já aí estão, fortalece-se o aparelho coercivo do poder, nomeadamente na sua componente militar supranacional. Tal é o significado profundo da orientação militarista e agressiva da NATO.

Mas há um outro aspecto relevante que a reunião de Vilamoura também evidenciou. O sórdido e perigoso consenso social democracia / direita o qual, atentas as lições de história, é necessário condenar com firmeza e agir com determinação para procurar romper. Tendo presente que sem uma vigorosa intervenção da opinião pública e do movimento de massas será impossível quebrar uma aliança cimentada por 50 anos de partilha do poder com base no anti-sovietismo, no anticomunismo e nos valores da "civilização ocidental", leia-se sistema capitalista. Basta recordar que foi Spaack, um "socialista" belga, o primeiro Secretário Geral da NATO. Que o Secretário Geral actual, Xavier Solana, é uma figura proeminente do PSOE (que teve aliás participação destacada no extraordinário movimento popular dos anos 80 contra a entrada da Espanha na NATO). Que em Vilamoura a representação de Portugal de Abril, esteve a cargo de um ex-ministro de um governo fascista.

Tudo isto dá muito que pensar e mostra que não é fácil o caminho para alcançar uma viragem no sentido do desarmamento, da paz e da segurança internacional. Mas a vida mostrou que só estão de antemão perdidas as batalhas que não se travam...

■ Albano Nunes



Foto: Sérgio Morais

Aumento explosivo das falências em Portugal

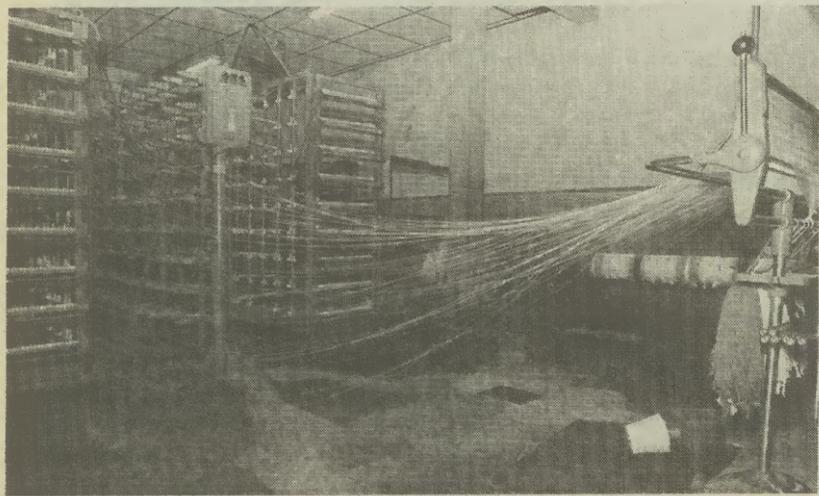
Segundo dados do Instituto Informador Comercial, no primeiro semestre deste ano houve já 586 sociedades que decretaram falência ou pediram protecção dos credores ao abrigo da lei de recuperação de empresas, o que significa um aumento de mais de 19% nas falências registadas no nosso País, em comparação com as falências registadas no período homólogo do ano passado. No primeiro semestre deste ano houve 271 empresas que foram decretadas falidas e 315 que entraram em autos de falência ou processos de recuperação, tendo sido os têxteis e o calçado os sectores mais atingidos. O número de empresas declaradas falidas ou em processo de recuperação foi de 660 em 1996, baixando o ano passado para 492,

mas este ano, e só no primeiro semestre, o afundamento declarado de empresas já vai em 596. Segundo o *Diário de Notícias*, o agravamento das dificuldades das empresas em situação difícil tem-se traduzido na formação de verdadeiros «ciclos viciosos» - atrasos nos pagamentos a fornecedores, redução de fundo de maneio, incumprimentos das obrigações perante a Segurança Social, o Fisco, os trabalhadores e o sistema financeiro e a pressão crescente dos credores com execução de garantias reais. O distrito do Porto foi o que registou uma maior subida de falências, somando neste primeiro semestre 139 casos, mais 36 do que os registados no primeiro semestre do ano passado.



CE apoia embargo espanhol à carne de bovino portuguesa

Enquanto o Governo português afirmava o seu «protesto veemente» no Conselho de Ministros da Agricultura da UE contra o boicote à importação de bovinos portugueses decidido pelo Governo espanhol, a Comissão Europeia apoiava publicamente essa decisão do Executivo de Madrid, defendendo que tal boicote se deveria manter enquanto não se tiver mais informações sobre o estado da «doença das vacas loucas» (BSE) em Portugal. Apesar do ministro da Agricultura Gomes da Silva ter defendido no referido Conselho europeu que a decisão espanhola era «extemporânea, sem fundamento e de profundas e graves consequências», a Comissão Europeia recusou liminarmente suspender o boicote espanhol - que se mantém -, ordenando o envio de uma missão veterinária da União Europeia ao nosso país para avaliar toda a situação, ficando no ar a hipótese, caso se confirme o agravamento da progressão da BSE, de Portugal sofrer um boicote total à exportação de carne bovina, à semelhança do que aconteceu com a Grã-Bretanha. Para já, sabe-se que o relatório oral dessa comissão veterinária da União Europeia, que se encontra presentemente no nosso país, deverá ter forte influência na próxima reunião do Comité Veterinário da União Europeia, marcado para 6 e 7 de Outubro.



Bruxelas prepara diminuição de fundos para a agricultura

No meio de grande secretismo, está a ser preparado pela Comissão Europeia um «cenário» onde sejam fortemente restringidos os fundos comunitários para os países membros no quadro da Política Agrícola Comum (PAC), o que significará, na prática, que alguns desses países membros - nomeadamente Portugal e outros igualmente «mais pobres» - passarão a ser responsáveis pelo pagamento de parte das ajudas directas ao rendimento

dos seus agricultores. Este «cenário» de diminuição dos fundos na PAC é apenas um entre os quatro actualmente em estudo na Comissão Europeia e tem como objectivo central reduzir a contribuição líquida da Alemanha, descarregando-a nos países mais pobres que a PAC, teoricamente, tem mais obrigação de ajudar. Ou seja: até aqui, Portugal e outros países membros menos desenvolvidos, como a Grécia, a Espanha ou a

Irlanda, têm estado a auto-liquidar a sua agricultura em nome dos interesses agrícolas dos mais poderosos, com a Alemanha à cabeça, recebendo para isso fundos compensatórios através da PAC; neste novo cenário, passarão a prescindir não apenas do seu desenvolvimento agrícola, mas também passarão a pagar o seu próprio *hara-kiri* em curso, tudo para que a Alemanha pague menos e continue a ser quem ganha mais...



EDP anuncia lucros de 120 milhões de contos

A EDP anunciou ter obtido 62,4 milhões de contos de lucros só no primeiro semestre deste ano, prevendo chegar aos 120 milhões de contos de lucros até 31 de Dezembro próximo. A EDP continua uma empresa com maioria de capitais do Estado e explora a electricidade em regime de monopólio, praticando pre-

ços ao consumidor dos mais altos na União Europeia. O anúncio destes lucros enormes veio reacender a exigência, já generalizada, de uma diminuição imediata e substancial nos preços da electricidade, havendo, na prática, uma unanimidade nacional nesta matéria, com os sindicatos, as empresas e as associações de consumidores a redobram as suas exigências para a diminuição imediata dos preços desta energia no nosso País. A administração da empresa continua olímpicamente a ignorar estas pretensões, remetendo para a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico a responsabilidade na

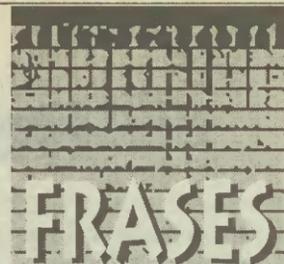
mexida dos preços, apesar de se estar à beira do início da liberalização do sector, que está previsto ocorrer já no próximo ano. Logo após o anúncio destes resultados, o PCP avançou com uma proposta de redução imediata de 15% do custo da electricidade, lembrando que a EDP não acumulou estes lucros imensos apenas este ano: em 1994 lucrou 30,5 milhões de contos, em 1995 chegou aos 66,3 milhões de contos, em 1996 subiu para os 81,1 milhões de contos e o ano, passado atingiu os 93 milhões de contos de lucros, enquanto os preços ao consumidor não têm parado de se agravar.



Salman Rushdie «libertado» de ameaça fundamentalista

«O Governo iraniano não tomará nenhuma medida que ameace a vida do autor de «Os Versículos Satânicos», não encorajará ninguém a fazê-lo e dissocia-se de qualquer prémio oferecido para esse fim.» Foi com estas palavras que o Ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano, Kamal Kharrazi, garantiu à Grã-Bretanha e ao mundo que o regime dos *ayatollahs* desistia formalmente da condenação à morte decretada em 14 de Fevereiro de 1989 pelo *ayatollah* Khomeini, através de uma «Fatwa» (édito religioso), contra o

escritor inglês de origem indiana, Salman Rushdie. Este compromisso, assumido abertamente numa visita oficial a Londres pelo ministro iraniano, já tinha sido indiciado pelo próprio Presidente iraniano, Mohammad Khatami, ao afirmar há dias que o regime iraniano dava o caso Salman Rushdie por «completamente encerrado». Recorde-se que o regime iraniano, através da «Fatwa» de Khomeini, não se limitara a condenar à morte o escritor, mas oferecia também dois milhões de dólares de recompensa a quem o executasse.



“O capitalismo de Guterres deixou de ter disfarce: apresenta-se honestamente como é. Admito: nunca tantos viveram tão bem em Portugal. Nos últimos decénios, porém, nunca cresceu tanto a distância entre ricos e pobres. Nem nas ruas houve tantos pedintes. A exemplo, aliás, do que acontece nos países desenvolvidos.”

(João Carreira Bom, «Chuva de Pedra» - «Diário de Notícias», 27.09.98)

“Guterres faz muito bem ao criticar agora - quando a crise se anuncia e os subsídios se esgotam - os “desvios” da Europa. Poderá ser uma forma de subir a escada para não cair da cadeira. E, subindo até onde o quer o ora “crítico” Delors, o nosso primeiro-ministro receberia o prémio devido aos funcionários que vendem a alma à função.”

(idem)

“Aquilo que a actual direcção do PP tem feito é o maior exercício de demagogia política desde o 25 de Abril, é enganar os portugueses. Estamos ao nível da vigarice política.”

(Abreu Amorim - «Público», 23.09.98)

“Os cartazes destinam-se a suscitar a inteligência das pessoas.”

(Paulo Portas - «Público», 25.09.98)

“Depois da mundialização da economia e da economização do mundo, temos agora o procurador globalitário. É o triunfo dos porcos, mas não propriamente como Orwell o tinha imaginado.”

(Manuel Alegre - «Expresso», 26.09.98)

“O rebate de consciência e o sobressalto corporativo da generalidade da comunicação social portuguesa com a ética e os bons costumes só se manifestaram depois de todos os aspectos da intimidade de Clinton terem sido devidamente espiolhados e exaustivamente noticiados.”

(J.A.L., «O que eles dizem» - «Expresso», 26.09.98)

“Em Portugal os jornalistas são os primeiros a entreabrir a porta à censura em nome do direito à intimidade do Presidente dos EUA. Espera-se, pelo menos, coerência nessa estranha definição de intimidade e que nunca mais vejamos Clinton com o cão, Clinton de mãos dadas com Hilary, Clinton a correr nos jardins da Casa Branca, Clinton nos anos da filha. Ou isso não é “intimidade” e merece óbvio interesse público?”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 24.09.98)

“A nova forma de censura é a avalanche de informação. Esmagam-nos com notícias para nos esconderem a informação.”

(Ignacio Ramonet, director de “Le Monde Diplomatique” - «Diário de Notícias», 20.09.98)

“Os media ainda não compreenderam que fazem parte da constelação do poder.”

(idem)



TRABALHADORES

PCP lança alerta
contra o pacote laboral

Governo

quer implantar

a lei do grande patronato

Por todo o País, os comunistas intensificam durante esta semana as acções de esclarecimento e informação, apelando à luta contra as graves alterações legislativas que o Governo do PS tem em marcha e sublinhando que os direitos dos trabalhadores são, para o PCP, uma conquista da civilização humana e um dos pilares do regime democrático.

Com seis propostas legislativas (ver páginas 20 e 21), o Governo pretende retirar direitos aos trabalhadores, conceder chorudos benefícios e vantagens ao capital e degradar a situação financeira da Segurança Social - acusa-se no folheto que está em distribuição até sábado.

No âmbito desta jornada nacional, muitas organizações do PCP levam também a cabo, durante o dia de hoje, uma ampla acção de venda do jornal «Avante!» - que, como habitualmente, dedica neste número um importante espaço às questões laborais e sociais.

A jornada envolve um elevado número de dirigentes e militantes, que levam a cabo variadas iniciativas (ver Agenda), sobretudo junto de grandes empresas, mas abrangendo também outros locais de concentração, como a feira de Carcavelos, diversos hipermercados da Margem Sul ou vários interfaces de transportes.

A direcção regional de Setúbal, ainda na semana passada, deu uma conferência de imprensa em que anunciou a preparação de uma vasta distribuição de folhetos e a realização de sessões dirigidas a toda a população, abrangendo os 13 concelhos do distrito. O destaque ia para um encontro de jovens trabalhadores, ontem à tarde, no Seixal, com a participação de Carlos Carvalhas.

O Secretário-Geral do PCP esteve anteontem num encontro com membros de estruturas representativas de trabalhadores dos sectores dos transportes, das comunicações e da energia, no CT Vitória. A direcção regional de Lisboa do Partido mantém desde segunda-feira à tarde e até dia 5 de Outubro uma exposição contra o pacote laboral na Praça da Figueira. A partir de hoje, circula pelo distrito um estúdio móvel. Outras iniciativas estão marcadas para zonas de grande concentração operária e de sectores de serviços, nomeadamente



No encontro de anteontem, em Lisboa, Carlos Carvalhas e Jerónimo de Sousa salientaram o facto de estar em curso, por iniciativa do Governo do PS, não apenas a alteração de algumas peças legislativas, mas uma ampla ofensiva contra grandes pilares do edifício jurídico em que assentam direitos fundamentais dos trabalhadores

te nos concelhos de Loures, Vila Franca de Xira, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra.

No Porto, é destacada a série de iniciativas marcadas para ontem, em Vila Nova de Gaia, com a participação de Jerónimo de Sousa. A jornada, iniciada segunda-feira em Felgueiras, com o deputado comunista José Calçada, levaria ainda o eurodeputado Honório Novo e os dirigentes Emídio Ribeiro e José Timóteo a empresas com grande número de trabalhadores, designadamente dos sectores têxtil, calçado, metalurgia, indústrias eléctricas, correios, segurança social, hospitais e serviços municipalizados.



O esclarecimento e a informação na baixa lisboeta, como em centenas de outros locais por todo o País, durante esta semana

Propostas do PCP são compromisso com os trabalhadores

Para além do firme combate para impedir que este pacote laboral se transforme em lei, os comunistas contrapõem um rol de medidas que vão defender. No folheto distribuído a nível nacional, o PCP salienta que esta posição é «um compromisso firmado antes, durante e depois das eleições, que valerá mais, que terá mais força, que terá mais êxito quantos mais trabalhadores optarem pela adesão e pelo apoio a este Partido que é o seu e que por eles luta, capaz de reunir vontades e revitalizar a esperança em torno da possibilidade de uma vida melhor, do trabalho com direitos, de uma política alternativa e de esquerda».

Ao contrário do Governo, o PCP recusa qualquer carácter imperativo, imposto por lei, em matérias como o trabalho a tempo parcial, o conceito de retribuição, o trabalho por turnos - que devem ser decididos nas negociações da contratação colectiva.

Em vez do alargamento dos contratos a prazo, o PCP entende que devem passar a efectivos todos os trabalhadores com vínculo precário que desempenham funções de carácter permanente.

Para os comunistas, nenhum trabalhador deve ser prejudicado no seu direito a, no mínimo, quatro semanas de férias pagas.

O PCP continuará a opor-se a que as contribuições para a Segurança Social sejam delapidadas em benefício dos lucros das empresas.

As mulheres trabalhadoras e aos jovens, os comunistas garantem que vão continuar a combater a discriminação, quer quanto aos direitos, quer no que toca aos salários.

Na discussão do próximo Orçamento do Estado o PCP irá bater-se por mais justiça e mais dimensão social.

Na Marinha Grande, teve lugar na passada sexta-feira um jantar-debate com trabalhadores do sector da metalurgia, em que participou Francisco Lopes, alargando-se o tema também ao ataque em curso contra a Segurança Social. Os comunistas do Algarve anunciaram acções de esclarecimento nos concelhos de Aljezur, Portimão, Vila Real de Santo António, Faro, Silves e Olhão. A Direcção da Organização Regional de Portalegre convocou para amanhã uma conferência de imprensa onde fará o balanço da jornada no distrito, nomeadamente a colocação de faixas e mupis, a venda do «Avante!» e a distribuição do folheto. A Direcção Regional de Beja dirigiu os esforços para as Câmaras municipais (principais empregadoras em diversos concelhos) e as grandes empresas e instituições de saúde da capital do distrito.

Encontro nacional no sábado

A situação social, o pacote laboral, a iniciativa do PCP e o desenvolvimento da luta vão ser analisados no encontro nacional de quadros que tem lugar no próximo sábado, a partir das 11 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa.

Na reunião vão participar dirigentes e militantes do Partido que, a vários níveis, intervêm nas questões laborais, quer nas estruturas partidárias, quer no movimento sindical e nas comissões de trabalhadores. Realizando-se no final da jornada de informação e esclarecimento contra o pacote laboral, o encontro tem por objectivo, a partir da discussão da situação social e da ofensiva legislativa desencadeada pelo Governo, debater as orientações para a dinamização da iniciativa do Partido e o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e contribuir para o esforço da organização e da acção do PCP.

Cerca das 17.30 horas, Carlos Carvalhas proferirá a intervenção de encerramento do encontro.

TRABALHADORES



Para que fosse cumprida na lei a promessa das 40 horas, foi necessária uma luta cerrada dos trabalhadores. Mas o Governo corre agora a dar ao grande patronato a generalização do trabalho a tempo parcial

Prioridades não são paixões

Quando quis ganhar o voto dos trabalhadores, o PS inventou as paixões. Agora, ao avançar apressadamente (antes que se aproxime nova época eleitoral) com alterações à legislação laboral, o Governo de Guterres define prioridades. Qualquer semelhança entre as paixões de ontem e as prioridades de hoje é mera ilusão.

Preto no branco, o Governo declarou na conferência de líderes dos grupos parlamentares o seu interesse em agendar e fazer aprovar, até Dezembro, três propostas de lei sobre matérias laborais, evidenciando, como prioritário, o diploma sobre a **generalização do trabalho a tempo parcial**.

Pela gravidade das suas implicações, este diploma pesa mais na definição do futuro das relações laborais do que qualquer outra das peças originárias do Acordo Estratégico da Concertação Social, de 1996 (ver páginas 20 e 21). Mas, também por causa da diferença entre as paixões pré-eleitorais (quem se lembra delas?) e as prioridades da acção governativa, fica aqui a lista dos projectos legislativos do Governo sobre Trabalho.

Para aprovação até Dezembro, além do trabalho a tempo parcial, estão ainda propostas de lei sobre o *lay-off* e sobre sanções a empresas que violem as leis laborais (mas uma das duas propostas sobre sanções laborais ainda não foi enviada à AR).

Em apreciação na Comissão Permanente da Concertação Social estão projectos de decretos-lei sobre **fundo de garantia salarial, subsídio de desemprego, flexibilização da idade de reforma**, estatuto da **Inspecção Geral do Trabalho**, política de **emprego e formação**, rotação **emprego-formação**, criação de um **centro das relações de trabalho**, constituição de um **grupo técnico para sistematização da legislação laboral**.

Já apreciados na CPCS e aguardando prosseguimento do processo legislativo encontram-se projectos sobre a **passagem a contrato a termo na idade legal de reforma por velhice**, a **comunicação prévia à Segurança Social da admissão de novos trabalhadores**, o regime jurídico das férias, o **contrato de trabalho a termo**, o **trabalho nocturno**, a **participação patronal na elaboração das leis do Trabalho**, o regime de **trabalho temporário**, a regularização de casos de **falso trabalho autónomo**, a transposição de uma directiva sobre **licença parental**, a eleição dos representantes dos trabalhadores para as **comissões de higiene, segurança e saúde** no trabalho, a **duração dos mandatos** previstos na lei sindical.

Numa primeira *leva*, o Governo fez publicar no Boletim do Trabalho e Emprego, pretendendo que passassem por um processo de apreciação pública durante o Verão, projectos para transposição de directivas comunitárias sobre **protecção dos jovens no trabalho** e sobre **conselhos de empresa europeus**, a redefinição do conceito de **retribuição**, limitações à **adaptabilidade dos horários** de trabalho, simplificação de **procedimentos administrativos na organização do tempo de trabalho** - mas, em resultado dos protestos dos trabalhadores e das suas organizações, foram transformados em propostas de lei e aguardam que o Governo os envie agora à AR.

Encontram-se na AR desde Janeiro propostas de lei que fazem a transposição de directivas comunitárias sobre **organização do tempo de trabalho** e sobre **despedimentos colectivos**.

É de esperar que o Governo procure resolver rapidamente as **prioridades** e satisfazer depressa os compromissos que tem com o grande patronato, para tentar recuperar as **paixões** a tempo da próxima campanha eleitoral. Vai uma aposta?

■ DM

Em causa o pacote laboral CGTP ameaça com greves e manifestações em Outubro

A CGTP/Intersindical afirmou na segunda-feira que será desencadeada uma série de acções de luta se o Governo não alterar a sua posição quanto às questões laborais e de Segurança Social.

«Partiremos para uma série de acções de luta, se o Governo não alterar a sua posição quanto à questão da revisão da legislação laboral e à lei de bases da Segurança Social», adiantou à Agência Lusa Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da central sindical.

Referindo que essas acções passarão por manifestações e/ou greves, a dirigente sindical salientou que os trabalhadores

consultados em vários plénários realizados pela CGTP-IN se mostraram «muito descontentes» com as posições do Governo.

Para a central sindical é inaceitável que o Executivo de António Guterres queira tratar a questão da legislação laboral como matéria geral, porque isso irá colidir com horários, emprego e salários, além de contribuir para a precarização do trabalho e para uma maior

discriminação da mulher no emprego.

«Por outro lado, se o Governo teimar em tratar a revisão da lei laboral fora da contratação colectiva, que é a sede justa para que esta questão seja analisada, os trabalhadores verão o seu horário reduzido - uma reivindicação que já fizemos - mas à custa dos seus direitos, o que não podemos aceitar», acrescentou a dirigente.

Quanto à questão da lei de bases da Segurança Social, as críticas da CGTP prendem-se, sobretudo, com o facto de considerarem que os três projectos que estão em discussão no Parlamento - os do Governo, PSD e PP - permitirem, em graus

diferentes, a entrada de privados neste sector.

«Já apresentámos várias propostas nesta matéria, pelo que não vemos necessidade de que os privados entrem na Segurança Social», frisou Maria do Carmo Tavares, explicando: «não queremos que este sector se transforme num negócio».

«Por isso, se não houver alteração das posições governamentais partiremos para a luta pelos direitos dos trabalhadores», apontando para o dia de hoje, quinta-feira, o início destas eventuais acções, data em que se comemora mais um aniversário da central sindical.

Impasse negocial na PT Plenário convocado para Lisboa

Depois do plenário realizado em 24 de Setembro no Porto, a Frente Comum de Sindicatos da Portugal Telecom já tem convocado outra grande reunião de trabalhadores para o próximo dia 8 de Setembro, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

Em causa está o impasse no processo negocial em torno dos salários, assim como a discussão do projecto de carreiras que a Administração insiste em adiar, recusando reduzir os tem-

pos de progressão, princípio fundamental para os sindicatos.

Os sindicatos acusam a Administração da PT de manter uma «atitude provocatória», e concluem que a luta é a única alternativa até porque há condições ímpares para um bom acordo para os trabalhadores: mais de 40 milhões de contos de lucros e a convergência de todos os sindicatos na empresa em torno de uma proposta comum.

CGTP-IN comemora 28.º aniversário

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional assinala hoje, dia 1 de Outubro, o 28º aniversário da sua constituição, sob o lema «Valorizar os trabalhadores». A central destaca a importância da luta por aumentos reais dos salários e pensões, pela redução progressiva dos horários de trabalho até atingir as 35 horas; pelo emprego com direitos para todos; por uma reforma fiscal que despenalize os rendimentos do trabalho; pela derrota dos projectos legislativos sobre matérias laborais; por uma reforma da Segurança Social que reforce o sistema público e pela criação das regiões administrativas.

No âmbito das comemorações, as estruturas sindicais promovem por todo o país plénários e reuniões sindicais, aproveitando para esclarecer e mobilizar os trabalhadores. Com este objectivo decorre hoje uma iniciativa no Castelo de S. Jorge, a partir das 14.30 horas, enquanto em Aveiro tem lugar um debate sobre Política Fiscal e as propostas da CGTP-IN, que decorre nas instalações da União e conta com a participação de Maria do Carmo Tavares, responsável pelas áreas sociais da Central.

EDP

Greve nos turnos vai continuar

O plenário promovido pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) decidiu na segunda-feira reafirmar a continuação da greve dos trabalhadores de turno das centrais termoeléctricas da EDP, com agravamento a partir de hoje, quinta-feira.

A greve que teve início em Maio passado, é deste modo retomada por tempo indeterminado, segundo afirmou Manuel Correia, da direcção do SIESI, à agência Lusa.

Os trabalhadores de turno reivindicam um horário idêntico, em número de dias anuais, ao dos restantes trabalhadores da EDP, «tal como acontecia até Maio, altura em que a empresa decidiu alterar unilateralmente» as regras, explicou Manuel Correia.

O sindicalista referiu que nas condições actuais, os trabalhadores de turno trabalham mais três dias por ano do que os restantes colegas.

Embora não existam horas ou dias específicos de greve, os trabalhadores «podem

utilizar a figura da greve a todo o momento que acharem conveniente para proteger os seus direitos», adiantou.

Para terça-feira estava marcada uma nova reunião de negociações com a empre-

sa, estando também prevista para hoje uma conferência de imprensa do SIESI, frente à central termoeléctrica de Setúbal, que contará com a presença do coordenador nacional da CGTP, Manuel Carvalho da Silva.

Enfermeiros descontentes

O recurso sistemático ao trabalho extraordinário para fazer face a necessidades permanentes é ilegal, afirma em comunicado a direcção regional da Beira Alta do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, referindo-se ao caso concreto do Hospital S. Teotónio de Viseu.

Nesta unidade como noutras do distrito é notória a carência de enfermeiros, problema que se agrava nos períodos de férias dos trabalhadores. Contudo segundo a direcção sindical, o Hospital S. Teotónio podia adoptar medidas legalmente previstas para minimizar o problema,

nomeadamente com a atribuição do horário acrescido aos enfermeiros.

Este não é todavia o entendimento da administração que insiste na programação do trabalho extraordinário, que em alguns serviços ascende a mais de 30 turnos (240 horas), o que tem reflexos na qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

Por seu lado, o sindicato já enviou ao Ministério da Saúde um pedido de intervenção junto da administração do Hospital para que seja cumprida a lei.

TRABALHADORES

Fuga aos impostos

Os horários ilegais praticados por empresas de segurança, nomeadamente com actividade na Expo 98, traduzem-se «uma fuga organizada de milhões de contos à Segurança Social e ao Fisco», denuncia o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP), acrescentando que se as 40 horas semanais fossem respeitadas, com dois dias de descanso, poderiam ser criados no sector entre «quatro e cinco mil postos de trabalho». Após reunião com o inspector geral do Trabalho, em 23 de Setembro, o CESP salienta que houve «coincidência na observação de diversos aspectos relativos às relações de trabalho» e quanto à «necessidade de intervenção» para prevalecer a «regulação e a legalidade».

Fenprof discorda

São soluções inaceitáveis pelos professores, as que o Ministério da Educação apresentou à Fenprof na reunião do passado dia 23 de Setembro, sobre a revisão da estrutura da carreira docente e da grelha salarial. A Federação refere que o ME insiste nos 27 anos de duração da carreira e não responde de forma clara à exigência de que a revalorização deve atingir todos os escalões de carreira. Os representantes sindicais não aceitam igualmente que a revogação da portaria que condiciona a contagem integral de tempo de serviço tenha efeito só a partir de 1 de Outubro.

Trabalhadores reintegrados

O acórdão do Tribunal da Relação do Porto negou o recurso apresentado pela Riopel e confirmou a sentença do Tribunal de Trabalho de Famalicão que obriga à integração dos trabalhadores despedidos em 22 de Novembro de 1996, e ao pagamento dos salários desde essa data. Como recorda uma nota da União dos Sindicatos de Braga, que espera a rápida integração dos trabalhadores, o despedimento foi efectuado pela Riopel alegando que na sequência de um incêndio foi destruída parte de uma secção.

Desemprego e burocracia

Três centenas de educadores estão desempregados no distrito de Viseu, onde existem duas dezenas de jardins de infância que estão encerrados devido à falta de educadores. A bizarra situação resulta de um despacho do secretário de Estado da Administração Educativa que impõe que as colocações de docentes contratados só possam realizar-se após despacho favorável das direcções regionais de educação ou do gabinete de gestão financeira do Ministério da Educação. Deste modo centenas de professores ficam inactivos e milhares de crianças não privadas do seu direito à educação, refere o Sindicato dos Professores da Região Centro, exigindo a revogação do despacho que «centraliza processos de decisão tão simples com a colocação de docentes contratados».

Trabalhadores das autarquias não desarmam
«Governo tem de cumprir»

Cerca de 350 trabalhadores das autarquias de todo o país participaram na passada segunda-feira num plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais que voltou a exigir que o Governo cumpra integralmente o acordo que assinou, em Janeiro de 1996, sobre matérias relevantes para os trabalhadores.

A resolução aprovada começa por acusar o Governo de pretender impor de novo uma actualização salarial que aprofunda e agrava «os já magros e irrisórios salários» do sector», mas aponta logo de seguida «o crescente afastamento do governo face aos compromissos e objectivos que havia assumido no Acordo de 1996».

Considerando que se trata de «uma política de mentiras», STAL e STML contrapõem as promessas feitas aos trabalhadores e não cumpridas com as feitas ao patronato, estas com reflexos na «desregulamentação das leis laborais», e na entrega de «serviços públicos essenciais» a empresas privadas que põem em causa «os direitos dos trabalhadores e a qualidade do serviço prestado à população».

STAL e STML salienta que «o Índice 100 da Administração Pública afasta-se cada vez mais do Salário Mínimo Nacional (cifrando-se hoje a diferença em 6,5%), arrastando com ele a crescente degradação dos salários dos trabalhadores das autarquias», e recorda que os reduzidos aumentos dos últimos anos: 4,25 por cento, em 1996; três por cento, em 1997; e 2,75% em 1998.

Solidariedade com CT do Atlântico

A Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Totta & Açores aprovou uma moção em que condena a tentativa «ilegal e pela força» de encerramento das instalações da Comissão de Trabalhadores do Banco Português do Atlântico, ocorrida no passado dia 8 de Setembro.

Tal como o «Avante!» noticiou na sua edição de 17 de Setembro, a Comissão de Trabalhadores do Atlântico foi obrigada a chamar a polícia perante a ameaça da administração de recorrer à segurança do banco para concretizar o encerramento e expulsão dos membros da CNT. O pretexto evocado foi o processo de impugnação do último acto eleitoral (de 9 de Junho), instaurado pela lista constituída por socialistas e sociais democratas.

A moção da CNT do Totta & Açores considera que foram postos em causa os direitos de

Carreiras e salários

Quanto ao projecto de Carreiras, a resolução afirma que «discrimina trabalhadores, não corrige injustiças (antes as agrava) e afasta-se radical-

mente dos objectivos constantes no Acordo de 1996». Também a regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco se arrasta deste Junho de 1996, sendo que o actual projecto «não só

valorize a prestação de serviços públicos, que garanta a segurança no emprego e salve os direitos dos trabalhadores. Uma política que assente em critérios de justiça social, valorize e dignifique acima de tudo o ser humano».

Dirigentes, delegados e activistas sindicais decidiram realizar uma jornada de esclarecimento e auscultação dos trabalhadores das autarquias locais, com vista ao desenvolvimento de acções de luta no sector.



No final do plenário, os trabalhadores desfilaram até à Assembleia da República onde entregaram a resolução aprovada no plenário

5000\$00 para cada trabalhador. Foi ainda decidido continuar a luta por uma efectiva reestruturação e revalorização das carreiras profissionais: um mínimo de 10 pontos para cada trabalhador; a uniformização em três anos do tempo necessário para a mudança de escalão; a eliminação das injustiças na contagem do tempo; e o fim da discriminação nas regras de promoção para técnicos e técnicos superiores.

valorize a prestação de serviços públicos, que garanta a segurança no emprego e salve os direitos dos trabalhadores. Uma política que assente em critérios de justiça social, valorize e dignifique acima de tudo o ser humano».

Dirigentes, delegados e activistas sindicais decidiram realizar uma jornada de esclarecimento e auscultação dos trabalhadores das autarquias locais, com vista ao desenvolvimento de acções de luta no sector.

Gás de Portugal Unidades encerram

Os trabalhadores das empresas do Grupo GDP - Gás de Portugal estão preocupados com as perspectivas de alienação e encerramento de várias unidades industriais de Cabo Ruivo, que irá destruir cerca de duas centenas de postos de trabalho.

Segundo afirma uma nota da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, «tanto o Governo como a Administração do Grupo tudo têm feito para esconder as medidas de reestruturação e privatização que estão a projectadas e colocar os trabalhadores perante factos consumados».

Para debater a situação, os trabalhadores realizam um plenário no próximo dia 7 de Outubro, tendo prevista para ontem, quarta-feira, uma deslocação ao Ministério da Economia, junto do qual promoveram uma conferência de imprensa.

No mesmo dia teve lugar um Encontro de Representantes de Trabalhadores de todo o sector químico e farmacêutico para debater e aprovar as acções a desenvolver no âmbito da contratação colectiva e no combate ao pacote laboral.

Agredida à pontapé

Mr. Kawai, uma chefia japonesa da empresa Yasaki Saltano de Portugal, sediada em Ovar, agrediu a pontapé uma trabalhadora, no passado dia 14 de Setembro. Segundo afirma o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (SIEC), «a trabalhadora encontrava-se no seu posto de trabalho» e «não é a primeira vez que este senhor japonês agride as trabalhadoras». O SIEC protesta contra esta atitude e apela ao «bom senso da administração» para que não se repitam situações destas, «pois vivemos num país de direito em que os direitos humanos têm de ser respeitados».

Inserir desfavorecidos

Durante dois dias, 21 e 22 de Setembro, decorreu na cidade de Évora, o 1º Encontro Transnacional da Parceria do Projecto Sementes de Esperança, que se desenvolve no concelho de Portel, liderado pela CGTP-IN. Este projecto é desenvolvido no âmbito do Programa Emprego/Eixo Integra, e surge na sequência de um outro decorrido em 1995/96 que levou à criação da Associação de Auto-Ajuda a Desempregados do Concelho de Portel.

Actualmente, pretende-se reforçar e alargar a intervenção da Associação com a instalação de postos de informação ligados à Internet em todas as freguesias de Portel e na sede do concelho da Vidigueira.

Com uma duração de dois anos, esta acção desenvolve-se até final de 1999 em paralelo com o projecto transnacional Mobilização para a inserção profissional de públicos desfavorecidos, promovido em parceria com a CIBC (Centro Interinstitucional de Avaliação de Competências-Moutauban-França); UGI (Aragão-Saragoça-Espanha); e BTE (Formação Profissional-Cagillari-Itália). Estas organizações participaram no debate em Évora, onde foi salientada a necessidade de criar e uniformizar uma grelha de avaliação das iniciativas a decorrer até final do próximo ano. Para os próximos dias 23 e 24 de Novembro foi convocado novo encontro, desta vez em Saragoça, que será subordinado ao tema «Transferência de instrumentos de avaliação de aprendizagem para públicos desfavorecidos de nível de formação básica».

Concurso Literário

«25 anos do 25 de Abril» é tema do concurso literário promovido pela União dos Sindicatos do Porto e pela Associação Benéfica de Empregados do Comércio do Porto, aberto a obras de ficção, poesia, memorialismo, quadra popular e textos de viagem. Podem concorrer autores, sob pseudónimo, sem obra editada, de nacionalidade portuguesa ou de países de expressão portuguesa, devendo para isso entregar os inéditos entre 1 de Fevereiro de 1999 e 14 de Março de 1999. As obras premiadas serão publicadas na *Campo das Letras*.



Alverca debate regiões

Com a presença de várias dezenas de pessoas, também em Alverca, na passada sexta-feira, a organização local do PCP realizou um debate público sobre a regionalização, no qual participaram Vítor Dias, membro da Comissão Política, e Daniel Branco, do Comité Central e da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira.

Os participantes, manifestando um evidente interesse pelo debate, colocaram várias interrogações sobre os benefícios directos da regionalização para

o concelho de Vila Franca de Xira, para o distrito de Lisboa e para o País, assim como diversas outras questões ligadas à criação das regiões.

Vítor Dias e Daniel Branco, respondendo às várias questões colocadas, denunciaram a hipocrisia e falsidade dos argumentos utilizados pelos defensores do «não» e esclareceram a plateia, com respostas concretas e objectivas, sobre os problemas que, em caso da vitória do «não» à regionalização, se levantariam ao desenvolvimento harmonioso que se pretende para o País.

Reunião de quadros no Algarve Referendo é uma cedência aos adversários do «sim»

No sábado passado, também a Organização Regional do Algarve do PCP promoveu uma reunião alargada de quadros para debater as tarefas que se colocam aos comunistas algarvios no próximo referendo sobre a regionalização.

«Este referendo não era necessário nem política nem institucionalmente», diz a Resolução aprovada no encontro. Trata-se apenas de «uma cedência do PS aos adversários da regionalização». Contudo, ele reveste-se da maior importância, uma vez que

do seu resultado depende o avanço ou não de uma reforma essencial para «o aprofundamento da democracia, o desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida dos portugueses.»

Com as Regiões Administrativas, defendem os comunistas, o que se pretende é descentralizar o Estado e transferir «para as instâncias regionais eleitas (Assembleia Regional e Junta Regional) numerosas atribuições e competências de natureza administrativa e de coordenação actualmente depen-

doentes da decisão do Governo e da administração central», ganhando-se em «eficácia» e no «acerto» das decisões - que serão tomadas mais próximas do terreno e com conhecimento directo das populações. Por outro lado, contribui-se para a «desburocratização do Estado» e proporciona-se «um grande impulso no desenvolvimento regional, atenuando as desigualdades entre regiões e dentro da mesma região».

Por fim, entre os benefícios da institucionalização das Regiões, a Resolução aprovada pelos comunistas do Algarve refere as competências que constitucionalmente lhes são atribuídas, de «coordenação e apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitações dos respectivos poderes», que na prática se traduzem pela assumpção de competências actuais da administração central e de tarefas que «em função da área ou da complexidade», o poder local já não está em condições de realizar com eficácia.

Eles eram meio milhar!

Na notícia divulgada no último «Avante!», acerca da reunião nacional de quadros sobre Regionalização, realizada no dia 19 de Setembro, foi erradamente afirmado terem estado presentes «cerca de meia centena de quadros», em vez de meio milhar. Como se podia verificar pelas fotos que ilustravam a iniciativa, tratou-se obviamente de um lapso, pelo qual apresentamos as nossas desculpas aos leitores do «Avante!».

CAMARADAS FALECIDOS

Aníbal Afonso Pereira dos Santos

Faleceu recentemente o camarada Aníbal Afonso Pereira dos Santos que, durante vários anos, pertenceu à célula das OGMA. Estava organizado na freguesia de Alverca.

Augusto Pereira Valegas

Faleceu, no dia 19 de Setembro, com 65 anos de idade, o camarada Augusto Pereira Valegas, natural do Barreiro. Dirigente associativo, foi o impulsionador, em 1964, dos Jogos Juvenis do Barreiro, sendo o autor do livro «Os Jogos Juvenis do Barreiro, Obra Social e Desportiva» e editor da revista «Um Olhar sobre o Barreiro». Militante do Partido desde 1974, estava organizado na freguesia do Barreiro. Foi membro da Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Desporto Olímpico e, em representação da Intersindical, participou na Comissão de Reestruturação do des-

porto da ex-FNAT (actual INATEL). Em 1987, foi homenageado pela Câmara Municipal do Barreiro com o galardão «O Barreiro Reconhecido».

Carlos Lima Alves

Com 70 anos, faleceu recentemente o camarada Carlos Lima Alves, delegado de propaganda médica. Militava no Sector Intelectual do Porto e foi activista nas organizações de solidariedade internacionalista.

Noémia Marques Couto Rodrigues

Com 77 anos de idade, faleceu a camarada Noémia Marques Couto Rodrigues. Militante activa, pertencia à organização da Costa de Caparica.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Regionalização Que ninguém

A convite das Direcções das Organizações Regionais de Aveiro, da Guarda e de Castelo Branco, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou, no fim-de-semana passado, a região das Beiras, onde participou na campanha de esclarecimento em curso nestes distritos sobre a necessidade da vitória do SIM no referendo do dia 8 de Novembro sobre regionalização.

Uma conferência de imprensa, com a presença de Carlos Carvalhas, deu, na sexta-feira passada, em Aveiro, o pontapé de saída. Seguiu-se-lhe Águeda e, depois, Ovar. O dia de sábado foi dedicado à Guarda e a Castelo Branco onde, em duas participadas sessões de esclarecimento, foram discutidas as vantagens da criação das Regiões.

Na jornada em Águeda, mais de cem pessoas, reunidas no restaurante *O Talher*, participaram num jantar que foi simultaneamente de convívio e de apoio expresso à criação da Região da Beira Litoral, integrando os distritos de Aveiro, Coimbra e Viseu.

Muitos dos presentes não eram militantes comunistas. Estão, porém, com o PCP na defesa do *sim* à criação das regiões, partilham as mesmas preocupações, são solidários com as causas que este partido encabeça, designadamente ao lado dos trabalhadores da A. Pereira Vidal em defesa dos seus salários e das popula-

ções contra a decisão da CP de retirar a ligação entre Mourisca e Macinhata do Vouga.

O jantar estava bom mas o adiantado da hora não permitiu que Carlos Carvalhas o terminasse e obrigou-o, depois de pronunciar umas breves palavras, a seguir para Ovar, onde cerca de duas centenas de pessoas o aguardavam num espaço que a Paróquia facultou, depois de sucessivas *negativas* por parte da Câmara Municipal para a cedência de salas.

A inclusão de Aveiro na área de duas CCRs diferentes (Norte e Centro), faz com que o distrito

não seja entendido como «uma realidade própria», ocasionando práticas que «não são integradas nem coordenadas» ou «a ausência de medidas visando superar carências e resolver problemas», disse Isabel Freitas, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Aveiro.

Isto leva, em sua opinião, à inexistência, tanto no I como no II Quadro Comunitário de Apoio, de qualquer acção específica para o distrito de Aveiro; à inexistência de um efectivo ordenamento intermunicipal; à não fixação de estruturas; ao abandono ou lentidão na implementação de projectos fundamentais para o distrito, como o aproveitamento hidráulico e regularização do Vouga, a defesa dos terrenos do Baixo-Vouga ou a recuperação ambiental da Ria de Aveiro, Pateira de Fermentelos e Barrinha de Esmoriz.

A jovem Penha Inês, por sua vez, defendeu «um desenvolvimento coordenado e um crescimento humanizado», considerando que, para a juventude, a regionalização é um «processo inevitável».

As regiões «não vão ter poderes legislativos nem fiscais»,

Como «pão para a boca»

As sessões realizadas no Instituto da Juventude da Guarda e no Auditório da Escola Superior de Educação, em Castelo Branco - que juntaram centenas de quadros comunistas -, resultaram da discussão realizada numa reunião conjunta destas duas Direcções Regionais, que decidiram ainda apoiar publicamente os movimentos de Grupos de Cidadãos «Sim às Regiões, Melhor Portugal» e «Portugal Solidário, Sim à Beira Interior». Vivamente participadas, elas tornaram mais evidente a adesão dos comunistas à criação da Região da Beira Interior, pelas vantagens que para estes distritos ela representará.

«Os custos do centralismo para os nossos distritos e de outras erradas políticas são inquantificá-

veis», afirmou Armando Morais, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco. «Quer em milhões de contos perdidos em investimentos prometidos e não concretizados, quer sobretudo no acentuar do atraso relativo, da desertificação, de desindustrialização e da qualidade de vida da população.» Segundo os últimos censos, lembrou, em 25 concelhos da Beira Interior apenas em um não se verificou descida populacional, sendo que os índices de envelhecimento da população nestes dois distritos são, a par de Portalegre, dos mais altos do país.

João Abreu, membro do CC e da Direcção da Organização Regional da Guarda, por sua vez, considera que só o poder regional permitirá esbater as

desigualdades entre as sub-regiões e espaços da região e apoiar actividades vincadamente regionais. E recusando «as migalhas» do OE que, através do PIDDAC, destina 23 por cento das suas verbas para a Beira Interior e os restantes 77 por cento para os distritos do Litoral, garante que tal não se verificaria se existisse uma Região da Beira Interior. Esta saberia «dinamizar todas as virtualidades e possibilidades» e implementar um Plano Integrado de desenvolvimento turístico, «tirando partido da oferta de produtos quase exclusivos da região», como os queijos de ovelha e de cabra, os vinhos e o artesanato, para não falar da neve e das paisagens «paradisíacas» ou do folclore.



Um jantar, assinalou em Águeda o apoio da organização local do PCP à regionalização

baixe os braços!

lembra Fernando Lopes, da Comissão Concelhia de Ovar. Permitem, entretanto, maiores investimentos, travam a desertificação, impedem o esvaziamento da actividade económica e o desmantelamento das vias férreas.

Por outro lado, os responsáveis passam a ter rosto e a responder perante as populações, afirma, referindo as obras de dragagem da Ria e na estrada que passava a ponte de Ovar, junto à Rotunda, sobre as quais as populações não foram ouvidas, e a tentativa de encerramento da Maternidade do Hospital de Ovar...

Assim, sendo particularmente complexa, no quadro da batalha do referendo, a situação da Beira Litoral, Isabel Freitas diz que isso «não deve fazer baixar os braços... antes pelo contrário!». E, perante as dificuldades, defende a necessidade de afirmar que «esta Beira Litoral, na sua diversidade, pode ter - e tem - enormes potencialidades que assentam nas suas gentes, a começar pela população trabalhadora, no seu tecido empresarial, nos seus recursos, nas infra-estruturas existentes e a criar, no equilíbrio e complementaridade das suas diversas sub-regiões.»

A mistificação e hipocrisia das teses que afirmam nada terem os trabalhadores a ver com a batalha da regionalização foi outra questão abordada. O aprofundamento das desigualdades, o desemprego, os salários em atraso, a insegurança que existe entre os trabalhadores dos distritos mostram, na opinião de um outro camarada, que, pelo contrário, os trabalhadores são os primeiros interessados na criação das regiões.

«A regionalização é necessária para este país como o pão é para a boca dos pobres», afirma, por seu turno, um outro participante, para quem a direita não quer a regionalização precisamente «porque acaba com muitas clientelas políticas e muitos tachos».

«Há quem diga que se se criar a Região da Beira Interior, esta

Carlos Carvalho nas Beiras

Direita quer homens "sem rosto"

A tónica das intervenções de Carlos Carvalho foram postas na denúncia dos principais argumentos agitados pela direita e pelos defensores do «não».

«Alguém acredita», pergunta o Secretário-Geral do PCP, que o nosso Partido, um partido com um património de luta inigualável em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, um partido patriota e com provas dadas em defesa da economia e da soberania nacionais, pudesse defender uma reforma como a regionalização, se ela implicasse mais despesas, mais tachos e mais corrupção ou se ela dividisse o País?»

A verdade é que o confronto «não é entre haver ou não regionalização mas sim entre dois tipos de regionalização», a que já existe, «dirigida de cima, por homens sem rosto, que não res-

pondem perante as populações» e a que os defensores do «sim» pretendem criar, com órgãos eleitos, mais próximas das populações e por elas fiscalizados.

De facto, a direita, o grande capital, pela mão do «cavaquismo», já fez a sua regionalização. Uma regionalização sem coordenação mas que só para burocracia tem este ano 67 milhões de contos inscritos no Orçamento do Estado, e com gestores não eleitos que, só em Programas

que é capaz de recorrer, «ou então está a ver a sociedade pelos óculos da sua própria família política».

«Mais tachos? Mais despesas? Mais burocracia? Mais pareceres?» Falso, assegura Carlos Carvalho. Hoje é que há burocracia, não sendo por acaso que os autarcas estão na primeira linha da defesa da regionalização. Quanto às despesas, «quem já viu as instalações das CCRs e dos 18 Governos Cívicos, algumas delas verdadeiramente sumptuosas?»

A regionalização «não é, naturalmente, "uma varinha de condão" que resolve todos os problemas», prossegue, mas é, seguramente, um instrumento fundamental para um maior transparência e uma repartição mais equitativa do investimento.

«Nunca haverá uma regionalização perfeita mas mais vale uma regionalização imperfeita que nenhuma», assegura o Secretário-Geral do PCP, para quem o

Por isso, afirma o Secretário-Geral do PCP, a batalha que temos pela frente «não é fácil» e exige o envolvimento de todos. É particularmente importante combater «ideias regionalistas, de carácter local», fomentadas pelos defensores do «não». Não vai haver submissões a ninguém, garante. Com a regionalização o que se vai é «polarizar investimentos, criar pólos de atracção e investimento onde os não há, com as populações e não à margem delas.»



São «inquantificáveis» os custos do centralismo, denunciou Armando Morais, na Guarda

torna-se a 4ª mais pobre da Europa. E se não a criarmos? Passaremos a ser mais ricos?», pergunta um outro.

Há ainda muita gente, com afinidades com o litoral, «que tem o coração com Coimbra e a razão com a Beira Interior», disse, por fim, uma outra camarada, explanando as interrogações que ela própria se colocou sobre a criação da Beira Interior. Hoje não tem dúvidas e garante que, se o bom senso imperar, a Beira Interior será uma realidade.

Mas é preciso estar «ganho» para «ganhar os outros», assegura, defendendo a necessidade de ninguém ficar indiferente e de se combater o «chorillho de mentiras» lançado diariamente pelos defensores do «não».

Operacionais, administraram este ano 400 milhões de contos.

«Regionalizar é dividir, é retalhar o país», dizem os apologistas do «não», como se não existissem já os concelhos, as Juntas de Freguesia, as próprias CCRs, sem que o País ficasse «retalhado».

A corrupção é «multiplicada oito vezes?» Quem tal diz «ou está deliberadamente a mentir», e nesse caso mostra os métodos a

Pode também eventualmente existir corrupção mas, enquanto hoje só dificilmente é denunciada, depois da regionalização sê-lo-á facilmente e os corruptos não deixarão de ser penalizados.

«O País é pequeno para ser regionalizado?» Outros de dimensões idênticas ou mesmo inferiores o estão e com inumeráveis benefícios para os respectivos povos.

importante, no dia 8 de Novembro, é dar a vitória ao «sim» à regionalização, porque, depois, há tempo de proceder a eventuais ajustes nas regiões.

Estivemos durante muitos meses com «o PS a dar o dito por não dito, com hesitações e com negociatas, acabando por "cozinhar" com o PSD este referendo. Entretanto, a direita foi avançando, lançando dúvidas e mentiras.»

Os argumentos da direita obedecem apenas a «cálculos políticos» e, para isso, «usam o obscurantismo e não respeitam a inteligência nem a vontade dos cidadãos». Essa forma de «fazer política» não vai impedir, contudo, que nós, comunistas, concluamos Carlos Carvalho, relancemos a nossa actividade em defesa da regionalização de forma esclarecedora, verdadeira e didáctica.»



As populações não foram «ouvidas», denunciou um dos oradores da sessão em Ovar, referindo-se designadamente às obras na estrada, junto à Rotunda



Em Castelo Branco, os comunistas dizem «sim» à criação da Beira Interior



Professores comunistas Por uma escola democrática por um ensino de qualidade

O abandono escolar e a baixa qualidade das aprendizagens são dois males que merecem particular atenção. Esta uma primeira conclusão da reunião nacional de quadros professores comunistas, realizada em Coimbra no passado dia 26.

«Continua a ser elevadíssimo (cerca de 30%) o número de jovens que abandona a escola sem concluir a escolaridade básica obrigatória e a qualidade das aprendizagens dos que permanecem no sistema é baixa e está longe de corresponder às exigências crescentes das novas sociedades», alertam os professores comunistas.

A melhoria das aprendizagens exige – afirma-se em nota de imprensa – a generalização do uso das novas tecnologias de comunicação e a generalização dos laboratórios e instalações para as disciplinas tecnológicas e experimentais. Mas – alertam os professores comunistas – não se pode esquecer que «a educação deve ser sempre uma educação para a cidadania». Pelo que consideram

«intolerável a indefinição e o protelamento em que caiu a área de Desenvolvimento Pessoal e Social».

Sublinhando que «a escola única de 9 anos é uma conquista cultural e social que não deve ser posta em causa», o comunicado defende «a necessidade de desenvolver a pluralidade de caminhos para os alunos do ensino secundário», que inclui o ensino tecnológico e as escolas profissionais, e a «necessidade da escola pública assumir, nestas áreas, o seu papel fundamental e insubstituível».

O reforço da autonomia e da capacidade de decisão e organização das escolas, de par de adequadas condições de financiamento, é outra das reivindicações dos professores comu-



nistas, que lembram o facto de à escola actual ser também pedido que exerça a sua acção no combate à exclusão social e no desencadear de acções de ocupação dos tempos livres.

Alerta-se igualmente para «a necessidade de revalorizar o papel social da profissão docente», reclamando-se que «aos professores e aos educadores seja reconhecido o elevado valor social da sua função,

traduzido por uma carreira aliciante e por salários adequados às exigências e à função social da sua profissão».

Nas reuniões foi finalmente destacada «a necessidade de os professores comunistas se empenharem num diálogo amplo e democrático» no sentido de promover um movimento social em torno da defesa de uma escola pública e democrática e de alta qualidade».

Em Faro

Movimentos pelo SIM aprovam Declaração e coordenam acção

Os movimentos cívicos defensores do SIM no referendo sobre a Regionalização reuniram-se, no passado sábado, em Faro, a convite do «Movimento Sim pela Regionalização – Sim ao Algarve». Participaram na reunião, além dos membros da Comissão Executiva deste movimento algarvio, representantes das Comissões Executivas dos seguintes movimentos: «Sim às Regiões, Melhor Portugal»; «Por um Portugal Coeso, Sim à Regio-

nalização»; «Alentejo, Sim à Regionalização, por Portugal»; «Portugal Plural»; «Minho, pela Regionalização»; «Portugal Solidário – Movimento pela Beira Interior».

A reunião tomou importantes decisões no sentido da união de forças visando o esclarecimento e mobilização do eleitorado para o voto a favor do SIM à Regionalização.

Assim, os Movimentos participantes acordaram: criar uma

Comissão de Contacto para assegurar uma permanente cooperação de esforços; proceder ao estudo da melhor forma de rentabilizar os respectivos tempos de antena para atingir o objectivo comum; realizar acções conjuntas. Aprovaram por fim uma declaração intitulada «Das Regiões, por Portugal!».

Nesta declaração, os movimentos subscritores enunciam uma série de princípios fundamentais em que comungam e anunciam que *Assumem, desenvolver em conjunto e coordenadamente a campanha de esclarecimento dos cidadãos, a nível nacional, potenciando as sinergias de cada Movimento, de forma a corrigir os argumentos falaciosos dos adversários da regionalização.*

Sede inaugurada

Com a participação de numerosas personalidades da vida política, cultural, sindical e empresarial algarvia e dos convidados dos outros movimentos pelo SIM, o «Movimento Sim pela Regionalização – Sim ao Algarve» inaugurou, também no passado sábado, a sua sede em Faro. Situada numa zona central da cidade, junto da Avenida 5 de Outubro, esta sede passa a ser uma importante base operacional para a actividade do movi-

mento e para toda a campanha a favor do SIM à Regionalização em terras algarvias.

Reunião de quadros do PCP

Ainda no passado sábado também em Faro, a DORAL do PCP realizou uma importante reunião de quadros, com várias dezenas de participantes, representando, nomeadamente, as principais concelhias do Algarve.

A reunião, que se iniciou com uma intervenção de fundo de Carlos Luís Figueira, destinou-se a debater as tarefas dos comunistas algarvios no referendo sobre a Regionalização.

Foi salientada a grande importância da campanha própria do PCP e adoptadas medidas para a levar à prática. Foram fixados alguns dos principais argumentos para a batalha de esclarecimento.

A reunião aprovou, por fim, uma resolução que termina apelando a todos os militantes para que se assumam como esclarecedores activos nos locais de trabalho, de convívio e de residência e se disponibilizem a participar nas acções colectivas de informação e esclarecimento que estão a ser organizadas para o voto a favor do SIM.

CNA exige indemnizações à agricultura familiar

A urgência na atribuição de indemnizações, a fundo perdido, à agricultura familiar, seriamente afectada pelas intempéries – é a primeira exigência uma vez mais apresentada pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA, na reunião da Comissão Consultiva do SIPAC – Sistema de Protecção Integrada contra as Aleatoriedades Climáticas, realizada sexta-feira passada.

Em nota à comunicação social, a CNA lembra as principais reclamações e propostas no sentido de introduzir alterações no actual SIPAC.

A CNA propõe, concretamente, o alargamento «do leque de culturas e riscos cobertos pelas apólices de seguros» e «dos períodos de risco em determinadas culturas quando o desenvolvimento cíclico das mesmas, em anos determinados, assim o justifique».

Defende, por outro lado, que as indemnizações a serem pagas aos agricultores deverão sê-lo a 100%, diferenciando embora

quem fez e quem não fez o seguro de colheitas.

As medidas a tomar «devem revestir a forma de indemnizações a fundo perdido e não apenas a criação de linhas de crédito bonificado», estabelecendo-se tectos máximos para as bonificações «de forma a beneficiar as pequenas e médias explorações».

Por último, a CNA defende a criação/alargamento de uma forma de SIPAC à produção animal, sob a forma de «Seguro de Reses e ou Seguro de Epidemias/Surtos de Pestes/Doenças». Uma questão hoje particularmente actual.

Face ao actual embargo às exportações de carne de bovino do nosso país, devido às conclusões do Relatório dos Peritos da Comissão que visitaram Portugal no passado mês de Maio, a CNA reclama, uma vez mais, «a definição e a aplicação, urgentes e à escala nacional, de medidas eficazes no domínio da sanidade animal».

MURPI exige aumento intercalar das reformas

A Confederação Nacional dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) criticou, em comunicado de imprensa divulgado a semana passada, o aumento das pensões mínimas anunciado pelo Governo, considerando que «abre ainda mais o fosso entre pensionistas».

A confederação sublinha que o facto de a medida governamental contemplar apenas 300 mil pensionistas «cria maiores diferenças» dentro do sistema de pensões, uma vez que «beneficia apenas 33 por cento dos reformados por invalidez e velhice, assim como os trabalhadores do regime agrícola e outros regimes, cujas pensões são mais baixas».

Segundo o MURPI, existem actualmente mais de 1,8 milhões de pensionistas que recebem mensalmente pensões compreendidas entre os 6700 e os 31 300 escudos.

Destes, o aumento das pensões decretado pelo Governo vai abranger apenas 100 mil dos pensionistas que nunca efectuaram descontos (ou que têm menos de 15 anos de contribuições), e 200 mil dos cidadãos que auferem pensões cujos valores se situam entre os 31 300 escudos e o Salário Mínimo Nacional (SMN).

A posição da MURPI é a de que esta medida não é justa, dado que não vai permitir que, até ao final de 1999, todas as Pensões Mínimas sejam iguais a 85 por cento do SMN, o que a confederação reivindica.

Por outro lado, o MURPI reclama um aumento intercalar de 3500 escudos por ano, «igual para todas as pensões inferiores ao SMN».

Referindo que o «Governo anunciou que, em 1997, a Segurança Social teve um lucro de 150 milhões de contos», a MURPI considera que as suas reclamações «são mais que justas».

Encontro em Évora

Um aumento intercalar de 3500 escudos para todos os reformados com reformas inferiores ao salário mínimo nacional foi igualmente reivindicado em Évora, no passado dia 26, no 2º Encontro das Organizações de e para Reformados, Pensionistas e Idosos do Alentejo, que reuniu várias centenas de participantes oriundos dos distritos de Évora, Beja e Portalegre e do litoral alentejano.

No encontro foram também discutidos outros problemas que afectam particularmente os reformados, relacionados com a segurança social e saúde, designadamente a falta de médicos e o encerramento de centros de saúde e suas extensões.

Comboio da Liberdade

Neste próximo sábado, dia 3 de Outubro, um *Comboio da Liberdade*, ligando o Porto a Lisboa, irá relembrar a viagem histórica do candidato Humberto Delgado e sua comitiva, em Maio de 1958, quando regressavam a Lisboa no «foguetete» que partira do Porto. Uma viagem que iria acabar em violência e repressão, na Estação de Stª Apolónia, mas que foi um facto marcante na luta entre a ditadura e a democracia.

Sábado, o *Comboio da Liberdade* chegará a Stª Apolónia sob o slogan *Quiseram calar-nos*, também o título de uma exposição a inaugurar no átrio principal da Estação, em homenagem a vinte figuras públicas que morreram assassinadas no século XX (Kennedy, Allende, Amílcar Cabral, Humberto Delgado, Jorge Gaitán, Gandhi, Olof Palme, entre outros).

Participam nesta iniciativa o Presidente da República e figuras relevantes da vida política nacional. A Comissão de Honra inclui, de entre muitos nomes de destaque, os dos comunistas Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes, Alberto Vilaça, António Abreu, Aurélio Santos, José Morgado, Lino Lima, Óscar Lopes.

JCP

Num ano de muitas lutas a audácia de marcar o Congresso

A audácia de marcar um Congresso para 1999, um ano em que se desenvolve uma multiplicidade de acontecimentos políticos, iniciativas e lutas da juventude, foi o primeiro facto destacado por Paulo Raimundo, dirigente da JCP, em breve testemunho ao "Avante!" sobre o 6º Congresso da Juventude Comunista, que irá decorrer nos dias 27 e 28 de Março de 1999.

Um Congresso - marcado pela simbologia dos 20 anos de vida da JCP - que também se destina a preparar a intervenção nesses mesmos acontecimentos e lutas, sublinhou Paulo Raimundo.

Particular destaque merecem os oito objectivos centrais do Congresso que, de par de



uma afirmação política e ideológica - pelo aprofundamento e a afirmação do ideal comunista e do marxismo-leninismo, do seu carácter revolucionário de transformação social -, deverá aprofundar a análise da situação social e da participação e luta da juventude e do

Depoimento de Paulo Raimundo

movimento juvenil, debater e reavaliar as propostas e reivindicações da JCP, pois a conjuntura vai-se alterando, pelo que as propostas também se irão alterando, traçar as grandes linhas de acção e intervenção da JCP.

O Congresso, que deverá culminar um amplo debate na organização, surge assim como um importante momento para preparar o ano de 99, um impulso na luta por uma alternativa política.

Em causa estão, neste próximo ano, factos políticos particularmente importantes, como a comemoração dos 25 anos do 25 de Abril, o 20º aniversário da JCP - de que o Congresso surge como a primeira iniciativa -, a realização das eleições legislativas e para o Parlamento Europeu. De par de várias iniciativas no plano juvenil, como o 7º Encontro Nacional de Juventude e a 15ª Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática.

Mas também - como fez questão de sublinhar Paulo Raimundo - a continuação da luta juvenil, na área da educação, pelo emprego, a participação da juventude no plano associativo e político e, neste momento, na batalha pela regionalização.

Jovens comunistas debatem situação social da juventude

A situação social da juventude foi uma das questões em análise na reunião da Direcção Nacional (DN) da JCP que marcou o 6º Congresso dos jovens comunistas para 27 e 28 de Março de 1999.

A abertura do novo ano lectivo é a primeira questão abordada pelos jovens comunistas. Em nota divulgada à imprensa refere-se a persistência de «velhos e novos problemas, de qualidade e gratuidade com que se confrontam os estudantes e que contrariam o discurso do governo: as escolas do ensino básico e secundário continuam a abrir com problemas físicos e materiais, mais um ano sem a regulamentação da lei da educação sexual nas escolas, um ano onde se vai implementar quer o regime disciplinar, quer o diploma de autonomia e gestão, que vêm retirar direitos de participação aos estudantes, assim como encontrar um bode expiatório para os problemas do ensino».

A direcção da JCP denuncia ainda as reais intenções do governo com a apresentação do Novo Pacote Laboral e considera que o governo do PS «tem de explicar aos jovens portugueses o que lhes está a preparar com o novo pacote laboral, vai ter de explicar o porquê de querer criar uma geração de trabalhadores a trabalhar a part-time, o porquê de querer retirar as férias e os prémios no salário, o porquê de querer alargar o período de

contratos a prazo de 3 para 4 anos, o porquê de baixarem os salários, o porquê de querer criar uma geração sem direitos».

A pouco mais de um mês do referendo, e em defesa da instituição das regiões administrativas, a JCP considera que «através da regionalização poder-se-ão abrir caminhos à participação dos jovens e das suas estruturas num processo democrático e transparente de gestão dos dinheiros públicos a um nível descentralizado e regional nas mais importantes áreas como o associativismo, a educação, a cultura, o ambiente, o desporto e os tempos livres».



Carlos Carvalhas participou no encontro/convívio da JCP «Regionalização, Juventude faz questão!!!», realizado no passado dia 23 no Coreto da Liberdade, no Parque Eduardo VII, em Lisboa.

Preparar o Congresso

No quadro da resolução sobre o 6º Congresso da JCP - marcado para 27 e 28 de Março de 1999 - a Direcção Nacional decidiu:

- Levar a cabo uma ampla discussão sobre a realização do Congresso e dos seus objectivos em toda a organização procurando envolver todos os seus militantes
- Envolver a juventude na discussão e resolução dos seus problemas e questões, dinamizando também iniciativas abertas à participação de jovens não comunistas
- Promover uma grande divulgação da realização do Congresso e uma grande afirmação da JCP, dos seus ideais, projecto e propostas, considerando como momento privilegiado para este objectivo as iniciativas em torno do 19º aniversário da JCP
- Desenvolver uma campanha de recrutamento até ao Congresso de 1000 novos militantes, enquadrando desde logo os novos militantes na dinâmica do Congresso
- Realizar um balanço de organização com vista a um melhor conhecimento da situação actual da organização da JCP
- Dinamizar um conjunto de iniciativas diversificadas que permitam uma ampla participação dos seus militantes em iniciativas que correspondam aos seus interesses
- Lançar uma campanha de fundos com o objectivo de um milhão de escudos para apoio às despesas do Congresso.

Forum Verde sobre o Tejo

"Intervir pelo Tejo, intervir sobre o Tejo", foi o lema do encontro promovido pelo Partido Ecologista "Os Verdes" no passado fim-de-semana, em Santarém.

Um debate que reuniu especialistas portugueses e espanhóis das áreas dos recursos hídricos, planeamento do território, agricultura, história, ambiente e energia, e que incidiu sobre as questões do Tejo e da sua bacia hidrográfica, na base de uma nova cultura da água e do desenvolvimento sustentável.

Os participantes debateram algumas questões muito concretas, como o Plano Hidrológico Espanhol, os acordos Luso-Espanhóis, a política agrícola, ordenamento das margens, uso do solo, produção energética, entre outros.

CDU de Paredes em defesa do ambiente

A Comissão Coordenadora de Paredes da CDU solicitou a convocação de uma assembleia municipal extraordinária para discutir os problemas ambientais do concelho.

A CDU considerou, em conferência de imprensa, que ao contrário do que é dito à comunicação social, a autarquia de maioria PSD não possui as "proclamadas preocupações ambientais e de defesa da qualidade de vida dos seus cidadãos".

A ausência de uma rede de saneamento básico capaz, de uma política de defesa da qualidade da água, de uma estratégia de recolha e tratamento de lixo urbano e industriais, são as preocupações que a CDU quer ver debatidas.

Em causa está ainda a morosidade da realização do Plano de Desenvolvimento Regional, a inércia da assembleia perante a denúncia da CDU relativa ao incumprimento das exigências ambientais legais de algumas empresas, a ineficácia do plano de renovação urbana da cidade e a transacção do Campo das Laranjeiras.

Estudantes timorenses manifestam-se em Surabaya

Um grupo de timorenses realizou, no passado dia 24, um protesto pacífico em Surabaya, capital de Java Oriental, exigindo um referendo imediato no território de Timor-Leste.

Dezenas de estudantes universitários e activistas pró-democracia de várias províncias indonésias juntaram-se aos timorenses na manifestação, que se realizou junto ao consulado norte-americano.

O comunicado entregue na altura a um diplomata americano referia três exigências: a realização imediata de um referendo em Timor-Leste, a rejeição do estatuto especial e a mediação das Nações Unidas para a realização do referendo.

O novo governo indonésio, encabeçado por B.J. Habibie, propôs garantir uma autonomia especial para Timor-Leste, em troca do reconhecimento internacional da sua soberania sobre o território, que compreende cerca de metade de uma ilha, localizada a 2000 quilómetros a leste de Jacarta.

"Terra e água" Encontro em Ponta Delgada

O investimento no futuro - na perspectiva de uma política de planeamento mundial integrado - só é possível investindo na água.

Uma ideia defendida na abertura do 34º Congresso Internacional de Planeamento, subordinado ao tema "Terra e Água", que reuniu, dia 27, em Ponta Delgada, 250 urbanistas e planeadores de 38 países.

Segundo o presidente da Sociedade Internacional da Cidade e Planeadores (ISOCARP), entidade que promove a iniciativa em conjunto com a Secretária do Ambiente açoriana, o planeamento regional deve criar equilíbrio e harmonia entre o homem e a natureza, onde a água desempenha "um factor determinante" a ter em consideração.

Para Haluk Alatan, a distribuição mundial dos recursos hídricos apresenta-se bastante desigual, numa altura em que "investir no futuro só é possível investindo na água".

"A distribuição de água, sob diversas formas, e para objectivos diversos é hoje um assunto internacional e, por vezes um problema entre países", salientou.

Referiu ainda que o fornecimento de água e saneamento básico influenciam o planeamento e o desenvolvimento de uma cidade. Integradas no Congresso, várias equipas de jovens urbanistas, coordenadas por técnicos, vão analisar e propor soluções para o ordenamento urbanístico e do território da orla marítima da Ribeira Grande, ilha de S.Miguel.

Lisboa pela Regionalização

A Assembleia Metropolitana de Lisboa, em reunião realizada na passada segunda-feira, aprovou, por maioria, duas moções sobre Regionalização apresentadas pela CDU e pelo PS.

Na moção apresentada pela CDU sublinha-se a necessidade de: reafirmar a importância das Regiões como concretização de um princípio constitucional e instrumento de um desenvolvimento mais equilibrado; apelar à participação das populações, tendo em vista o pleno exercício dos direitos e deveres cívicos e a dignificação da democracia; reclamar do Governo e da CE os meios de financiamento necessários para o desenvolvimento sustentado da região.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforma da Segurança Social Valorizar o sistema público garantir a solidariedade

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, sem votos contra, a proposta do Governo e os projectos de lei de bases de Segurança Social do PSD, PP e PCP. A proposta de lei do Governo recebeu apenas os votos favoráveis do PS, merecendo as abstenções dos restantes partidos com assento parlamentar. Já o projecto do PP, tal como o do PSD, contou com o apoio conjunto das respectivas bancadas, optando socialistas e comunistas pela abstenção. O projecto-lei do PCP, por sua vez, teve o apoio dos seus deputados e do Partido Ecologista "Os Verdes", ficando-se todas as restantes bancadas pela abstenção. Graças a este puzzle cruzado de abstenções, evidenciando de modo claro o propósito comum de não operar rejeições à partida, todos os diplomas serão agora sujeitos a debate na especialidade.

Um debate que se afigura da maior importância, uma vez que, como assinalou o líder da bancada do PCP, Octávio Teixeira, incide sobre uma questão central para a vida dos trabalhadores portugueses, quer para os que estão actualmente no activo, quer para as futuras gerações que incorporam o mercado de trabalho, a nova Lei de Bases da Segurança Social.

Pena é que a "visão política eleitoralista do CDS/PP e a sua ânsia insaciável de permanente protagonismo mediático", como lhe chamou o presidente da formação comunista, ao imporem o agendamento extemporâneo desta matéria, não tenha possibilitado o prévio debate público do diploma do PCP. Os comunistas, todavia,

não desistem deste objectivo e Octávio Teixeira anunciou que a sua bancada exigirá essa consulta pública antes de se iniciar o debate na especialidade.

Do debate na generalidade entretanto realizado na passada semana foi já possível saber quais as principais linhas de força que suportam os diferentes projectos, permitindo clarificar, nomeadamente, as diferentes concepções políticas subjacentes a cada um deles no que se refere ao modelo social e ao papel do Estado no sistema de protecção social da sociedade portuguesa.

A separar os diferentes projectos agora em debate, de modo visível, está, por exemplo, a concepção quanto à forma como o trabalho é pers-



O PCP defende uma reforma da Segurança Social orientada para a redução das desigualdades sociais e entende que só um sistema público pode garantir uma efectiva e sustentada protecção social dos cidadãos

pectivado, sendo observável a distinção entre os que o vêem "apenas como uma fonte de rendimentos" e aqueles, como o PCP, que o entendem igualmente como um elemento essencial de realização e dignidade pessoais e de integração social".

Deste confronto de concepções falou desenvolvidamente Octávio Teixeira, chamando igualmente a atenção para uma outra confrontação não menos importante que é a que separa os que entendem que a Segurança Social "deve ser essencialmente uma responsabili-

de solidariamente partilhada por toda a sociedade" e os que "defendem que, para além de um sistema meramente assistencialista, toda a protecção social deve ser deixada à exclusiva responsabilidade individual dos cidadãos e à lógica da gestão mercantilista".

"É ainda o confronto de opções políticas entre os que centram a reforma da Segurança Social nos seus objectivos próprios e os que sobrepõem a esses objectivos os interesses do mercado financeiro e do lucro privado", concluiu Octávio Teixeira, separando ainda mais as águas, mas sem deixar de reconhecer que "desafios" carecendo de "resposta suficiente no que concerne à sustentação financeira futura" se colocam à Segurança Social.

Ora são exactamente nestas questões centrais que residem as "diferenças politicamente mais substantivas" que separam o projecto do PCP dos restantes, designadamente dos subscritos pelo PSD e pelo CDS/PP, qualquer deles com orientações assentes "numa matriz de neoliberalismo radical" e, por esse mesmo motivo, "politicamente inaceitáveis", como explicou Octávio Teixeira.

Ao longo do debate, as grandes linhas de crítica do PCP foram assim dirigidas para o estabelecimento de tectos para as contribuições sociais (no caso do Governo, PSD e PP) e para a substituição do sistema público pelas seguradoras e fundos de pensões privados.

Octávio Teixeira foi mesmo ao ponto de denunciar que o

projecto dos populares, como filosofia última, previa a criação de um sistema público apenas assistencial (para os marginalizados e excluídos), deixando as grandes contribuições para o privado.

Mais grave ainda, de acordo com o líder da bancada do PCP, é o facto de a generalização do acesso a esquemas complementares de Segurança Social poder trazer "consequências trágicas em casos de "crash" na bolsa, ou perante cenários de depressão".

"Em caso de crise, quem pagaria as pensões aos trabalhadores, ou ficariam a chupar no dedo", perguntou Octávio Teixeira a Maria José Nogueira Pinto.

Alvo de fortes discordâncias da bancada comunista foi também a proposta do Governo no que se refere, nomeadamente, à abertura aos tectos contributivos e à segunda pensão obrigatória, bem como quanto à selectividade de prestações no âmbito do regime contributivo e à tendência sistemática para a utilização do sistema em favorecer as contribuições das entidades empregadoras, baixando taxas e isentando.

Respondendo ao discurso de Ferro Rodrigues, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP voltou a condenar a adesão do Executivo aos "plafonamentos" das contribuições, citando, para o efeito, os perigos salientados pelo "Livro Branco", onde se admitem "saldos negativos do sistema até 2050", caso este esquema de complementaridade avance.

"Doença das vacas loucas" PCP quer Ministro no Parlamento

A bancada comunista pretende que o Ministro da Agricultura vá ao Parlamento prestar esclarecimentos sobre o aumento em Portugal dos casos de BSE, mais conhecida como a "doença das vacas loucas". Em carta dirigida ao Presidente da Comissão de Agricultura, o deputado comunista Rodeia Machado solicitou para o efeito a realização de uma audição parlamentar onde deverão ser ouvidos, para além de Gomes da Silva, as associações de produtores e associações de

veterinários, com vista ao esclarecimento da situação.

O Grupo comunista entende, concretamente, que importa não apenas apurar responsabilidades, como também adoptar medidas que permitam defender a produção nacional e os consumidores.

Esta iniciativa surge na sequência de notícias recentemente vindas a público dando conta de um aumento do número de casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina, facto que tem susci-

tado legítimas preocupações em toda a fileira da carne bovina, desde os produtores aos consumidores.

Isso mesmo tem sido patenteado nas declarações públicas de várias entidades, desde os produtores aos comerciantes, passando pelos veterinários, tendo estes últimos ido ao ponto de afirmar que a fiscalização é deficiente ou praticamente inexistente, sobretudo na carne importada, o que não pode deixar de suscitar ainda maiores preocupações.

Não às "portagens nas televisões"

A Assembleia da República rejeitou o projecto de lei do PSD que visava garantir a transmissão em directo de jogos do Campeonato Nacional de Futebol adquiridos pela SporTV na RTP-Internacional e RTP-Africa. Este diploma surgiu na sequência do chamado "caso SporTV", canal codificado de desporto que adquiriu os direitos de transmissão de parte dos jogos de futebol da I Divisão à empresa Olivedesportos. No decurso do debate, para além de verberar as soluções defendidas pela bancada laranja, o PCP não poupou críticas ao Governo por este ter decidido "patrocinar em Portugal a instalação de portagens nas televisões".

Para a bancada comunista, que tal como o PS votou contra o diploma, o aparecimento da SporTV, "em vez de representar um acréscimo da oferta (na transmissão de eventos desportivos), traduziu-se num decréscimo da oferta".

Sem deixar de criticar o "processo de transferência de programação desportiva para canais codificados", o deputado comunista António Filipe considerou no entanto que o projecto de lei do PSD "não é adequado".

Embora reconhecendo a "disparidade real" existente nas condições de igualdade de acesso aos novos canais codificados, a resolução deste problema, na perspectiva do deputado do PCP,

não pode passar por "falsas soluções", como pretende o PSD.

"A solução preconizada pelo PSD de o Estado garantir a distribuição de antenas parabólicas pelos cidadãos que não dispõem de televisão por cabo não nos parece exequível. Não nos parece que o Estado possa exigir por Lei uma coisa dessas", sublinhou.

Para mais, António Filipe recordou que a legislação que regula a distribuição por cabo, aprovada durante o governo do PSD, "aponta para a cobertura integral das áreas abrangidas pelos distribuidores".

O deputado do PCP defendeu, por isso, que o Estado deverá, a partir de agora, tomar medidas destinadas a garantir que os operadores de cabo assegurem a "cobertura integral" das regiões que lhe foram concessionadas.

António Filipe disse ainda não fazer sentido a solução do PSD para garantir a transmissão dos jogos de futebol em directo pelos canais internacionais da RTP.

"A opção pelo directo não faz sentido. O que é bom para a Europa pode ser mau para os Estados Unidos e para o Canadá", argumentou, recordando a diferença horária entre os vários países estrangeiros onde reside a comunidade portuguesa.

Estatuto do Jornalista

A Assembleia da República deverá aprovar hoje, na generalidade, a proposta de lei sobre o Estatuto do Jornalista que foi objecto de debate em plenário na passada quinta-feira.

Na intervenção que proferiu em nome do Grupo Parlamentar do PCP, António Filipe considerou a proposta como uma razoável base de trabalho para a apreciação na especialidade, que ocorrerá em conjunto com a da proposta de nova Lei de Imprensa.

António Filipe referiu a importância da aprovação de um adequado Estatuto do Jornalista, num quadro em que a crescente concentração dos meios de comunicação tem vindo a acentuar a precarização dos vínculos profissionais dos jornalistas e a criar graves condicionamentos ao livre exercício da profissão. Foi ainda referida a necessidade de equacionar o problema dos direitos de autor dos jornalistas, considerando a preocupação manifestada pelo respectivo sindicato.

Regionalização

A batalha do esclarecimento

contra a farsa e a desinformação

Ocupando o centro da agenda política, a Regionalização, neste início da sessão legislativa, foi também alvo das atenções do Parlamento. A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP que levou o assunto à tribuna numa das sessões plenárias da semana transacta. Contribuir para o esclarecimento do que verdadeiramente está em causa com esta reforma administrativa do Estado, eis, em síntese, o objectivo visado. De forma democrática, serena e objectiva. Recusando, como têm feito muitos dos adversários da regionalização, a "dramatização caricata e a especulação", tantas das vezes conseguida, como se tem visto, com recurso ao "terrorismo verbalista".

A intervenção do deputado comunista Rogério de Brito - ele próprio autarca e, por isso, conhecedor, como sublinhou, de "quanto pesa e quanto custa a relação com um Estado irracionalmente centralizador" - foi, pois, uma espécie de exercício de pedagogia democrática, ao longo do qual, ponto por ponto, desmontou algumas das técnicas de "desinformação e confusão" que têm alimentado a campanha - "uma autêntica farsa", assim lhe chamou - dos que se opõem à criação das regiões.

Por si recordada, desde logo, é a tentativa de impedir que os cidadãos saibam e entendam o que são regiões administrativas, confundindo-as com regiões autónomas ou, ainda pior, com regiões/nação. Lembrando que "somos um País com 850 anos de história, com as fronteiras mais antigas da Europa, com uma única língua", considerou que a invocação de "fantasmas sobre os perigos de divisão de Portugal e dos portugueses" é destituída de razoabilidade e visa explorar a

falta de informação e esclarecimento, "como se o que estivesse em causa fosse regiões com poderes legislativos e autonómicos".

Também o argumento de que o País é pequeno não tem qualquer sentido, no entender de Rogério de Brito. "Como se estivesse em causa, observou, a "divisão e criação de fronteiras no País e como se a burocracia, os caminhos tortuosos do arbítrio e da prepotência de um Estado centralizador se medisse em quilómetros".

Verberada pelo deputado comunista, noutra plano, é a tentativa dos defensores do "Não" à regionalização de "descredibilizarem a democratização e modernização do Estado, estabelecendo a relação: regionalização igual a mais políticos, mais políticos igual a mais tachos e corrupção".

"É espantoso - enfatizou - como aqueles que protagonizaram tantos anos um poder e uma actuação geradores de cargos políticos absolutamente dispensáveis, de tachos para a família partidária, falam agora de



Contrariando os que apostam na desinformação, importa desenvolver até à realização do referendo sobre a regionalização um debate sereno e esclarecedor

regionalização como se fosse ela que viesse a inventar e criar aquilo que eles próprios forjaram, alimentaram e enquilosaram na administração durante anos consecutivos de governação".

À atenção de Rogério de Brito não escapou igualmente um outro pretexto não menos falacioso invocado pelos mentores da campanha do "Não". Falamos da relação por estes estabelecida entre regionaliza-

ção e maior despesismo e mais impostos. "Como se esta relação causa/efeito - esclareceu - fosse uma inevitável e inquestionável consequência, não considerando sequer que a racionalização e descentralização da estrutura do aparelho e da máquina administrativa conduzem à redução dos mesmos, à diminuição dos órgãos e serviços desconcentrados, que equipamentos e funcionários podem ser colocados ao serviço

das regiões, que as Juntas Regionais eleitas vão substituir quadros políticos nomeados pelo Governo, que o número de governadores civis vai diminuir, que as Assembleias Regionais vão substituir os actuais Conselhos Regionais das áreas das CCR, escamoteando que o actual labirinto burocrático/administrativo da administração central tem, porventura, custos diários infinitamente superiores ao somatório dos cus-

tos da regionalização durante um ou mais meses de funcionamento".

Rebatido por Rogério de Brito foi ainda o argumento de que a regionalização administrativa vai gerar injustiças e fomentar "lobbies". "Como se a regionalização que ainda nem sequer foi referendada - assinalou - fosse responsável pelas profundas assimetrias inter e intra-regionais e pelas relações iníquas entre a administração central e a regiões que colocaram este País na cauda da Europa".

Depois de recordar os princípios de coesão económica e social e de solidariedade que estão subjacentes à regionalização e de expressar a sua convicção de que o "Sim" a esta reforma administrativa "permitirá a cada português contribuir para abrir caminho a um processo que pode e deve ajudar a combater e vencer muitas das causas que os levaram a ter que sair da sua terra", Rogério de Brito concluiu a sua intervenção sublinhando a ideia de que "grande ameaça à coesão nacional", essa sim, radica na "pobreza, nas profundas assimetrias que atingem o País, que asfixiam o seu interior e permitem a iniquidade e o arbítrio como regra na distribuição dos recursos".

Contra ataques à segurança no emprego

Projecto do PCP garante direitos

O Parlamento deverá votar hoje o projecto de lei do PCP que assegura os direitos dos trabalhadores no caso de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento. Trata-se de um diploma que se reveste da maior importância uma vez que diz respeito, como assinalou Odete Santos, a um direito estruturante da democracia, consagrado constitucionalmente: o direito à segurança no emprego.

Debatido faz hoje oito dias, este diploma subscrito pela bancada comunista visa pôr cobro à ofensiva contra a segurança no emprego que nos últimos tempos tem vindo a ocorrer em certos sectores de actividade, por via do recurso a cedências ocasionais de trabalhadores e mesmo à figura de cedência definitiva de trabalhadores.

Estes ataques a um direito fundamental dos trabalhadores têm acontecido, por exemplo, no sector da banca e dos seguros, na Cimpor e na EDP. A deputada comunista Odete Santos, reportando-se a esta última empresa, recordou o processo que a levou a proceder a cisões e à constituição de novas sociedades, lançando mão, contra os trabalhadores, das figuras de cedência ocasional de trabalhadores de umas empresas para outras, de requisição de trabalhadores com base no DL 358/89, e até, imagine-se, à cedência de trabalhadores a título definitivo.

À mesma cedência ocasional de trabalhadores recorreu a Cimpor, lembrou ainda Odete Santos, antes de se referir ao sector da Banca e dos Seguros, no qual, especificou, "através da formação de agrupamentos complementares de empresas e do recurso a empresas de prestações de serviços se assiste a uma tremenda ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, tentando destruir a sua organização, com vista ao aumento

dos lucros do capital financeiro"

Entendendo que não pode continuar a permitir-se "a mais feroz desregulamentação no que toca à mobilidade externa dos trabalhadores", através da sua "cedência sem limites", o que está em causa, pois, na perspectiva do PCP - e é esse o sentido fundamental do diploma em apreço -, é pôr cobro a tal ofensiva, reconduzindo a "mobilidade externa dos trabalhadores" aos

seus justos limites em nome da estabilidade no emprego e, concomitantemente, da viabilidade da empresa".

Nesse sentido, entre os vários dispositivos previstos no seu articulado, o diploma redefine os requisitos da cedência ocasional de trabalhadores, restringindo o recurso a esta figura e estabelecendo prescrições mínimas que os instrumentos de regulamentação colectiva podem regular no sentido mais favorável.

Projecto de resolução do PCP propõe: Baixa das tarifas de electricidade

Os deputados apreciam hoje um projecto de resolução do PCP recomendando ao Governo que intervenha no sentido de a EDP proceder a uma baixa de 15 por cento nos preços da electricidade, designadamente para os consumidores domésticos.

Esta iniciativa legislativa da bancada comunista, formalizada há duas semanas, resulta da circunstância de a EDP cobrar a electricidade mais cara da Europa, não obstante os lucros fabulosos por si obtidos, os quais, este ano, de acordo com as previsões, deverão atingir os 120 milhões de contos.

O Grupo Parlamentar do PCP sustenta ainda o seu pedido para uma diminuição das tarifas com base no facto de os custos de produção da EDP terem baixado, sendo igualmente certo, por outro lado, que os altos lucros são pagos pelos consumidores através das suas facturas de electricidade.

No texto do projecto de resolução são recordados, concretamente, os resultados líquidos dos últimos anos, depois de pago o IRC, lucros esses que atingem os 30,5 milhões de contos em 1994, os 66,3 milhões em 1995, os 81,1 milhões em 1996, e cerca de 90 milhões em 1997.

O Grupo comunista faz ainda notar no texto que será hoje submetido ao juízo do plenário que situações semelhantes ocorridas noutras países levaram à baixa das tarifas de electricidade, como sucedeu, por exemplo, em Espanha ou em França.

Lembram, por último, que uma descida em Portugal das tarifas no valor de 15 por cento, mesmo assim, deixaria a EDP com uma altíssima capacidade de autofinanciamento e com lucros na ordem das dezenas de milhões de contos.

Recursos marinhos e pescas

Conselho da Europa aprova relatório de Lino de Carvalho

Reunida em Estrasburgo, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou, na semana transacta, o Relatório do deputado comunista Lino de Carvalho sobre a exploração sustentada dos recursos biológicos marinhos e, em particular, das pescas.

Elaborado no âmbito do Ano Internacional dos Oceanos, o Relatório foi preparado durante cerca de um ano em debates e conferências onde participaram investigadores, cientistas, pescadores, armadores e organizações do sector pesqueiro.

O Relatório e a Resolução aprovados assumem uma particular importância para as pescas portuguesas e para o próprio debate que está em curso sobre a revisão da Política Comum de Pescas. Entre as doze consideradas "questões centrais" aprovadas pelo plenário de Estrasburgo, realce para a que preconiza políticas de ges-

tão que compatibilizem a defesa e renovação dos recursos com o futuro da actividade e a garantia de desenvolvimento das comunidades piscatórias.

Destaque merecem também o reconhecimento da importância estratégica da pesca costeira bem como da importância da pesca de alto mar, e, por outro lado, a manutenção do conceito de mar territorial (até 12 milhas náuticas) e da soberania dos Estados ribeirinhos sobre essa área.

Em próxima edição voltaremos a este assunto, dando conta, designadamente, das intervenções de Lino de Carvalho, quer nesta Assembleia Parlamentar dedicada à "exploração sustentada dos recursos biológicos marinhos", quer de uma outra sobre a "OCDE e a Economia Mundial" proferida no Conselho da Europa, em nome do Grupo Unitário de Esquerda Europeia.

INTERNACIONAL

Arafat apela à criação de Estado palestino

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, discursando na segunda-feira na Assembleia Geral da ONU, apelou ao apoio internacional para a criação de um Estado palestino independente até 4 Maio de 1999, data prevista para a conclusão do acordo sobre o estatuto final da Palestina. «O Estado palestino deve ser instaurado para ser respeitado o direito do nosso povo à autodeterminação», afirmou Arafat, acrescentando que os palestinianos continuarão «a procurar e proteger a paz dos bravos no Médio Oriente». Arafat acusou Israel de ser responsável pelo actual bloqueio do processo de paz e convidou a comunidade internacional a «exercer pressões eficazes e tangíveis» sobre Benjamin Netanyahu.

Mais despedimentos em Hong Kong

A crise económica continua a afectar a Ásia. Em Hong Kong, uma em cada três empresas prevê o despedimento de mais empregados até ao fim do ano, segundo um estudo do Instituto de Gestão de Recursos Humanos da cidade. Cerca de 36 por cento das firmas inquiridas esperam uma quebra de resultados no segundo semestre e dois terços referiram que não tinham perspectivas de recuperação até depois de 1999.

Furacão «George» nas Caraíbas

O furacão «George» atingiu as Caraíbas na semana passada, provocando graves danos pessoais e materiais. Na República Dominicana, onde quase três mil pessoas ficaram sem casa, fez 134 mortos, 216 feridos, 90 desaparecidos. Por seu lado, em Cuba, três pessoas morreram, mais de seis mil habitações foram parcialmente danificadas e 200 ficaram completamente destruídas. Registaram-se ainda graves prejuízos em 82 fábricas, 20 instalações agropecuárias e numerosas plantações hortícolas, de café, de banana e de cana de açúcar. Nos EUA, o sul da Flórida foi declarado zona de desastre e vários condados do Mississipi e de Alabama considerados zonas de emergência. Segundo a Agência da ONU para o Ambiente, o furacão deve ter sido agravado pelo fenómeno climático «La Niña», caracterizado pelo arrefecimento das águas do Pacífico.

A Associação de Amizade Portugal-Cuba e a Comissão Regional do Porto Contra o Bloqueio organizaram diversas iniciativas de solidariedade com o povo cubano, no âmbito da Cimeira Ibero-Americana que se realiza no Porto, nos dias 17 e 18 de Outubro.

Entre elas conta-se a realização de um desfile popular e de um espectáculo com artistas portugueses no dia 17 e uma corrida de atletismo no dia 18.

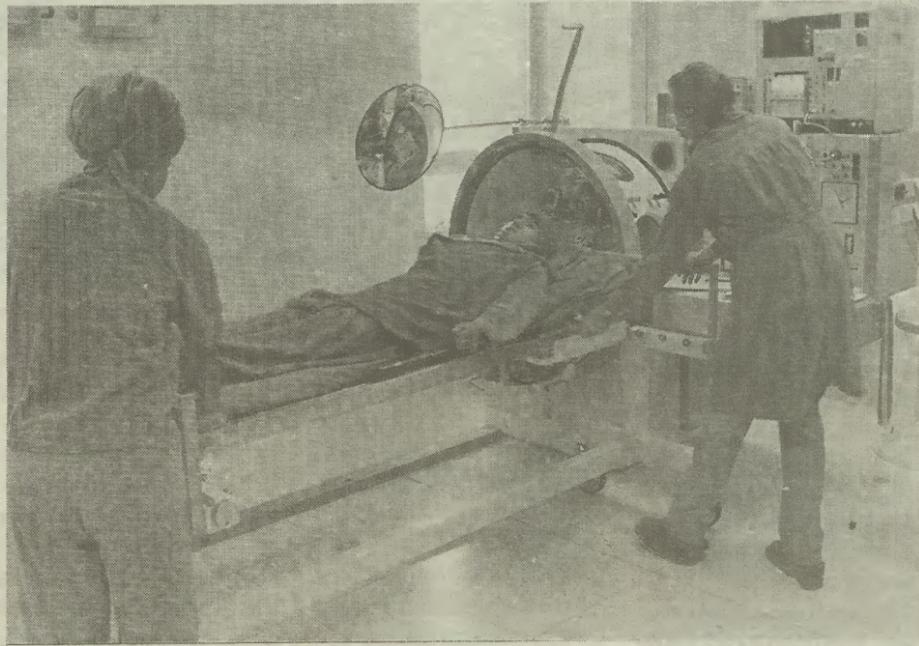
Estas iniciativas pretendem ainda alertar a população portuguesa para o bloqueio económico, comercial, financeiro e informativo imposto pelos Estados Unidos a Cuba há 38 anos.

«É impossível calcular com exactidão todos os prejuízos causados pelo bloqueio, mas pode avaliar-se o sofrimento de um povo que tem sido privado durante tanto tempo do acesso normal a bens essenciais, como a alimentação, os medicamentos ou a energia. O bloqueio tem limitado gravemente o desenvolvimento económico, condicionado o desenvolvimento social do país e viola os seus direitos soberanos», lê-se no apelo à participação.

«Constitui uma verdadeira aberração que se mantenha, neste final do século, um tão prolongado bloqueio imposto unilateralmente, que ofende princípios e normas do direito internacional e que vai ao ponto de impor sanções a empresas e instituições de qualquer país

que tenha relações económicas com Cuba», consideram os signatários.

Trata-se de um bloqueio «que tem sido condenado reiteradamente pela Assembleia Geral



O núcleo de Coimbra da Associação Portugal-Cuba já enviou 13 caixotes de medicamentos

das Nações Unidas com votações concludentes, pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos de numerosos países, incluindo o de Portugal».

«É tempo de voltar uma página da história. O bloqueio de

Cuba é um acto que atinge e fere toda a humanidade», sustenta o apelo.

Espectáculo em Coimbra amanhã

As iniciativas de solidariedade com Cuba multiplicam-se em todo o país. Em Coimbra, o núcleo local da Associação de

Santa Clara até 4 de Novembro. O produto das obras expostas reverterá para a compra de medicamentos e material médico para Cuba.

Este núcleo tem encontrado grande receptividade. Até ao momento, foram enviados para Cuba 13 caixotes com medicamentos, na sua maioria antibióticos e anti-inflamatórios, no valor de várias centenas de contos. Para isso a Associação Por-

Amizade Portugal-Cuba promove amanhã um espectáculo com Luís Represas, Jorge Palma, Brigada Vitor Jara, Paulo Vaz de Carvalho e Maria Luís França, Gefac e Schola Cantorum.

Ainda em Coimbra, é inaugurada hoje uma exposição colectiva de obras de 26 artistas plásticos, patente na Galeria de

Portugal-Cuba contou com o apoio de diversas organizações, nomeadamente a Associação Académica de Coimbra, o Sindicato dos Médicos da Zona Centro, o Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmácia, Petróleo e Gás do Norte, o Sindicato dos Professores da Região Centro, o Ateneu de Coimbra e a Associação Saúde em Português.

CPPC contra alargamento da NATO

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) considera grave a ratificação pela Assembleia da República da posição do Governo favorável ao alargamento da NATO à Polónia, República Checa e Hungria.

«Ao ratificar a posição do Governo português de forma surda e apressada e na ausência de debate público que um assunto desta natureza amplamente justificava, a maioria que na Assembleia da República subscreveu tal posição torna-se co-responsável pelas consequências e implicações políticas da decisão tomada», defende o CPPC numa nota à imprensa.

Para a organização, o alargamento da NATO constitui o prolongamento da «lógica belicista» que pautou a sua fundação e que tinha como base a confrontação de dois blocos, «traduzindo ambição de controlo e tutela dos EUA à Europa, susceptível de acentuar tensões e conflitos e incentivar a corrida aos armamentos».

«A paz e a segurança europeia e mundial constrói-se e reforça-se através da dissolução da NATO, do reforço e democratização das instituições internacionais de distensão e resolução política de conflitos, como a OSCE e a ONU», conclui o CPPC.

Esquerda Unitária Europeia reúne em Paris

O Grupo da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), do qual fazem parte os deputados do PCP, iniciou ontem, em Paris, as suas Jornadas de Estudo com o emprego por tema central.

Após a abertura do encontro pelo secretário-geral do Partido Comunista Francês, Robert Hue, os 34 deputados do GUE discutiram as suas propostas para o emprego na Europa, focando

questões como o papel do serviço público, painel que contou com a participação do ministro francês dos Transportes, o comunista Jean-Claude Gayssot, e o emprego para a juventude. O tema de debate escolhido para hoje é a exclusão.

Após o final da reunião, os parlamentares do GUE dirigem-se para a Assembleia Nacional francesa, onde serão recebidos pelo presidente desta instituição.

PME's perdem acesso a 4,5 milhões de contos

O governo português não criou as condições necessárias para que as pequenas e médias empresas (PME) nacionais usufruíssem da totalidade das verbas que o orçamento comunitário lhes havia destinado para o exercício de 1998. Esta sub-execução, no montante global de 8 milhões de contos, dos quais cerca de 4,5 milhões se destinavam às PME's portuguesas, levou a que fosse tomada a decisão de reafectação das verbas não aproveitadas.

Após árduas negociações, é ainda possível que parte significativa desta verba (3 milhões de contos de acordo com as intenções da Comissão Europeia, 4 milhões segundo a proposta do Parlamento Europeu) seja recuperada por Portugal, mas com uma aplicação totalmente diferente: deverão ser atribuídos quase 4 milhões de contos ao programa REGIS (no caso de prevalecer a posição do PE), concebido para apoiar as regiões ditas ultraperiféricas (Açores e Madeira), o que no entanto em nada diminui o prejuízo provocado às pequenas e médias empresas portuguesas. O remanescente também já tem aplicação assegurada, pois servirá para reforçar o programa PEACE, na Irlanda do Norte.

Em termos objectivos pode-se afirmar que, por exemplo no caso dos Açores, a recuperação dos prejuízos provocados pelo sismo do passado mês de Junho será feita em prejuízo das PME nacionais e não através de uma nova dotação financeira.

ALEMANHA

Os resultados

Segundo a Comissão Eleitoral, o SPD obteve 40,9 por cento dos votos (36,4 em 1994), a CDU/CSU 35,2 (41,4), Os Verdes 6,7 (7,3), e os Liberais, que faziam parte do governo em Bona, 6,2 (6,9).

Os comunistas reformadores do PDS alcançaram um resultado histórico, passando de 4,4 por cento em 1994 para 5,1 por cento, e garantindo a eleição de 35 deputados ao Bundestag. É a primeira vez que o PDS ultrapassa a barreira dos 5 por cento a nível nacional.

O novo parlamento terá 298 deputados do SPD (252 em 1994), 245 da CDU/CSU (294), 47 de Os Verdes (49), 43 do FDP (44) e 35 do PDS (30), o que significa uma maioria absoluta de 10 lugares para o bloco SPD/Verdes.

De salientar que a extrema-direita alemã ficou fora do parlamento. Nenhum dos três partidos de extrema direita que concorreram ao escrutínio - União do Povo Alemão (DVU), os Republicanos e o Partido Nacional Alemão (NDP) - conseguiu obter os 5 por cento necessários para integrar o Bundestag.



Lothar Bisky, presidente do PDS (Partido do Socialismo Democrático)

Os sociais-democratas venceram igualmente as eleições regionais de Mecklemburg-Pomerania (leste), que decorreram em simultâneo com as legislativas. O SPD recolheu 34,3 por cento dos votos (27 lugares, num total de 71), contra 30,2 para a União Cristã-Democrata (24 lugares), o que lhe permitirá dirigir o futuro governo regional de Mecklemburg-Pomerania.

O governo cessante era dirigido pelo cristão-democrata (CDU) Bernd Seite, com base numa coligação entre a CDU e o SPD. Seite anunciou de imediato a sua demissão. A CDU perdeu cerca de sete pontos em relação às regionais de 1994 (37,7 por cento), ao contrário do SPD, que ganhou cinco pontos (29,5 por cento).

Os comunistas (PDS) surgem em terceiro lugar, consolidando a sua implantação em toda a região, com 24,4 por cento dos votos (22,7 por cento em 1994) e 20 lugares. Mais nenhum partido conseguiu eleger candidatos.

O SPD venceu ainda as eleições municipais de Brademburgo (ex-RDA) num escrutínio realizado em paralelo às legislativas. Segundo os resultados divulgados, o ministro do Ambiente de Brademburgo, Matthias Platzeck do SPD, será o novo edil de Potsdam, a capital. Os comunistas do PDS, que candidatavam Anita Tack, obtiveram 24,4 por cento, confirmando-se como a segunda força eleitoral, enquanto o candidato cristão-democrata, Wieland Niekisch, conseguiu apenas 9,1 por cento.

A Alemanha liberta-se de Helmut Kohl

A Alemanha acaba de se libertar do «Führer» europeu do capitalismo global, do amigo de Ieltsin, do protector de Suharto, do arquitecto de Maastricht, infligindo à democracia-cristã e ao seu chefe, Helmut Kohl, a maior derrota eleitoral da história da República Federal.

Será necessário recuar até Adolfo Hitler para se encontrar um estadista alemão que tenha simbolizado e personificado uma política e um sistema qualificado pelos seus contemporâneos com adjetivos como «loucura», «catástrofe» ou «rapina».

Apesar de beneficiar do apoio da igreja, da federação dos empresários, da indústria, do Deutsche Bank e da classe dos multimilionários, a democracia-cristã baixa de 41 para 35 por cento. Na segunda-feira de manhã a cadeia de televisão ZDF mostrava as garrafas de champagne ainda por abrir e o requintado buffet de lagosta destinados à malograda «party» eleitoral do Commerzbank com que os banqueiros de Frankfurt esperavam poder celebrar a vitória do seu

Particularmente significativo é o resultado do PDS que pela primeira vez ultrapassa a cláusula discriminatória dos cinco por cento e aumenta de 30 para 35 o número de deputados, reforçando-se também na parte ocidental, sendo assim a única força política que sobe além do partido do novo chanceler e ganha mesmo quatro círculos eleitorais na futura capital, Berlim. Os dois objectivos principais das forças de esquerda na Alemanha, nomeadamente do PDS e do Partido Comunista Alemão (DKP) - afastamento de Helmut Kohl e reforço da representação parlamentar do PDS - foram atingidos.

A habitual subestimação social-democrata do papel do movimento de massas e do estado de espírito das populações, conjugada



Schröder e Kohl, em Abril de 1997

com «Os Verdes» parece, pelo menos momentaneamente, ter travado os partidários da grande coligação com a CDU e da nova «via» sacra «blairista», ávida de mostrar aos grandes accionistas de que são capazes de desumanizar a irracionalidade do capitalismo e de levar a Nato a bombardear e a intervir em países independentes tão bem ou melhor do que a própria democracia-cristã.

Por outro lado, com o novo governo SDP-Verdes, os dirigentes sindicais social-democratas associam a ilusão do retorno ao capitalismo caritativo e paternalista dos tempos áureos da social-democracia, inspirada na fábula do milionário generoso, como «socializar» e «democratizar» o capitalismo sem o liquidar.

A chamada «aliança para o emprego», que um candidato do PDS numa sessão em Düsseldorf caracterizou como «um pacto entre o ladrão e a vítima em que o criminoso se compromete a não assassinar o assaltado desde que este não ofereça resistência», parece ser o objectivo central dos dirigentes sindicais colaboracionistas.

Mas os tempos mudaram. A chantagem global do capital sobre os povos e as suas derrotas diárias estão a mostrar que, de facto, o comunismo já não é um espectro, mas o real portador da esperança, dos ideais e dos objectivos concretos que hão-de ajudar a huma-

nidade a libertar-se do seu inimigo global, o capitalismo.

Grupos de jovens social-democratas festejavam a vitória de Schröder de punho no ar, cantando a «Internacional» e agitando

bandeiras vermelhas. Quantos dias serão necessários até apanharem uma grande desilusão e saberem que estão no partido errado?

■ Rui Paz

Perfil

O novo chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, nasceu a 7 de Abril de 1944 em Mossenberg (Baixa Saxónia) e descende de uma família pobre, com mais cinco irmãos, cujo pai tomou na II Guerra Mundial. Foi trabalhador-estudante e trabalhou numa loja de porcelanas. Formado em advocacia, em 1963 entrou para o SPD, de 1978 a 1980 foi secretário-geral da Juventude Socialista, e a partir de 1980 foi deputado ao Bundestag, em Bona. Em 1986 foi eleito para o parlamento regional da Baixa-Saxónia, e nas eleições para este órgão realizadas em 1990 conseguiu derrotar o candidato da CDU, Ernst Albrecht.

Dirige o SPD na Baixa-Saxónia desde 1994 e tornou-se agora no terceiro chanceler social-democrata depois de Willy Brandt (1969-74) e de Helmut Schmidt (1974-82).

PCP saúda PDS

Carlos Carvalhas enviou uma saudação ao secretário-geral do PDS, Lothar Bisky, pelos «importantes resultados alcançados pelo vosso partido nas eleições, num quadro difícil e de grande bipolarização».

Para o secretário-geral do PCP, os resultados eleitorais «representam uma magnífica vitória dos militantes do PDS, da sua acção combativa contra as consequências sociais impostas pelos governos de direita e por uma política de esquerda, da dignidade e coragem com que tem enfrentado discriminações, perseguições e fortes campanhas de diversão ideológica».

Por outro lado, «são também resultados que, encorajam a luta do nosso Partido e de todas as forças de esquerda e do progresso que lutam por um novo rumo do processo de integração europeu, por uma Europa de paz, progresso e cooperação».

Também o secretariado do Comité Central enviou uma nota de felicitações ao PDS, considerando que estas eleições mostram que «apesar de todas as discriminações e perseguições de que tem sido alvo, um número crescente de cidadãos alemães vê no PDS uma grande força de esquerda e de progresso necessária à sua luta por uma vida melhor».

Manifestando a sua vontade de «aprofundar a estreita cooperação existente entre os nossos dois partidos, muito em particular na luta por um outro rumo do processo de integração europeu», o Secretariado faz votos «para que a partir das eleições do próximo ano para o Parlamento Europeu, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/EVN, passe a contar com deputados do vosso Partido».

chanceler. No dia anterior, o secretário-geral do partido, o pastor Peter Hinze, havia justificado a derrota afirmando: «o povo não compreendeu a necessidade dos sacrifícios que lhe exigimos».

É também a primeira vez na história da Alemanha Federal que um chanceler em funções é afastado do poder através do veredicto eleitoral e não por conluio parlamentar entre os partidos que, após a derrota militar do III Reich, reconstituíram o poder político e económico dos Siemens, dos Krupps e dos Thyssens.

Mesmo atingindo os 41 por cento devido à vaga de repulsa popular contra Kohl, a situação da social-democracia também não é brilhante. O antigo monopólio de dois partidos, CDU e SPD, dominando os acontecimentos no Bundestag com a ajuda do partido satélite, o FDP, foi quebrado com a reentrada d' «Os Verdes» e o reforço das posições do PDS no Bundestag.



Cartazes eleitorais: Schröder, à esquerda, proclama «A reconstrução da Alemanha oriental é um assunto capital», enquanto Kohl, à direita, afirma «Classe mundo para a Alemanha», numa referência à publicidade do Classe A da Mercedes

SPD e Verdes encetam negociações para a formação do governo

«Combater o flagelo do desemprego» e «firmar a unidade interna da Alemanha» são as prioridades anunciadas por Gerhard Schröder, o novo chanceler alemão, depois de confirmada a vitória do SPD nas eleições de domingo para o Bundestag, pondo fim a 16 anos de era Helmut Kohl. As negociações para a formação do governo começam amanhã.

Falando perante milhares de pessoas que festejavam a vitória diante da sede do SPD, em Bona, Schröder prometeu que o seu governo, além de combater o desemprego, cuidará da estabilidade económica, da segurança interna e da continuidade da política externa alemã. «É nosso

dever modernizar o nosso país e lutar contra o atolamento das reformas», disse.

O Partido Social Democrata e os Verdes vão estar reunidos amanhã na primeira ronda de negociações para a formação do novo governo.

Dirigidas pelo próprio Schröder e pelo secretário-geral do SPD, Oskar Lafontaine, as negociações representam o primeiro teste do novo chanceler. Por um lado, sabe-se que Lafontaine fez depender a aceitação do cargo de ministro das Finanças e dos Assuntos Europeus do desfecho das negociações para uma coligação; por outro lado, o único nome que Schröder já garantiu que fará parte do seu governo é o do independente Jost Stollmann, por ele convidado directamente para o gabinete sombra do SPD, que fez há algum tempo declarações controversas sobre a reforma da segurança social e o papel dos conselhos de empresa que desagradaram profundamente aos sindicatos.

Falando em conferência de imprensa, no início da semana, o futuro chanceler negou-se a estabelecer qualquer prazo para terminar as negociações sobre a coligação mas afirmou que elas deverão ser «rápidas, embora cuidadosas». Como ponto de partida para um entendimento Schröder apontou as questões da estabilidade económica, da segurança interna e da continuidade da política externa. Ao contrário do seu antecessor, Schröder defende que o combate ao desemprego é «uma tarefa de âmbito europeu, mesmo que isso não substitua os

esforços a empreender a nível nacional».

Confrontado com as suas anteriores críticas à moeda única europeia, Schröder deixou claro que «já passaram à história» e que «agora é necessário fazer do euro um sucesso», pois o contrário seria, na sua opinião, «uma catástrofe».

Também não são de esperar grandes alterações no tocante à política externa, em particular no respeitante à presença alemã na Nato, em relação à qual Schröder foi bastante claro: «continuaremos a ser bons parceiros», disse, lembrando que «a Alemanha é membro da Nato e apoiou o seu alargamento a leste».

Quanto aos ecologistas, anunciaram partir para as negociações com uma agenda de prioridades, designadamente o combate ao desemprego, abolição da energia nuclear e reforma da lei da cidadania.

Entretanto, um porta-voz do Bundestag anunciou que será um eleito do partido comunista renovado alemão (PDS), Fred Gebhardt, 70 anos, a fazer o discurso de abertura da primeira sessão da nova câmara baixa do parlamento. Gebhardt é o mais velho da nova assembleia e é a este título que abrirá a próxima sessão, segundo a tradição.

Gebhardt foi candidato às eleições de domingo como número um da lista do PDS no estado de Hesse. Aderiu ao PDS em Fevereiro último, depois de ter sido durante 53 anos membro do partido social-democrata, 11 dos quais como responsável em Frankfurt.

«Relatório do FMI alerta contra regionalização»

Expresso, 29 de Agosto de 1998

«Portugal é um País nitidamente desigual. Quando alguns dos seus habitantes do interior se queixam de terem piores condições de vida e menos oportunidades do que os do litoral, estão a exprimir uma diferença que dificilmente se poderá considerar imaginária. Este problema não reflecte apenas a desigual capacidade de recursos naturais em cada uma dessas áreas, mas também a desigual distribuição de poderes no território português. O fenómeno que o debate sobre a regionalização evidencia vem desde há muito. Constitui uma realidade estrutural de Portugal continental.»

A Identidade Nacional, José Mattoso, 1998

«A Descentralização e a Regionalização são processos de determinante essencialmente política. É a eleição pelas Comunidades Locais de órgãos deliberativos e executivos próprios que impulsiona uma redistribuição geográfica do poder.»

Fernando Gonçalves e António Fonseca Ferreira, A Descentralização, o Aparelho de Estado e o Funcionalismo, contributos para uma análise, in Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento, 1982



Porquê Belmiro de Azevedo diz ser «razoavelmente contrário à regionalização» (1)? Porquê Luís Champalimaud declara «criar quintas regionais faz-me a maior das confusões» (2)? Porquê Ricardo Espírito Santo afirma «É um risco elevado que não devemos correr» (3)? Porquê Ferraz da Costa, da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), não sabe «se a regionalização será a última das reformas necessárias ou a primeira das desnecessárias» (4)? Porquê Vasco da Gama, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), considera «não haver razões para dividir um pequeno país como o nosso em várias regiões» (5)? Porquê Ludgero Marques, da Associação Industrial Portuense (AIPortuense), considera esta «regionalização inoportuna e precipitada» (6)? Porquê João Salgueiro — «Uma má solução para um problema que não existe» (7), Artur Santos Silva — «Não sou favorável à regionalização porque ela não é uma prioridade em Portugal» (8), Ernâni Lopes — «Portugal inventou mais um problema que pode dar muito folclore e asneira» (9), estão contra, como contra estão Cavaco Silva e Mário Soares?

Porquê, nos principais órgãos de comunicação social, de Pinto Balsemão e do coronel Luís Silva (e também públicos), se desenvolveu uma onda crítica contra a regionalização, através dos seus principais articulistas, analistas e comentadores?

E porquê, ao contrário, a generalidade dos pequenos e médios empresários e as suas associações, se pronuncia favoravelmente? Porquê, num inquérito realizado em 1996 por doze associações empresariais regionais (Beja, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Vila Real, Leiria, Guarda, Castelo Branco, Évora, Santarém, Faro e Bragança), abrangendo essencialmente pequenos e médios empresários, se constata que a «maioria dos empresários portugueses apoia a regionalização do País» (10)?

E curial será, também, entender como se articula aquela posição do grande capital português, com teses defendidas pelo PSD e pelo PP/CDS, com as suas viragens estratégicas sobre a regionalização.

Notas sobre a Regionalização

O grande capital português e a Regionalização

É um exercício com interesse político tentar perceber as razões e motivações dos diversos posicionamentos sociais e políticos no debate em curso sobre a regionalização. Discernir razões e motivações no meio do arrazoado de argumentações, repetidas até à exaustão, razoáveis umas, descabeladas, demagógicas ou pura e simplesmente terroristas, outras. Particularmente interessante é verificar o grande consenso (uma quase unanimidade) do grande capital português (dos seus representantes mais destacados, dos seus principais funcionários, agentes e advogados). E, mais que a constatação, será conveniente perceber o porquê!

rais no exercício do poder, nas linhas da administração pública, na gestão das coisas.» (11).

Mas será também pacífico que o conjunto das opiniões expendidas por representantes do grande capital, as posições das associações dominadas pelo grande patronato, cruzadas com as voltas e reviravoltas dos partidos da direita e da social democracia, justificam uma análise política específica.

É um lugar comum, nos dias que correm, dizer que a regionalização atravessa transversalmente os partidos e as ideologias e,

com isto, querer dizer-se que há «regionalistas» na esquerda e na direita, adeptos e adversários da regionalização em todo o espectro partidário. Assim parece ser. Mas isso não ilude a necessidade de reflexão (sobretudo à esquerda) sobre essa aparente «neutralidade» ideológica e política da regionalização! Como se a regionalização fosse um processo de «técnica administrativa» possibilitando posições individuais, mais ou menos sustentadas, à margem do quadro de forças sociais e políticas...

É que, para lá de considerações táticas de curto prazo (com o fundamento real de que quem manda pode talhar e retalhar a regionalização à sua medida...), não se pode evitar ver (e avaliar) a regionalização como tocando a estrutura do poder político (do Estado), as forças, conteúdos e distribuição desse poder no espaço do País, afetando e confrontando-se, assim, com interesses e objectivos de forças sociais (de classe). Se não há Estado acima das classes, a regionalização não será indiferente às classes!

E se assim é, mesmo que contraditoriamente surja como uma reforma progressista do Estado, contracorrente, porque numa relação de forças sociais e políticas desfavorável aos trabalhadores e à esquerda, o carácter estrutural, profundo e conflituoso, do processo da regionalização, interessa ser avaliado no contexto da afirmação de um projecto transformador, democrático e de esquerda.

Sendo potencialidades suas, um aprofundamento do regime democrático pelas suas virtualidades no crescer da democracia participativa, e uma contribuição (uma condição necessária) para um desenvolvimento mais igual, mais homogêneo, do território português, seria estranha a sua ausência como objectivo de um projecto político de esquerda.

Teses e reflexões do grande capital

Uma leitura, manifestamente incompleta, de recortes de imprensa (notícias, entrevistas, artigos) não pode deixar de evidenciar o grande consenso anti-regiões do grande capital português. O consenso que um jornalista do *Diário Económico* sintetizava assim: «Depois da maioria dos capitães da Indústria e de relevantes personalidades da vida política, os homens da Banca juntam-se à corrente do "não"» (12).

É a consonância geral e global do «não» à regionalização, prevista na Constituição da República portuguesa desde 1976, como terceiro patamar do Poder Local (Artigo 236.º: No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas) que, com diversas sensibilidade e expressões, e algumas poucas excepções, constitui a primeira e principal constatação. Diversidade e variantes na forma de dizer ou assumir o «não às regiões», que não escondem a quase unanimidade de uma evidente posição de classe!

Na argumentação contra a regionalização, três questões parecem avultar na observação sistemática das diversas opiniões expressas.

I — O tempo da regionalização: não é altura nem o momento para se avançar com a regionalização

«(...) Considero esta regionalização inoportuna e precipitada (...), Ludgero Marques (13); «(...) há outros assuntos mais prementes para resolver (...), Vasco da Gama (14); «(...) Nesta altura, em que todos os recursos são poucos, em que temos compromissos com a Europa (...), Ricardo Espírito Santo (15); «(...) Como cidadão, num momento em que estamos no mundo da globalização, em que há o discurso político da internacionalização (...), Luís Champali-

maud (16); «(...) Não sou favorável à regionalização porque ela não é uma prioridade em Portugal. A prioridade neste momento é a Europa, a moeda única», Artur Santos Silva (17).

Merecem reflexão estas considerações sobre um «outro tempo», «oportuno» para a regionalização, conhecidas que são as mudanças de posição de forças e personalidades político-partidárias, que no decurso destes quase 25 anos pós 25 de Abril, passaram (aparentemente) de fervorosos adeptos da instituição das regiões a adversários declarados.

Fácil é verificar que são outras, hoje, as prioridades do grande capital: a Europa, a moeda única, a globalização, a internacionalização do grande capital nacional, um outro estádio de desenvolvimento... Mas quando será tempo? Não foi durante 25 anos, e pela natureza dos problemas («desafios») levantados para não fazê-la hoje, é certo que a regionalização seria adiada, definitivamente, para as calendas...

II — O conteúdo da regionalização: uma certa regionalização «administrativa», «não política», é admissível por oposição a regiões com órgãos legitimados por eleições

«Eu preferia claramente uma solução (...): descentralizar a administração e dar mais poder directo às pessoas, em vez de criar uma nova camada de pessoal político ao nível das regiões (...), João Salgueiro (18); «(...) E continuarei sempre contrário a um processo de regionalização político, ou que tenha motivos e contornos políticos, que implique a multiplicação das burocracias e se traduza simplesmente na criação de mais lugares para uma classe política incipiente e sequiosa de poderes (...), «(...) O que defendo (...) é a descentralização e a desconcentração dos poderes e das actividades que se encontram excessivamente concentradas em Lisboa (...), Ludgero Marques (19); «(...) É evidente que as empresas preferiam os seus problemas mais perto da sua zona de actividade (...), (Descentralizar sim, mas sem criar novos níveis de poder político...), Isso é o que assusta as empresas (...), Ferraz da Costa e *Diário Económico* (20).

Verifica-se, assim, a par de eufévos e muita confusão em torno dos conceitos descentralização/desconcentração (21), uma separação (arbitrária e esquemática) entre um mecanismo de descentralizar «administrativo» e um mecanismo de descentralizar «político», identificando este com a existência de um patamar de poder (autárquico) com órgãos resultantes de eleições (22). Os porta-vozes do grande capital optam pela via da «descentralização/regionalização administrativa», apolítica, não burocrática, sem acréscimos de pessoal político, por contraposição à «descentralização/regionalização política», que cria «novos níveis de poder político», «multiplicação de burocracias», «nova camada de pessoal político», ou seja, em síntese, o pecado horrendo de mais Estado! Pretende-se assim esvaziar a regionalização da

■ Agostinho Lopes



«política» e, em particular, recusar a legitimação e eleição democráticas dos órgãos do poder regional!

Acrescente-se que estas «leituras» da regionalização têm sido animadas por opiniões de membros do PS sobre uma «regionalização soft», uma «regionalização muito administrativa», para não referir os perigosos «riscos do recurso a eleições directas para a escolha de futuros órgãos regionais» (...), de Vítor Constâncio (23), ou os arripes de Nuno Brederode Santos «se existirem eleições directas para os órgãos regionais» (24). As citações (ou confusões) ficam completas com as explicações de Guterres no discurso de Faro. Segundo o Público de 30 de Agosto «Guterres até fez questão de explicar os modelos vigentes na Europa comunitária para depois acrescentar que Portugal não vai seguir os exemplos da Alemanha, Itália ou Espanha, onde a regionalização é claramente política. Os exemplos a seguir, são os da França, Holanda e Dinamarca, onde as regiões têm "poderes limitados" funcionando "fundamentalmente como órgãos técnicos"» (sublinhado meu). As autarquias são órgãos técnicos?? Porque se não limitarão a enunciar a diferenciação constitucional, que atribui às regiões uma natureza «administrativa» e não «política», em virtude das Regiões Administrativas a instituir estarão desprovidas de poderes legislativo e fiscal próprios??

O mais extraordinário daquelas posições, e também das personalidades do PS citadas, é desconhecerem (?) ou não terem minimamente em conta, o texto constitucional onde se estabelece taxativamente nos artigos 239.º (órgãos deliberativos e executivos) e 260º

(Assembleia Regional) a eleição dos órgãos regionais «por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema de representação proporcional»! Isto é, as regiões são «autarquias locais» e não componentes da estrutura da Administração Central!

A que se acrescenta a ilusão de óptica política ou simples ignorância sobre a pretensa natureza «neutra», «apolítica» das estruturas desconcentradas da Administração Central. Como se as Comissões de Coordenação Regional (CCR) não contivessem «estruturas burocráticas», os seus presidentes não fossem «pessoal político» e não estivessem, no seu funcionamento, dependentes do jogo político do Governo!

Regressa uma conhecida máscara: o administrativo como disfarce do poder político oculto na rede hierárquica e funcionando como função legitimadora dos processos decisórios políticos! (26).

III — O mapa da regionalização: é completamente inaceitável o mapa das oito regiões, separando o litoral e o interior

Neste ponto coincidem as vozes do grande capital e (o que não é de estranhar) muitos dos antigos e actuais presidentes das CCR (Valente Oliveira, Silva Peneda, Manuel Porto, José Reis, ...) defendendo como áreas das futuras regiões, precisamente as áreas das CCR, tendo como argumento central a chamada tese da «massa crítica».

«(...) Será que de um Norte vamos deixar que uma qualquer regionalização faça quatro?» (27). «Sou totalmente contrário a que se divida o Norte retirando-lhe peso crítico e impedindo-o de ter dimensão suficiente para que seja o pólo de atracção de todo o Nordeste Peninsular», Ludgero Marques (28); «(...) As Comissões de Coordenação Regional definem bem o País e estão adaptadas à nossa realidade. Por isso entendemos que Portugal já está regionalizado (...), Alberto Mesquita, Presidente do Conselho Empresarial do Norte (29); «Aceitamos o desafio (da regionalização) desde que as regiões a criar detenham suficiente massa crítica, não sejam homogêneas, não separem o litoral do interior, não implique uma criação de uma região de Lisboa ou do Porto (...), Associação Comercial do Porto (30); «Vamos partir o país em zonas sem massa crítica mínima para que o desenvolvimento económico possa ser o melhor desenhado do que o foi até agora (...), Ferraz da Costa (31).

O que há a referir, em primeiro lugar, é que este argumento do «mapa» não tem sentido para quem objecta, por razões de fundo, a criação das regiões: com este ou com qualquer outro mapa!

Depois, o que ressalta nestas avaliações do mapa das oito regiões, inclusive dos «regionalistas» que nessa base se opõem ao processo, é a sua natureza tecnocrática, para não dizer antidemocrática. É que todas essas posições, a favor ou contra as regiões, do Porto ou de Coimbra, esquecem pura e simplesmente de se interrogar (pelo menos a dúvida!) sobre quais são as opiniões do tal interior (transmontano, durienso ou beirão), que eles pretendem junto do «seu» litoral por causa da massa crítica! E esta reflexão é tanto mais imperativa quando se sabe que a imensa maioria das Assembleias Municipais (32), inclusive as desse interior, se pronunciou favoravelmente pela referida divisão.

Sobre a questão da «massa crítica», e sem fazer aqui e agora uma análise mais desenvolvida da sua consistência e coerência argumentativa (33), cabe dizer que duas experiências feitas e conhecidas permitem arrumar na prateleira esse argumento.

Uma, a experiência das próprias CCR que, tendo essa evidente «massa crítica», não evitaram o agravamento das assimetrias interior/litoral, nem que se visse o interior ganhou alguma coisa, antes pelo contrário... como resultado dessa «massa crítica» conjunta (34).

Por outro lado, a rica experiência das autarquias municipais pós 25 de Abril, precisamente em concelhos sem «massa crítica» (no interior transmontano, beirão ou alentejano), mostrou as potencialidades da «autarquia», a quem foram dadas condições económicas e políticas, para criar «massa crítica», inclusive deslocando-a de onde, aparentemente, a haveria em excesso!

Não pode ainda deixar de anotar-se a contradição (ou talvez não) de quem advoga uma simples «descentralização administrativa», sem novos patamares políticos, e depois se mostra tão fortemente preocupado com a dimensão da área regional. Mais que de «massa crítica», parece o problema ser de «massa política», isto é, da «massa dos eleitores»!

Algumas tentativas de explicação de conclusão em jeito de conclusão

É difícil não fazer hoje o paralelo entre a involução dos posicionamentos do PSD, PP/CDS e de personalidades do PS sobre a regionalização pós 25 de Abril e a reconstituição do poder económico e político de grupos monopolistas no País, e o seu crescente e consequente reganhar de poder na determinação das políticas governamentais. Reconstituição, como é sabido, realizada por um processo acelerado e forçado pelo próprio Estado, ➤

Notas sobre a Regionalização

de «centralização e concentração capitalista»⁽²⁶⁾ e onde o processo de privatizações (mas não só) desempenhou e desempenha um papel nuclear.

Não são estranhas as posições do grande capital português sobre a regionalização. No contexto da situação do País e da envolvente comunitária e mundial, elas reflectem as preocupações com a defesa e manutenção das condições necessárias à conservação e reforço do poder (político e económico) da oligarquia financeira portuguesa.

Os riscos e medos do grande capital, mais ou menos explícitos, podem ser avaliados por algumas transcrições em dois vectores principais:

– **O risco da dimensão política e democrática da regionalização:** a oposição de Ludgero Marques «à criação de novos poderes políticos intermédios e unidades territoriais artificiais», coincide com o medo de Ferraz da Costa de «novos níveis de poder político»⁽¹²⁾; as «lutas políticas exacerbadas (...)»⁽²⁰⁾ da Associação Comercial do Porto, converge com o «jogo político» de João Salgueiro e o «teatro político» de Ludgero Marques, que levam a que o «debate se centre em questões políticas e não em questões pragmáticas...»⁽²⁵⁾, o que desencadeia «rivalidades regionais» e põe em «causa a unidade e a coesão nacional». Na «perspectiva dantesca» (assim bem a classificou o *Diário Económico*) de Ludgero Marques, o «choque de competências paralisará o desenvolvimento, as cidades erguer-se-ão contra as cidades, os homens contra os homens!»⁽²⁷⁾

A democracia não é claramente a paixão do grande capital!

O medo da deterioração da gestão financeira do Estado: pois, como diz Ricardo Espírito Santo «é um risco elevado que não devemos correr». (2) Ou, como pergunta Ludgero Marques, «Quais são os custos a ele (processo de regionalização) inerentes? Qual será o seu impacto no Orçamento do Estado ou nos impostos que pagamos?» (3). Ou, como diz Artur Santos Silva, «A prioridade neste momento é a Europa, a moeda única», e a regionalização vai «afastar-nos dessa prioridade e desviar energias». Ora «o critério do défice é apertado, e a regionalização não o auxilia» (6). Aliás, convergentes todos com Cavaco Silva, «haverá um acréscimo de gastos do Estado que comprometerá o desejado equilíbrio orçamental»⁽²⁷⁾. E não seguros de que todas estas abalizadas (e interessadas) opiniões, e muitas outras que poderiam ser chamadas à colação cheguem, pede-se auxílio internacional e invoca-se o santo nome do FMI. Segundo o *Expresso* de 29 de Agosto de 1998, «Relatório do FMI alerta contra regionalização» e explica que não sendo prática comum do distinto organismo imiscuir-se em tais matérias «As avaliações preliminares da missão de técnicos do FMI que esteve em Lisboa (...) – classificadas de “confidenciais” (podia lá ser de outro modo) – alertam o Governo para um conjunto de “riscos” inerentes à regionalização, deixando perceber o seu cepticismo relativamente àquele processo...»⁽¹⁸⁾. Uma pergunta: Quem lhes terá encomendado o sermão?

Preocupações

E pode induzir-se que estes riscos e medos resultam das suas preocupações quanto:

A possibilidade de fracturas/instabilidade no Bloco Central (PS/PSD) que, através da hegemonia político-eleitoral na sociedade portuguesa (governo/oposição) tem permitido a «governabilidade» e a continuidade das políticas (de direita) de sucessivos governos, favoráveis ao grande capital...

A possibilidade de ser afectada a capacidade estratégica do Estado na sua missão (legislativa/executiva) de promoção da acumulação de capital e, em particular, na utilização com esse objectivo dos recursos públicos (fundos comunitários)...⁽²⁸⁾.

Afastar estas «possibilidades» é tanto mais imperativo, quando «desafios» externos e internos estabelecem fortes condicionamentos económicos e/ou são susceptíveis de provocar grande instabilidade na sociedade portuguesa. O que o grande capital considera oportuno e ajustado é garantir, nos dias de hoje:

– o «êxito» da integração na UEM/Moeda Única no quadro apertado (político e económico) das imposições do Pacto de Estabilidade, do alargamento a Leste, da provável redução das transferências líquidas de fundos comunitários, da continuação dos processos de completa liberalização do comércio externo, conforme as negociações GATT/Organização Mundial do Comércio;

– a finalização dos processos de privatização, liberalização e desregulamentação socioeconómica susceptíveis de conformar reformas dos subsistemas de saúde, educação, segurança social, legislação laboral (em curso), com os interesses do grande capital nacional (e transnacional);

– o prosseguimento da reestruturação dos sectores produtivos portugueses ainda segundo aqueles interesses e no quadro



das imposições comunitárias (Política Agrícola Comum, Política Comum das Pescas, etc.);

– a natureza das políticas em curso por forma que os custos (certos e seguros) de todos esses «desafios» não afectem os actuais níveis da colecta de mais valia, antes assegurem a manutenção da actual repartição (desigual) do produto social.

A «unidade e coesão nacional» de que o grande capital, e outros, falam, que pode ser afectada pela regionalização, é a «unidade e coesão» do bloco de forças económicas, sociais e políticas susceptível de lhes garantir a permanência de políticas, conforme os seus objectivos.

Não é certamente por acaso que a Associação Comercial do Porto, no seu texto de Maio de 1996⁽²⁰⁾, de abordagem desta temática propõe, como alternativa à regionalização (que considera já feita através das CCR):

A alteração da Lei Eleitoral «no sentido da criação de círculos uninominais que libertem os deputados de uma lógica e disciplina partidárias (...); a proposta «de um sistema bicameralista que permitiria constituir uma Câmara Alta, liberta das pressões políticas de cada momento».

(Apetece perguntar, porque não uma nova Câmara Corporativa, onde tivessem assento e voto maioritário as associações do grande patronato?!).

Veja-se a comovente preocupação de António Barreto no debate sobre a regionalização, promovido pela Fundação da Casa de Mateus em Julho de 1997, «o país aguentou muitas rupturas nos últimos anos» e «é de recear que não aguente muitas mais»⁽¹⁴⁾. Ou as de Rui Vilar com a «questão da governabilidade», que não se esquece, também, de apresentar como

alternativas: «a reforma da lei eleitoral e a criação dos círculos uninominais!»⁽²⁹⁾

É evidente que, quando se levanta este véu sobre algumas razões que poderão justificar as posições do grande capital português contra a regionalização, não se está a afirmar que a oligarquia financeira não sobreviverá ao processo de regionalização. Aguentará, a contragosto, temendo (e com razão) riscos e dificuldades acrescidas. Mas vai resistir, sobretudo porque continua (e continuará) a ter amigos do peito nas diversas instâncias de poder em Portugal. Com ou sem regionalização.

Aliás, todas as preocupações, contradições e cedências do PS no processo de regionalização (que vão continuar) ilustram de forma exemplar mais uma tentativa de concretizar uma promessa eleitoral sem chocar com os interesses poderosos que o Governo tão bem tem servido. É o esforço do PS para harmonizar uma necessária reforma do Estado, que é a regionalização, com orientações estratégicas que também perfilha.

O grande capital, para lá daquele posicionamento estratégico de defesa do «status quo» do Estado português, onde as únicas reformas que considera aceitáveis e desejáveis são a redução do número de trabalhadores da função pública e a privatização de uns tantos serviços públicos, evidencia, em torno da regionalização, algumas preocupações mais imediatas.

A gestão orçamental – conhecendo-se o seu significado na dimensão do mercado público e o seu papel no investimento público e nos apoios ao capital privado, e conhecido o quadro apertado decorrente da moeda única e respectivo Pacto de Estabilidade, a regionalização pode levar a «desregramentos» orçamentais. Para o grande capital, «desregramentos» são mais impostos sobre os seus rendimentos e mais despesas sociais, por contraposição a políticas salariais e de emprego restritivas (inclusive na função pública) e redução dos serviços públicos essenciais.

A repartição do bolo dos fundos comunitários, articulada e incluída na gestão orçamental, tem um papel importante no processo de acumulação em curso (quer por ajudas directas via PEDIP e outros programas, quer no apoio à chamada «internacionalização das empresas», quer pelo significado da gestão de fundos como os do Fundo Social Europeu na formação profissional). Há, e com fundamentadas razões, a preocupação de que a regionalização obrigue a outra gestão desses dinheiros, que até hoje se têm limitado a reproduzir (quando não a agravar) as desigualdades regionais existentes, apesar de a natureza de alguns desses fundos se destinar a corrigir assimetrias regionais e sociais. Os riscos muitas vezes apontados de ligação directa Região/Bruxelas têm a ver com esse receio de se pôr em causa a gestão «centralizada» (e ao seu serviço) do bolo comunitário!

O aparelho coercivo, não sendo chamado explicitamente à argumentação, é evidente que está sempre presente nas preocupações de quem julga que a situação social pode azedar e que ninguém sabe quando precisará de uma polícia «às ordens»... O que vai acontecer a esse importante sub-aparelho estatal com a regionalização? Sendo inconsistentes as preocupações, pois nada no actual processo de regionalização permite ver alterações nesta matéria (bem pelo contrário), as reflexões de alguns sobre os «novos níveis do poder político», podem conduzi-los a ver o que não existe... e daí, preocupações. Outra sustentação têm as preocupações daqueles que recusam a regionalização pela possibilidade de os comunistas poderem vir a ser maioritários nos órgãos regionais do Alentejo!

(1) Público, 15 de Junho de 1996

(2) Diário Económico, 14 de Julho de 1998

(3) Público, 14 de Abril de 1998

(4) Independente, 10 de Maio de 1996

(5) Público, 5 de Agosto de 1998

(6) Independente, 12 de Setembro de 1997

(7) Público, 10 de Abril de 1997

(8) Expresso, 15 de Junho de 1996, e Público, 12 de Junho de 1996

(9) Avante!, 16 de Maio de 1996, «Nas margens da regionalização»

(10) Diário de Notícias, 9 de Maio de 1996

(11) Diário Económico, 18 de Julho de 1996

(12) A diferença entre os dois conceitos, através da explicitação rigorosa e desenvolvida do conteúdo de cada um deles, pode ser vista no capítulo 2, «Regiões Administrativas, o poder local que falta», Editorial Caminho, Luís Sá, 1989. Mas serve a formulação contida na Resolução N.º 1/82 do Conselho de Ministros (AD) publicada no *Diário da República* de 4 de Janeiro de 1982: «(...) O processo de des-concentração de funções, (...) consistiria unicamente na transferência de alguns poderes de decisão de órgãos centrais do Estado para órgãos periféricos deles hierarquicamente dependentes. Do que se trata é de empreender uma verdadeira e autêntica descentralização regional, ou seja, a transferência de atribuições e competências, de serviços e de

recursos humanos, materiais e financeiros, para entidades independentes do Estado – as regiões –, que serão dirigidas por órgãos próprios, livremente eleitos e representativos das populações que os escolherem.»

(13) A diferença que pode ser feita da “região política” face à “região administrativa” «resulta essencialmente de possuir poderes, como o legislativo e o fiscal, e não do facto de serem ou não eleitos democraticamente», Jorge Cordeiro, *Avante!*, 27 de Agosto de 1998

(14) Referido pelo Público de 15 e 16 de Junho de 1996 a propósito do debate promovido pela Fundação da Casa de Mateus

(15) Ver *O Estado na Sociedade Capitalista*, I e II, de Ralph Miliband, Editorial Presença/1977

(16) Público, 29 de Setembro de 1997

(17) Expresso, 11 de Maio de 1996

(18) *Jornal de Notícias*, 28 de Novembro de 1996

(19) Posição Pública da Associação Comercial do Porto sobre Regionalização, Maio de 1996

(20) *Jornal de Notícias*, 4 de Agosto de 1998

(21) Dos 225 municípios, só 67 Assembleias Municipais não responderam ao pedido da Assembleia da República

(22) Ver o elucidativo artigo de Brandão Alves no *Expresso* de 25 de Outubro de 1997

(23) Como tivemos a oportunidade de demonstrar no texto «Regionalização e o Desenvolvi-

mento Regional» - Debate promovido pela *Rádio Voz do Marão*, realizado em 6 de Julho de 1996, muitos dos problemas actuais de Trás-os-Montes e Alto Douro resultaram das orientações contidas nas chamadas Linhas de Estratégia de Desenvolvimento da Região Norte (LEDRN), da autoria da CCRNorte, então presidida por Valente de Oliveira!

(24) *Jornal de Notícias*, 9 de Maio de 1996

(25) *Diário Económico*, 10 de Maio de 1996

(26) Processo tratado desenvolvimentamente nas Resoluções Políticas dos X, XII e ainda dos XIII, XIV e XV Congressos do PCP

(27) A necessidade de «acumulação» do capital privado português pode ser ilustrada pela «Carta do Director», Camilo Lourenço, na *Exame*, Edição Especial 98 de Agosto/Setembro, «Grupos Económicos». Titulada significativamente «Os anões da Europa», todo o texto é orientado pela necessidade e possibilidade de os Grupos Económicos portugueses crescerem para atingirem «a dimensão suficiente para aparecer nos rankings das revistas internacionais». Isto é, a concentração e centralização do capital caseiro ainda está no princípio... «não obstante os grandes progressos dos últimos cinco anos».

(28) Público, 10 de Setembro de 1998.

■ Edgar Correia
Membro
da Comissão Política

Não à privatização da Segurança Social

O debate que vai ter lugar na Assembleia da República em torno da discussão na especialidade das propostas de Lei de Bases da Segurança Social apresentadas pelos diversos partidos constitui uma matéria de transcendente importância política que irá marcar profundamente a sessão legislativa iniciada há poucas semanas.

Conhecer o que verdadeiramente está em jogo e o que se está a decidir na reforma da Segurança Social que está em curso; compreender o sentido e o verdadeiro alcance das orientações e medidas propostas, quantas vezes disfarçados debaixo de uma espessa folhagem técnica e de densos enunciados de "princípios"; - constituem passos decisivos para convocar a atenção, a mobilização e a indispensável intervenção activa dos trabalhadores e do povo português para este processo.

Este trabalho de esclarecimento torna-se aliás tanto mais necessário quanto se observa estar em curso uma vasta operação ideológica para dar a entender que existe um "consenso alargado" nas posições dos vários partidos e para esbater a incontornável divergência que distingue e opõe, de um lado o projecto do PCP - de reforço e de melhoria do sistema público da Segurança Social - e do outro lado, a proposta do Governo e os projectos-lei do PSD e do PP que, apesar das suas diferenças, enveredam abertamente pelo caminho da privatização parcial da Segurança Social, com vista à constituição de um sistema misto público-privado cuja componente pública, segundo a perspectiva mais destrutiva assumida pelo PSD e pelo PP, deverá evoluir a curto prazo para um sistema de mínimos de carácter assistencial.

Não tem evidentemente fundamento a acusação de que os comunistas se opõem a quaisquer modalidades de segurança social privada, tenham elas as características de fundos de pensões, seguros ou de outras modalidades de poupança reforma. A única exigência que o PCP fez - e faz - nesse domínio, diz respeito à fiscalização pelo Estado da idoneidade desses produtos "financeiros" e à salvaguarda dos direitos dos cidadãos que decidam adquiri-los ou subscrevê-los.

Mas o que não é admissível - e esse, sim, é o problema central que está actualmente em discussão em torno a Lei de Bases - é que o Governo, o PSD e o PP, coincidam no objectivo de reduzir (plafonar) o sistema público de Segurança Social apenas com o propósito de alargar o espaço de mercado dos "produtos" de segurança social privada, a par de uma política de estímulo público da sua aquisição ou subscrição.

Observe-se que continua por fazer até hoje a demonstração de que a redução (plafonamento) do sistema público da Segurança Social apresenta qualquer benefício, quer em termos de sustentabilidade financeira do sistema, quer das prestações auferidas pelos seus beneficiários. E há muitos cálculos e argumentos que sustentam exactamente a tese contrária, das desvantagens de retirar do sistema público as contribuições dos trabalhadores e das empresas que se situam acima do valor escolhido para tecto (plafond "horizontal") ou simplesmente acima de uma dada percentagem do valor das remunerações (plafond "vertical").

São por exemplo de salientar as críticas ao plafonamento surgidas no seio da Comissão do Livro Branco da Segurança Social. É particularmente expressivo o facto desta Comissão, apesar da sua génese governamental e da sua composição reflectir maioritariamente posições favoráveis aos interesses privados, ter apresentado um relatório final que claramente não consegue sustentar a opção do plafonamento (1).

Esta alteração estrutural que consiste na passagem de um sistema público de Segurança Social, que nos termos constitucionais "incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar", para um sistema misto público-privado, construído à custa da redução do sistema público e do corte de direitos, assume expressões no fundamental convergentes nas propostas do Governo e do PSD e PP, apesar das diferenças de metodologia e de âmbito.

Leia-se na proposta do governo do PS: "a lei pode prever (...) a aplicação de limites aos valores considerados como base de incidência contributiva" (art. 50º); "os regimes complementares (de iniciativa cooperativa e social e privada e de constituição facultativa) são reconhecidos como instrumento significativo de protecção e solidariedade social, concretizado na partilha das responsabilidades sociais, devendo o seu desenvolvimento ser estimulado pelo Estado, através de incentivos considerados adequados" (art. 75º); e a garantia dada de que "as modalidades de protecção social prosseguidas pelo sistema público não prejudicam a existência de formas de protecção complementares" de iniciativa não pública (art. 14º).

Veja-se no projecto de lei do PP: "o sistema nacional de Segurança Social abrange o sistema público e o sistema complementar" (art. 30º); "as contribuições são determinadas pela incidência dos valores percentuais fixados na lei sobre as remunerações ou equiparadas até ao limite superior contributivo igualmente fixado na lei", podendo "o limite superior contributivo evoluir para outras formas, designadamente através da adopção de fórmulas de incidência determinadas pelo fraccionamento contributivo das remunerações, independentemente do seu valor" (art. 15º); quanto ao "sistema complementar (ele) compreende regimes legais e contratuais e esquemas opcionais" (art. 63º), sendo que os regimes complementares legais "assumem natureza obrigatória" (art. 64º), ou seja e por outras palavras, a ser aprovado este ponto passaria a haver descontos obrigatórios para a segurança social privada...; além da promoção de "incentivos fiscais ao desenvolvimento progressivo" do sistema complementar (art. 68º).

Observem-se, também, as propostas do projecto de lei do PSD: o que se encontra é a proclamação do princípio da "complementaridade pró-activa da iniciativa privada" (art. 5º); a fixação anual no Orçamento do Estado da "parcela da Taxa Social Única que poderá ser transferida para a vertente de capitalização das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência do regime geral" (art. 14º) ou seja, e por outras palavras, a parte dos descontos que podem ser transferidos da segurança social para os privados para serem geridos em capitalização; com a "originalidade" de o PSD querer pôr todos os por-

tos ultrapasse um valor a fixar por lei (por exemplo 150 mil ou 200 mil contos), calculada pela diferença de uma percentagem do seu valor acrescentado bruto (VAB) e do somatório das contribuições mensais já pagas sobre as remunerações; e a segunda parcela, resultante de uma taxa a incidir sobre as transacções financeiras realizadas nas bolsas de valores.

O projecto do PCP defende também que o Governo estabeleça e anuncie um plano plurianual de amortização da volumosa dívida do Estado ao sistema público da Segurança Social, e que no caso da definição de taxas contributivas inferiores à taxa social única, ou da concessão de isenções ou de outras reduções de contribuições para o sistema, o Estado deve transferir anualmente para o orçamento da segurança social o montante global dos apoios que concedeu.

Anote-se, ainda, em matéria de complementaridade, a proposta de desenvolvimento de um regime complementar no seio do próprio sistema público de Segurança Social, de subscrição voluntária e com prestações definidas.

Mobilizar

A Segurança Social constitui um património maior dos trabalhadores e do povo português.

Um património social que se encontra ameaçado pelos interesses muito poderosos do grande capital financeiro, que pretendem utilizar em seu proveito o enorme volume de



tugueses, através do Orçamento do Estado (por quanto tempo?), a compensar as perdas dos que optem pelo sistema de capitalização privada em relação aos que permaneçam no sistema público da Segurança Social...

As propostas do PCP

Não surpreenderá por isso que, neste contexto, o projecto de Lei de Bases apresentado pelo PCP assente no desenvolvimento de duas linhas fundamentais: a defesa da segurança social, enquanto direito social universal e enquanto sistema público que lhe serve de suporte, como está consagrado na Constituição; e a proposta da melhoria e aperfeiçoamento da segurança social, através do reforço da sustentabilidade financeira do sistema e da criação de condições para a elevação do nível das prestações sociais e, em primeiro lugar, das que se encontram mais degradadas.

É por isso que, para além de muitos outros aspectos, no domínio decisivo do financiamento o PCP propõe o alargamento da base contributiva do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. De forma a acrescentar duas parcelas às contribuições mensais dos trabalhadores e das entidades empregadoras que incidem sobre as remunerações: a primeira constituída por uma contributiva anual das entidades empregadoras cujo volume de negó-

O projecto do PCP defende também que o Governo estabeleça e anuncie um plano plurianual de amortização da volumosa dívida do Estado ao sistema público da Segurança Social.

recursos que as contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras representam.

Mas um património social que pode ser defendido e melhorado, desde que os trabalhadores e os cidadãos em geral se mobilizem massivamente e imponham o respeito pelo que é verdadeiramente seu e a salvaguarda de um sistema público que é o único verdadeiro garante dos seus direitos e legítimas expectativas sociais.

Esta é, sem dúvida, uma causa que convoca todos os trabalhadores a assumirem firmemente nas suas próprias mãos.

(1) Cite-se o Livro Branco da Segurança Social em discurso directo: "a observação dos resultados da variante plafonada (a hipótese estudada foi de 4 salários mínimos além de outras condições) permite concluir que o plafonamento das contribuições constituirá sobretudo uma medida com resultados pouco visíveis no reequilíbrio financeiro do sistema, já que não só mantém a perspectiva de ruptura financeira do sistema, como poderão criar ainda dificuldades financeiras adicionais no médio prazo, apresentando todavia, ganhos líquidos no longo prazo". Refira-se que este longo prazo é estimado em 40 anos (!), e que mesmo este resultado é posto em causa quando o relatório chama a atenção para que a "metodologia utilizada para o cálculo dos efeitos do plafonamento padece de algumas limitações que condicionam a interpretação dos resultados alcançados através dela", razão pela qual "estes deverão sobretudo ser considerados a título indicativo".



Pacote laboral do PS faz o frete ao patronato

Mais trabalho

No emaranhado de mais de três dezenas de propostas avulsas de alteração de leis do trabalho, o Governo do PS quer fazer passar meia dúzia de modificações que poriam muitos milhões de contos nas mãos dos patrões, à custa do erário público e, sobretudo, à custa de uma ainda mais desregulada exploração dos trabalhadores.

Não está ainda decidido o desfecho desta ofensiva, que foi concebida na Concertação Estratégica e esteve para nascer durante o verão, em Conselho de Ministros, à revelia de uma ampla e séria discussão pública e sem atender à que o Governo iria mexer em matérias que são da competência da Assembleia da República. A denúncia do PCP e da CGTP e o protesto dos trabalhadores tiveram como resultado um recuo do Governo, um atraso no calendário da aprovação das propostas e o envio para a AR dos diplomas cuja elaboração estava mais adiantada. Mas a ameaça mantém-se: o Governo do PS continua apostado em ceder ao patronato e criar agora as bases para que os trabalhadores comecem a perder direitos, regalias e, claro, rendimentos. No fundo, é disso que se trata: proporcionar mais rique-

za aos detentores de capital, em desfavor dos que vivem da venda da sua força de trabalho. Muito mais que as declarações de paixão, em tempo de eleições, este objectivo mostra para onde pende o coração e a razão da «nova» maioria. Nova? Ou nem tanto... Sem segundas intenções: novidades, novidades, só na loja do compadre Belmiro! E muito contente havia ele de ficar, se este pacote passasse...

Para já, estão na AR uma proposta para generalizar o trabalho a tempo parcial e outra para premiar as empresas que tenham que recorrer ao *lay-off* (suspensão da prestação de trabalho). Logo que o Governo entenda oportuno, procurará satisfazer os compromissos assumidos com as confederações patronais, tentando impor por lei o que os patrões não são capazes de obter na negociação, relativamente a matérias como o conceito de retribuição, o regime de férias, os contratos a prazo, o trabalho nocturno, a elaboração de legislação laboral. Mas tem que contar com a oposição firme dos comunistas e com o protesto e a luta dos trabalhadores.

■ DM



O Governo ignora as justas aspirações e reivindicações dos trabalhadores, propondo um pacote legislativo à medida dos patrões

Emprego parcial generalizado

O trabalho a tempo parcial está regulamentado nas leis e na contratação colectiva. Oficialmente, estão contabilizados cerca de 140 mil trabalhadores com este regime; na sua maioria (mais de 110 mil) são mulheres. A regra, ditada pela luta dos trabalhadores e pelas exigências objectivas dos ramos mais desenvolvidos da economia, é o trabalho a tempo inteiro. A proposta do Governo aponta para a generalização do trabalho a tempo parcial, a partir de 1999, permitindo que as empresas possam vir a funcionar sem trabalhadores a tempo inteiro.

Não há modificações — na economia do País, na vida das empresas ou na organização da sociedade — que tornem necessária esta radical alteração de um dos pilares da relação entre trabalhadores e patrões. Mas a proposta apresentada pelo Governo, a ser aprovada e implementada, iria produzir grandes alterações, umas para quem trabalha e outras para quem vive da mais-valia.

Nada, na lei ou na prática das empresas, garante que um trabalhador a tempo parcial teria dois «empregos» de quatro horas diárias. Poderia simplesmente ficar limitado a um compromisso diário de cinco ou seis horas... totalmente dependente dos interesses da empresa e da vontade do patrão.

Mas admitamos que, relativamente ao que hoje é regra, um trabalhador que chegasse ao mercado de trabalho em 1999, sujeito às novas normas, apenas teria por diferença o facto de exercer a sua profissão em duas empresas, a tempo parcial, e não numa empresa, a tempo inteiro.

Duas partes não fazem o todo

Um emprego a tempo inteiro não é igual a dois empregos a meio tempo. Só por esta diferença, há uma série de pontos em que os patrões ficariam a ganhar e os trabalhadores, claro, teriam que perder:

- **refeição** — organizando turnos com pessoal a tempo parcial, seria possível ter um trabalhador apenas de manhã, outro apenas de tarde; assim, deixaria de ser pago o subsídio de refeição, e até poderiam ser eliminados os intervalos para refeição;
- **salário** — seria favorecida e até estimulada a política de baixos salários, com a redução do salário decorrente do horário diminuído; como a remuneração por um trabalho a tempo parcial seria insuficiente para garantir a subsistência do trabalhador, este seria obrigado a ter dois «meios-empregos» ou mais; trabalhando mais horas, não iria ter melhor remuneração e teria muito menos direitos do que num emprego a tempo inteiro;



- **férias e Natal** — obviamente que, com a redução do tempo para que o trabalhador estivesse contratado, seriam diminuídos também os subsídios de férias e de Natal;

- **extra-extraordinário** — são conhecidos os abusos do trabalho extra, com horários completos, situação particularmente escandalosa vivida na banca, onde boa parte dos enormes lucros são obtidos à custa de horas extraordinárias que não são pagas; generalizado o trabalho a tempo parcial, os patrões ficariam ainda com mais poder para exigir aos trabalhadores disponibilidade total, pagando menores salários e continuando a não pagar as horas extra;

- **descanso semanal** — a proposta põe em causa que os dias normais de descanso semanal continuem a ser o sábado e o domingo, pelo que o trabalho prestado nestes dias seria remunerado como nos restantes dias.

Na proposta do Governo estão previstos vários incentivos para as empresas que adoptem o novo sistema (isenção ou redução dos descontos para a Segurança Social, subsídios para a criação de postos de trabalho a tempo parcial). Já com os trabalhadores, o Estado iria gastar ainda menos:

- **baixa** — o tempo parcial de trabalho teria reflexos na diminuição dos descontos para a Segurança Social e, logo, no subsídio de doença;

- **reforma** — naturalmente, a redução das contribuições para a Segurança Social implicaria uma diminuição dos valores a considerar para a definição da pensão de reforma no futuro;

- **desemprego** — ao propor a criação do subsídio de desemprego parcial, o Governo pretende também impor ao desemprega-

do a aceitação de qualquer oferta de emprego a tempo parcial; numa primeira fase, o subsídio parcial de desemprego cobriria a diferença entre o salário e o valor do subsídio acrescido de 25 por cento (um desempregado que recebia 60 contos de subsídio, teria direito a um subsídio parcial de 15 contos, se lhe fosse oferecido trabalho parcial com um salário de 60 contos); mas, se ficasse novamente desempregado, o valor do subsídio já seria calculado apenas sobre o valor do salário a tempo parcial.

A generalização do trabalho a tempo parcial teria obrigatoriamente graves repercussões na diminuição das receitas da Segurança Social.

Má gestão bonificada

No sistema vigente, as empresas em dificuldades (geralmente por erros de gestão ou manobras dos patrões) podem requerer a suspensão da prestação de trabalho, o chamado *lay-off*. Numa tal situação, a empresa e a Segurança Social repartem por igual os encargos com as compensações salariais.

O Governo do PS propõe que a parte da Segurança Social suba para 70 por cento, baixando a contribuição patronal para 30 por cento. Mas, no caso de haver formação profissional durante o período de *lay-off*, os patrões ficariam apenas com 15 por cento dos encargos, deixando 85 por cento para a Segurança Social.

por menos dinheiro

Férias condicionadas

É hoje inquestionável o direito dos trabalhadores a, pelo menos, 22 dias úteis de férias por ano. Com a alteração cozinhada na Concertação e que o Governo pretende propor, a lei admitiria um alargamento do período de férias até 24 dias úteis, mas colocaria o direito ao gozo de férias dependente da assiduidade.

Haveria assim todo um conjunto de faltas que, embora estivessem legalmente e contratualmente justificadas, implicariam a redução do período de férias (e o pagamento do respectivo subsídio) até dez dias úteis.

Trata-se, por exemplo, de faltas por doença prolongada, por falecimento de parente que não integre a linha recta (caso de um irmão), para assistência inadiável a membros do agregado familiar em casos não contemplados na lei da protecção da maternidade e da paternidade, para cumprimento de obrigações legais (testemunho em tribunal, renovação de documentos, etc.). As faltas seriam descontadas nas férias, mesmo previamente autorizadas.

Também veriam as suas férias diminuídas os trabalhadores que tivessem que faltar para cumprirem as suas obrigações como eleitos nas autarquias locais (desde que não estivessem a exercer funções a tempo inteiro ou a meio tempo), como bombeiros voluntários (para além de 3 dias) ou como dadores de sangue.

Salários amputados

Do actual conceito de retribuição pelo trabalho prestado, o Governo prepara-se para propor que sejam excluídas as componentes variáveis. Assim, deixariam de ser considerados como retribuição os prémios (de produtividade, de assiduidade, de mérito, etc.), num limite até 20 por cento da remuneração-base anual.

Este valor poderia, ou não, ser pago segundo decisão da entidade patronal, sem estar sequer definido que parte corresponde a cada tipo de prémio. Os trabalhadores, que já têm salários muito insuficientes, estariam sob a permanente ameaça patronal de não receberem um montante equivalente a um quinto do seu salário-base.

Mas a própria remuneração-base ficaria diminuída. Nos contratos vigentes, as empresas procurariam que os aumentos salariais se reflectissem sobretudo na parte variável do salário. Nos novos contratos, procurariam ficar à partida com o valor máximo de 20 por cento da remuneração para chantagem sobre o trabalhador. A coberto da lei, poderiam violar o princípio constitucional de salário igual para trabalho igual.

Além de acentuar o desequilíbrio nas empresas a favor do poder patronal, tal alteração do conceito de retribuição provocaria uma diminuição dos subsídios de férias e de Natal, do salário no período de férias, bem como a redução das contribuições para a Segurança Social.



As alterações pretendidas pelo Governo PS iriam agravar a insegurança e a instabilidade no meio dos trabalhadores e das suas famílias

Noites mais curtas?

O trabalho nocturno, nas empresas onde se pratica o trabalho por turnos, é hoje remunerado com um subsídio que acresce ao salário-base. Sem se atrever a mexer neste princípio, o Governo encontrou uma forma de aliviar o patronato do seu pagamento, ao menos em parte: prepara-se para propor o alargamento do período em que se considera haver trabalho normal, diminuindo as horas entendidas como trabalho nocturno.

As noites não ficariam mais curtas, mas os trabalhadores passariam a receber menos e os patrões, claro, ficariam a ganhar mais.

Mais a prazo

A actual lei dos contratos a prazo (regime de contratação que alastrou depois de outro Governo do PS ter escancarado ao patronato as portas da lei e da violação desta) prevê que o período máximo em que uma empresa pode manter um trabalhador com um vínculo a termo seja de três anos.

Insensível à profunda instabilidade e insegurança que hoje vivem cerca de um milhão de trabalhadores com vínculos precários — muitos dos quais são jovens —, o Governo prepara-se para avançar com a proposta de alargamento para quatro anos da duração máxima consecutiva dos contratos a prazo.

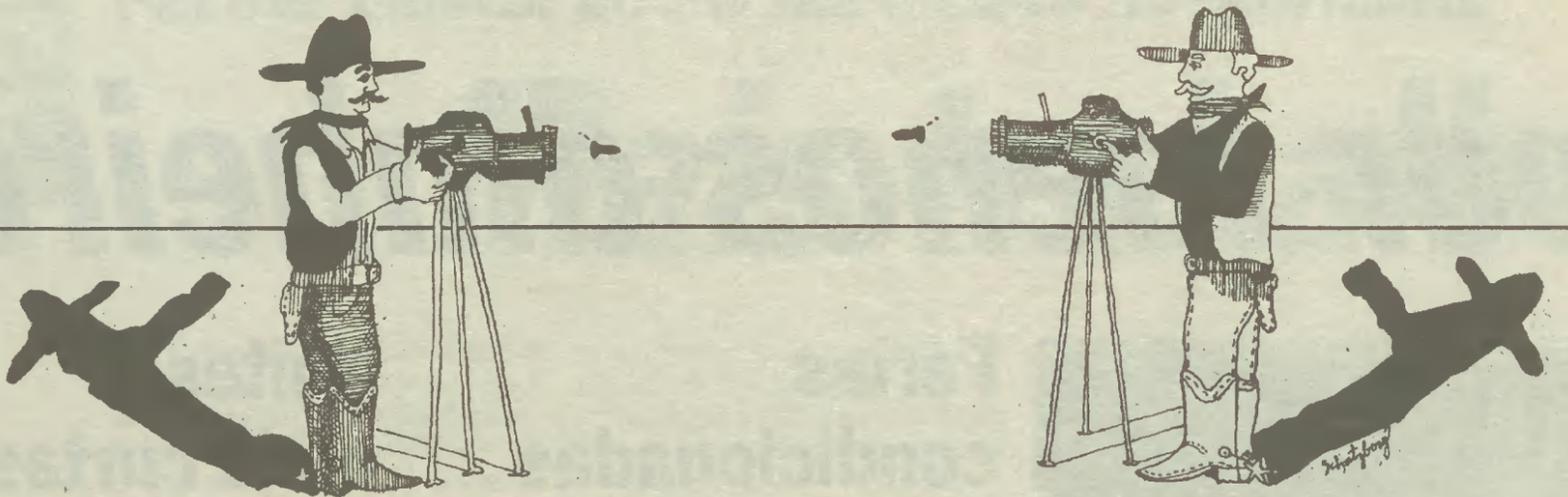
Até nas leis

O Direito do Trabalho tem por princípio que os direitos a defender, nas relações laborais, são os da parte mais desprotegida: os trabalhadores. Outro entendimento não faria sentido, já que as entidades patronais dispõem na organização das empresas de um poder desproporcionadamente superior ao dos assalariados.

É também aceite, como princípio dos regimes democráticos, a separação das águas entre poder económico e poder político — do ponto de vista da ordem jurídica —, pois o interesse dos cidadãos e da sociedade deve sobrepor-se ao interesse das empresas e dos patrões.

A Constituição portuguesa não reconhece às associações patronais o direito de participação na elaboração de legislação laboral. Mas o Governo do PS projecta alterar esta situação, num verdadeiro acto de vassalagem perante o capital.





De há uns tempos para cá, os portugueses começaram a ser confrontados com o aparecimento de canais de televisão codificados, introduzindo entre nós o sistema quem-quer-televisão-que-a-pague. E como um mal nunca costuma vir só, tiveram também de suportar mais uma demonstração de demagogia do PSD a esse respeito.

A televisão codificada



■ António Filipe

A aprovação ainda recente de uma nova lei da televisão veio permitir o aparecimento em Portugal de novas modalidades de exercício da actividade televisiva. Passaram a ser permitidos os canais temáticos, mediante autorização, e passaram a ser permitidos os canais por "cabo activo", destinados a ser difundidos, já não através de feixes hertzianos (como a RTP, SIC e TVI) mas exclusivamente através da difusão por cabo ou de sistemas de recepção via satélite que a substituíam.

Enquanto até aqui a televisão por cabo se remetia à difusão dos canais nacionais já existentes e à difusão de vários canais estrangeiros, temáticos e generalistas, com excepção do Canal Parlamento que existia ao abrigo de uma lei especial que expressamente o autorizava, a partir de agora passaram a ser permitidos novos canais destinados à difusão por cabo.

Desde logo apareceram três canais temáticos portugueses, dois deles dedicados ao cinema e um deles dedicado ao desporto, optando pela codificação do sinal. É uma opção que manifesta e compreensivelmente desagradou à generalidade, ou pelo menos à grande maioria, dos portugueses, que estavam habituados a ver televisão em regime não condicionado, suportando apenas os custos da difusão por cabo (caso pudessem e quisessem optar por ele), e que passaram a ter de pagar para ter acesso aos novos canais, custos adicionais que, se já são elevados para quem receba a televisão por cabo, são exorbitantes para quem tenha de comprar uma antena parabólica mais o descodificador.

O problema que foi criado e que justamente se contesta não decorre da nova lei da

televisão. É claro que a possibilidade de existirem canais temáticos é positiva. Permite que aumente e se diversifique a oferta de programas televisivos especializados, não apenas no plano desportivo, mas também cultural, cinematográfico, musical, ou informativo. Sendo possível utilizar as possibilidades da difusão por cabo por forma a tornar viável o aparecimento destes novos canais, é obviamente positivo que tais possibilidades sejam utilizadas.

Só que tal opção não implica necessariamente o aparecimento de canais codificados. A possibilidade de codificação de canais estava prevista na legislação portuguesa há muito tempo. Foi um dos Governos do PSD que a aprovou em 1991. Simplesmente, tal possibilidade não impede de forma nenhuma que, ao abrigo da nova lei da televisão, sejam criados canais temáticos portugueses não codificados.

O que é lastimável na evolução recente da televisão em Portugal, é que tenha sido a própria empresa concessionária do serviço público de televisão (a RTP), a envolver-se no negócio das televisões codificadas, com o alto patrocínio do Secretário de Estado, Arons de Carvalho, que perante o silêncio dos responsáveis da RTP, deu a cara pelas suas opções, arvorando-se num verdadeiro agente promocional do canal Sport TV.

Não se pode ignorar que as transmissões de eventos desportivos não estão, na sua totalidade, na disponibilidade das televisões, sendo os próprios clubes os detentores originários dos direitos de transmissão. Tão pouco se pode afirmar que as transmissões desportivas - e designadamente as de futebol - foram banidas do serviço público de televi-

são. Também não é verdade - ao contrário do que o PSD em dada altura afirmou - que os emigrantes portugueses tenham sido privados de ver os jogos do futebol nacional.

O que acontece, e é lastimável, independentemente da discussão sobre se o serviço público deve dar mais ou menos jogos de futebol, é que a RTP tenha alterado os seus critérios de programação desportiva unicamente em função de um negócio em que se envolveu. A RTP é accionista do Sport TV e altera a sua programação para o viabilizar economicamente, sem querer saber dos espectadores, que passaram a ter de pagar para ver programas que antes viam sem encargos adicionais.

Afirma o Secretário de Estado que a RTP transmitiu futebol de mais nos últimos anos e não é essa a sua vocação. Não discuto isso. Limite-me a registar como é curioso que tal concepção só tenha vindo ao de cima a partir do momento em que a RTP se envolveu no negócio da Sport TV e não antes. E que se tenha transformado em deplorável aquilo que ainda há uns meses atrás era considerado uma boa forma de enfrentar a concorrência.

Assim como não deixa de ser curioso ver o PSD, que aprovou a primeira legislação prevendo os canais codificados e que apresentou já um projecto de lei de privatização da RTP, a vociferar contra as consequências impopulares das opções que sempre defendeu.

Equívocos

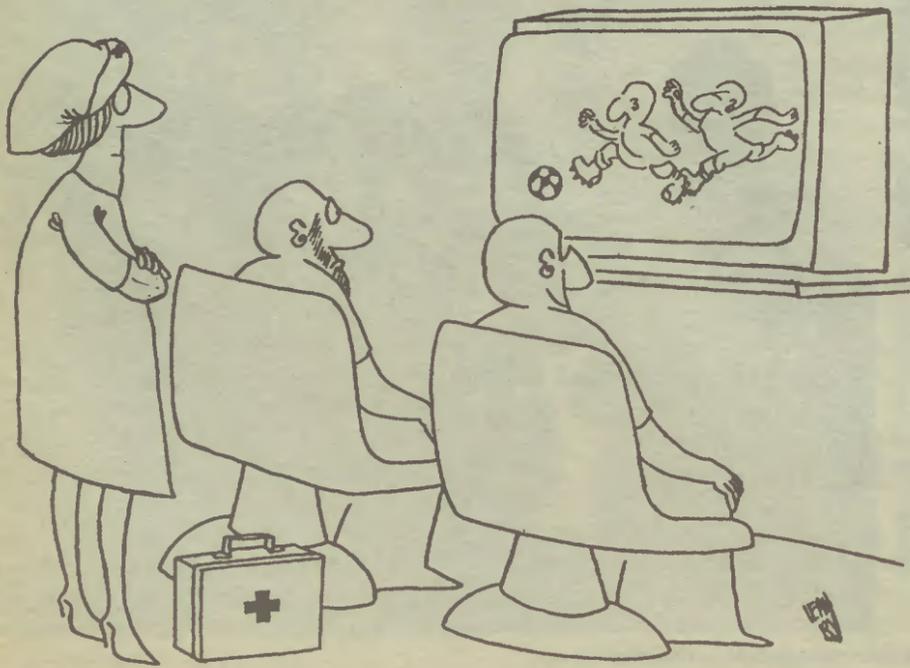
Um outro problema que tem sido suscitado diz respeito às condições de igualdade no acesso aos novos canais de televisão, na medida em que a cobertura nacional da televisão por cabo é ainda muito deficiente. Este problema é real e suscita uma preocupação legítima que, dizendo respeito aos novos canais codificados, não se restringe a eles. É um facto que para aceder aos novos canais, enquanto os subscritores da televisão por cabo terão de pagar o descodificador e uma mensalidade, quem o não é terá de adquirir, para além disso, uma antena parabólica, o que é, evidentemente, muito mais dispendioso. Mas o problema não se restringe a esses canais. É inquestionável que quem tem acesso às redes de televisão por cabo pode aceder a um conjunto significativo de canais de televisão em melhores condições de custo e de recepção, incluindo canais temáticos de diversa natureza e canais generalistas de diversos países.

O projecto de lei apresentado pelo PSD, que pretendia obrigar um operador de "âmbito nacional" a facultar o acesso ao respectivo sinal em condições de igualdade a todos

os residentes no território nacional, visando obrigar uma empresa de televisão a facultar antenas parabólicas a todos os que não tivessem acesso à televisão por cabo para aceder ao respectivo sinal, para além de ser obviamente inexecutável, assenta num manifesto equívoco.

É que os canais de televisão e as empresas distribuidoras de televisão por cabo são entidades distintas. Os canais de televisão existentes têm, por definição e por obrigatoriedade legal, âmbito nacional. O respectivo sinal é acessível através das redes de distribuição por cabo, onde quer que estas cheguem. E é do interesse dos operadores de televisão, por razões óbvias, que tais redes cheguem o mais longe possível. Já a rede de distribuição não é de âmbito nacional, mas corresponde à soma de um conjunto de concessões de âmbito regional atribuídas a diversas empresas. Embora a TV Cabo seja uma *holding* que controla várias empresas que detêm concessões de âmbito regional, existem em vários pontos do território nacional concessões atribuídas a outras empresas. Não se compreende como pode o PSD ignorar esta realidade, quando a legislação que lhe deu origem se deve precisamente a um dos seus Governos.

A questão que deve ser colocada é a da obrigatoriedade real das empresas que obtiveram a concessão para distribuir a televisão por cabo em determinadas regiões assegurarem efectivamente o acesso do respectivo sinal à generalidade da população abrangida e não apenas às zonas que assegurem maiores margens de lucro. É essa obrigatoriedade, e a garantia de uma real cobertura do território nacional pelas redes de televisão por cabo, que compete ao Governo assegurar. Não apenas em nome do direito a ver jogos de futebol, mas em nome do direito a beneficiar das possibilidades do desenvolvimento tecnológico sem discriminações ditadas pela localização geográfica. Assim como o acesso à electricidade, ao telefone ou ao saneamento básico não deve restringir-se às populações do litoral ou dos grandes centros urbanos, também as novas possibilidades abertas pela televisão por cabo, de acesso a um maior conjunto de canais, nacionais e estrangeiros, temáticos e generalistas, codificados e não codificados, em melhores condições de recepção, não devem ser negadas aos residentes do interior ou das zonas menos populosas. É claro que este objectivo tem uma dimensão social que contraria a pura lógica do lucro e por isso mesmo tanto o PSD como o PS o têm omitido, preferindo esconder-se, o PSD atrás da demagogia, o PS atrás das maravilhas do "pay-TV" que só alguns poderão pagar.



Contra Saddam pelo levantamento do embargo

O Partido Comunista Iraquiano subsiste ilegal desde a sua fundação, em 1934. Najah Favis, o representante do PCI que esteve em Portugal aquando da Festa do «Avante!», falou-nos do quotidiano no Iraque e defendeu o fim do embargo económico e a instituição de um regime democrático e federal. Najah Favis saiu do Iraque em 1976. Actualmente vive em Madrid e, embora nunca tenha regressado ao seu país, mantém estreitas relações com o partido. Voltar? Essa é uma ideia posta de lado, devido aos muitos riscos que correm os comunistas e todos os opositores políticos de Saddam Hussein. Nos últimos meses as notícias de execuções em massa multiplicaram-se. Segundo o PCI, esta campanha visa essencialmente os participantes na revolta popular de Março de 1991.

– Como é a situação interna no Iraque?

– As sanções e o embargo decretados em 1991, depois da Guerra do Golfo, ainda estão de pé. O povo iraquiano sofre muito com o embargo e com as suas consequências. Hoje, os níveis de pobreza no Iraque são mais baixos do que os da Índia. O povo passa fome, crianças morrem.

Mas o povo não sofre apenas o embargo, sofre também a ditadura de Saddam Hussein. É um sofrimento duplo. O povo nunca sofreu tanto como agora. Um país rico pelos seus recursos naturais está agora muito pobre, totalmente destroçado, e tudo devido a Saddam Hussein. Nós não vivíamos no paraíso, mas tínhamos uma vida normal.

– Qual é a posição do PCI em relação a Saddam Hussein e às sanções económicas?

– Nós estamos contra o embargo e defendemos o seu levantamento imediato e sem condições. Nós lutamos e pedimos a solidariedade de todos, de todos os países, de todos os partidos, de todos os governos para que o embargo seja levantado.

Pretende-se «apertar» Saddam Hussein, mas não é isso que acontece. Ele continua no poder e vai continuar porque os americanos querem que isso aconteça. Saddam sempre foi o melhor aliado dos Estados Unidos. Eles querem-no lá, mas querem-no débil. O Médio Oriente é muito complicado, o Iraque está rodeado por muitos países, Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Síria, Irão e o Golfo Pérsico... E também possui uma grande reserva de petróleo...

Quando Saddam deixar de interessar aos EUA, cai.

Nós dizemos: levantar o embargo já! Mas não se trata de levantar o embargo diplomático e militar. Sem continuarem a apoiar Saddam Hussein militarmente, ele vai prosseguir com as mesmas políticas.

Estamos a procurar criar uma alternativa democrática e federal para a região do Curdistão. Resumindo, estamos contra o embargo, contra a ditadura e pela alternativa democrática.

– Como é a vida dos iraquianos comuns, que dificuldades têm de lidar no dia-a-dia?

– Há senhas de racionamento, cada pessoa tem direito a x quilos de farinha, de açúcar, etc. Mas isso não é suficiente, nem em qualidade nem em quantidade. Isto ajuda o povo a manter-se vivo, porque não há alternativa. O salário mensal de um professor equivale ao preço de um frango e meio. Os preços são muito altos. Um frango custa 2 mil e quinhentos dinares e o salário médio são 3 mil dinares.

– Como é que as pessoas conseguem sobreviver?

– Há muita gente a vender as suas casas e os móveis. Muitos têm dois empregos, trabalhando, por exemplo, durante o dia num escritório e mais tarde como taxistas ou vendedores ambulantes.

As crianças estão a deixar as suas escolas para poder ajudar as suas famílias. No Iraque, conseguimos chegar a níveis de estudos muito altos, mas esta nova geração está a atrasar-se muitíssimo por causa das consequências do embargo.

Por outro lado, muitos países estão a enviar alimentos e medicamentos (não incluídos no embargo) para o Iraque, mas o que se passa é que Saddam quer que o povo sofra e que fique

Najah Favis, representante do Partido Comunista Iraquiano



dependente dele, quer um povo cansado e doente. Ele pensa que uma população nestas condições não poderá lutar contra ele. Há medicamentos para ele e para a sua gente, há medicamentos até de sobra.

– Como vê o PCI a posição dos Estados Unidos em relação ao embargo e às comissões de observação da ONU?

– Julgo que há um jogo no meio. Os Estados Unidos sabem que armas venderam ao Iraque antes da Guerra do Golfo, sabem exactamente que armamento possui Saddam Hussein. Agora, é possível que Saddam tenha os seus próprios meios para fabricar armas biológicas ou químicas, mas eles sabem perfeitamente o que existe.

Quando há uma crise entre os EUA e o Iraque, os americanos bombardeiam o Iraque. Saddam não quer dignidade internacional como afirma, porque vendeu o país. Deu à Jordânia um grande território, porque este país o apoiou na guerra com o Irão. Depois de

retirar do Kuwait, firmou um péssimo contrato, aceitando todas as condições dos EUA.

– O Partido Comunista do Iraque é ilegal?

– Sim, o PCI é ilegal no Iraque excepto no Curdistão, zona que está sob a protecção da ONU.

– Os comunistas são perseguidos no Iraque... Chegam até nós muitas notícias de perseguições, torturas, execuções...

– Nós trabalhamos clandestinos no Iraque desde a nossa formação, em 1934, excepto entre 1973 e 1976, altura em que participámos numa coligação de vários partidos, que está actualmente no poder. Utilizaram-nos para serem mais fortes. Durou três anos, mas funcionou apenas a nível dos líderes. A maioria dos nosso militantes saiu do país a partir de 1977.

– Você saiu do Iraque em 1976. Nunca regressou?

– Não, nunca regressarei até hoje. E como eu há muitíssima gente. Eu posso ir ao Iraque facilmente, mas não posso sair. O problema é esse: matam-me ou prendem-me. Muita gente foi presa, sobretudo no fim de 1997 e no início de 1998. Neste período foram fuzilados 1500 prisioneiros na prisão de Abu Greb.

– Como é a vossa vida na clandestinidade?

– As reuniões do partido são feitas com duas ou três pessoas. Muitas vezes as células não se podem reunir, devido ao perigo que os militantes correm. Há camaradas do Comité Central que trabalham dentro do país, mas a maioria está no Curdistão.

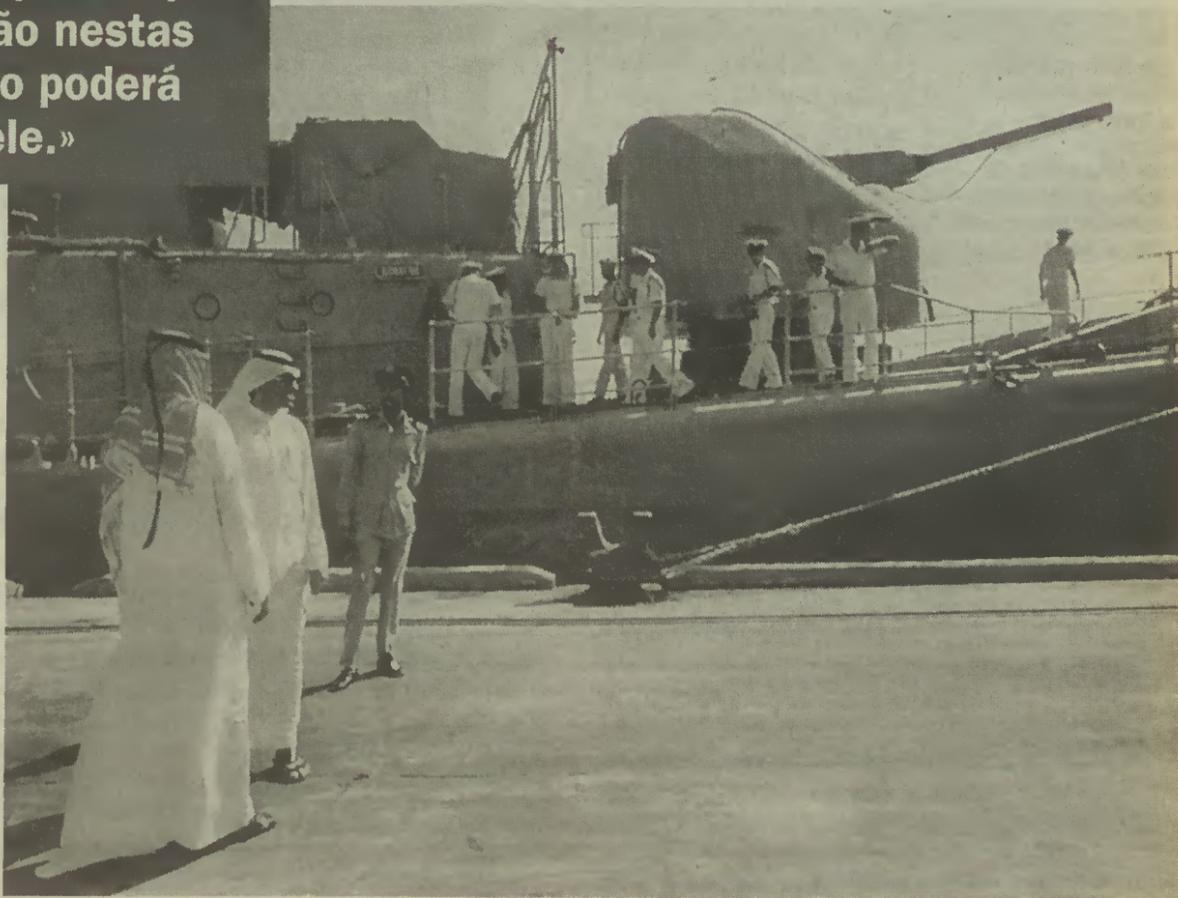
– Há um contacto permanente com o estrangeiro...

– No meu caso, pertencço ao mesmo tempo à nossa organização na Síria e em Londres.

– O PCI é acusado de quê pelas autoridades?

– Apenas de sermos comunistas, mais nada. No Iraque há apenas um partido legal, o BAS, o partido do governo. Todos os outros são ilegais.

«Saddam quer que o povo sofra e que fique dependente dele, quer um povo cansado e doente. Ele pensa que uma população nestas condições não poderá lutar contra ele.»



Irlanda do Norte

■ Daniel Rosário

à espera da paz ⁽¹⁾

A entrada em funcionamento da nova Assembleia da Irlanda do Norte, no início do passado mês de Setembro, assinalou simbolicamente o início daquela que é a fase mais difícil do actual processo. Dobrado que está o caso das históricas negociações de Stormont, todos os protagonistas reconhecem que elas mais não fizeram que apontar direcções e estabelecer algumas regras. O verdadeiro trabalho começa agora, com a implementação prática das intenções e objectivos consagrados no Acordo de Sexta-Feira Santa.

A proibição de marchas protestantes atravessaram zonas católicas, a libertação de prisioneiros lealistas e republicanos, a partilha de poder entre inimigos que se degladiaram sem piedade durante anos a fio e a capacidade de absorver as ondas de choque provocadas por acontecimentos como o atentado de Omagh são apenas os primeiros passos de um processo que poderá, finalmente, colocar a Irlanda do Norte no caminho da paz.

É também o fim de um ciclo de poder para a classe que desde sempre dominou a vida da Irlanda do Norte, mas que atravessa actualmente a sua maior crise de sempre – os unionistas. Depois do primeiro sério golpe sofrido há 30 anos, que *ditou o fim do monolitismo* que assegurava a sua coesão, o unionismo atravessa hoje a sua maior crise de sempre, o que pode ser determinante para o desenlace do processo.

Para Anthony Coughlan, professor de Política Social no Trinity College, em Dublin, a origem do problema é clara: a Irlanda do Norte é «um legado do colonialismo inglês». A estratégia aplicada pela Inglaterra na Irlanda foi percursora do que viria a ser o padrão adoptado – com resultados igualmente duvidosos –, noutras latitudes: dividir para reinar. O eterno conflito entre a Índia e o Paquistão, a luta do povo palestino pelo direito a coexistir com Israel ou a divisão da ilha de Chipre são disso prova. Com a agravante de, para mal dos irlandeses, «além de termos sido a mais antiga colónia inglesa sempre fizemos parte da zona metropolitana do Reino Unido». Um problema à porta de casa que merecia atenção especial.

rir terras. Um conjunto de medidas discriminatórias que, alterado e aperfeiçoado ao longo dos anos, não parou de acentuar o fosso entre as duas comunidades. Ao mesmo tempo, a conversão à fé protestante era incentivada e recompensada materialmente.

Em 1801 é estabelecido o Acto da União, que torna a ilha da Irlanda parte integrante do Reino Unido, juntamente com a Escócia, Gales e, naturalmente, a Inglaterra. Aquando da divisão da ilha, conforme o tratado estabelecido entre o Reino Unido e os independentistas irlandeses, em 1921, é criado o Estado Livre Irlandês, o embrião da República da Irlanda, e a Irlanda do Norte, ou Ulster, numa decisão política que visou, antes do mais, assegurar uma maioria protestante num máximo de território. Assim, em 1926, a comunidade protestante acabou por se tornar maioritária na Irlanda do Norte, constituindo nesta altura 60% da população.

O pequeno estado da Irlanda do Norte e as suas instituições foram criados à medida dos interesses de uma das comunidades – a protestante – incrementando o aumento das desigualdades entre católicos e protestantes. A comunidade protestante depressa entendeu que era a sua ligação ao Reino Unido que lhe garantia os privilégios. Em contrapartida, Londres sabia que enquanto fosse assegurado o domínio de um segmento da população sobre a outra, aquela lhe permaneceria fiel.

O problema ganhou contornos religiosos e cimentou-se a noção de que os protestantes são unionistas, ou seja, defendem a permanência da Irlanda do Norte no Reino Unido, por oposição à ideia de que todos os católicos são nacionalistas, isto é, pretendem reunificar a Irlanda. O que encontrava fundamento nas profundas discriminações vividas e facilitava a atribuição de culpas por parte dos católicos ao estatuto de pertença ao Reino Unido.

Este domínio acabou por cobrir todas as áreas da vida política, económica e social, desde o poder político (através do recurso ao «gerrymandering», que permitia alterar a forma dos círculos eleitorais para assegurar a vitória política dos protestantes) à polícia, administração pública e melhores empregos.

tantes, muitos unionistas apoiaram as exigências católicas e o unionismo dividiu-se, sofrendo as suas primeiras cisões.

A demora das autoridades britânicas em atender às exigências do movimento e o medo que invadiu o poder protestante levou a uma reacção repressiva e violenta, dando origem ao ressurgimento do IRA e lançando a espiral de violência dos últimos 30 anos.

O movimento dos direitos civis tinha conseguido, entretanto, o que até aí parecia impossível e que se revelaria ser, anos mais tarde, uma fórmula de sucesso: dividir os unionistas.

O processo actual

Hoje, quase trinta anos volvidos, muitos são os paralelismos entre o movimento dos direitos civis e o actual processo de paz, com os partidos nacionalistas a colocarem a agenda da igualdade na primeira linha, acima mesmo da questão constitucional. O resultado, no seio do unionismo, voltou a ser o mesmo: a desorientação e a desagregação.

Ao longo destes anos, das vezes que se tornou necessário encarar o facto de que vivem com outra comunidade com a qual devem partilhar o poder e a quem devem conceder direitos básicos de igualdade, entre os unionistas emergem aqueles que estão dispostos a partilhar poder com a comunidade nacionalista e aqueles que se lhe opõem.

Para o professor Coughlan, que foi um elemento activo no movimento dos direitos civis nos anos sessenta, esta divisão e desorientação no campo unionista reside no facto de o campo nacionalista estar a adoptar uma estratégia que já deu frutos no passado e que é a única forma de abrir brechas na muralha unionista, que é dividi-los. E isso é feito porque, em vez de se insistir exclusivamente ou prioritariamente na questão constitucional

(sobre a reunificação da Irlanda, ou permanência do Norte no Reino Unido), conseguiu-se colocar a questão da igualdade no cerne do debate, pois é a igualdade que está no centro do texto do Acordo de Sexta-Feira Santa. Agora, como há 30 anos, os unionistas dividiram-se e o processo teve condições para avançar».

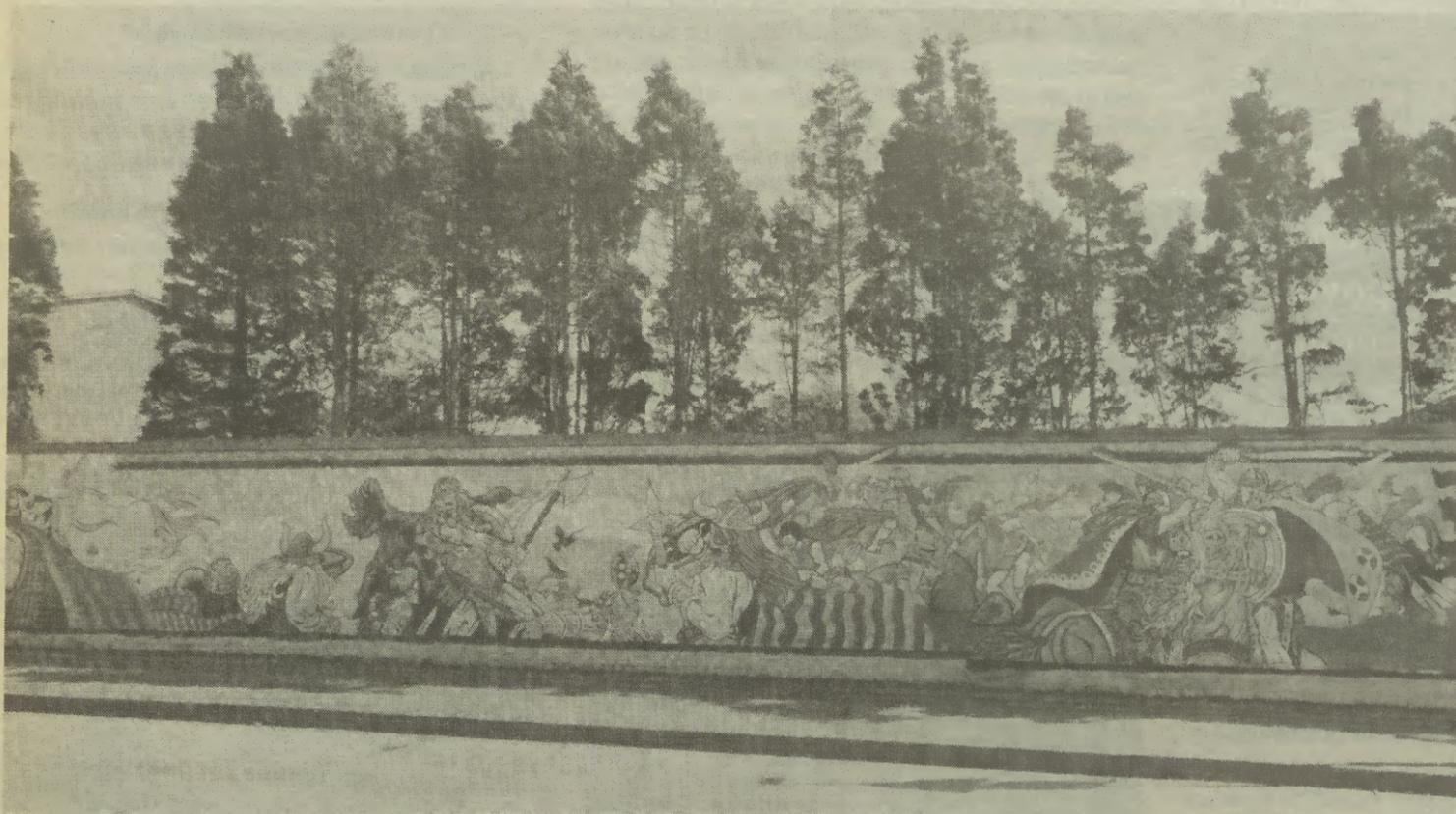
Em todos estes momentos o unionismo sofreu fortes brechas e o seu monolitismo começou a ser posto em causa, nomeadamente com a criação e outros partido.

Este processo começou com a criação do Partido Democrático do Ulster (DUP), do reverendo Ian Paisley, e prosseguiu com a multiplicação de partidos unionistas (PUP, UDP e UKUP) e as divisões no seio do UUP.

Apesar de tudo, ao longo de todos estes sobressaltos, uma entidade assegurou a coesão da comunidade protestante/unionista: a Orange Order. No entanto, foi este ano que o unionismo viu um dos pilares

se abalado, com as dissensões no seio da Orange Order.

Apesar de ter sido criada cerca de 100 anos antes do UUP, a Orange Order desempenhou um papel fundamental. Além de estender o poder protestante a todas as áreas assegurou uma coesão interclassista que nunca estaria ao alcance de nenhum partido. Por outro lado, conseguiu criar uma filosofia que mistura política com religião e interpretações históricas. Com cerca de 100 mil membros a Ordem funciona ainda como uma espécie de «agência», em que os seus membros facilitam a vida uns aos outros, seja a encontrar um emprego, seja a fechar um negócio, o que aumenta a sua popularidade e «interesse» em lhe pertencer. O seu papel político nunca foi omitido ou escondido, até porque, enquanto organização, tem direito a 100 lugares do Conselho Unionista do Ulster (UUC), o órgão máximo do UUP.



Mural de Belfast, capital do Ulster, onde se dão os primeiros passos no caminho da paz

A Irlanda católica começa a ser visitada por aventureiros provenientes de Inglaterra no século XII, mas é só no século XVI, sob o reinado de Isabel I, que a instalação massiva de colonos – essencialmente escoceses de religião protestante –, se inicia, como forma de garantir o domínio britânico, o que acaba por conferir uma componente religiosa ao conflito entre os recém-chegados, que se instalam principalmente no norte da Irlanda, e a população da ilha.

No Dealbar do século XVIII, a comunidade protestante, que representava 10% da população da ilha e possuía 86% da terra, vivia no medo permanente de uma revolta católica. É então estabelecido um conjunto de leis com o objectivo claro de manter os católicos inofensivos, proibindo-os de votar, de se alistar no exército e na marinha, de ensinar as crianças na fé católica e de adquirir

Este domínio protestante foi, ao longo dos tempos, garantido por Londres, e assegurado, no terreno, por duas grandes instituições: a Orange Order, criada em 1795, e o Ulster Unionist Party (UUP), formado em 1892.

A hegemonia unionista foi seriamente posta em causa, pela primeira vez, em 1969, com o despertar do movimento dos direitos civis. Inspirado pelos ecos que chegavam dos Estados Unidos de Martin Luther King, desenvolve-se um movimento que reuniu diferentes facções e organizações católicas, bem como muitos protestantes, em torno do direito à igualdade. As cinco questões básicas então avançadas foram: direito ao voto, discriminação laboral, discriminação judicial, discriminação no acesso à habitação e repressão.

Face às exigências justas e às situações de discriminação gri-

Vidas Proibidas em hora proibitiva

A mini-série da RTP *Vidas Proibidas*, que ficciona acutilantemente o escândalo dos *Ballets Roses* ocorrido há 30 anos em pleno fascismo e que envolveu altas figuras do regime salazarista numa sórdida rede de pedofilia, corrupção de menores e prostituição, viu, finalmente, a luz dos ecrãs, após arrastados e nunca explicados adiamentos da sua programação na grelha de emissões na televisão pública. A série aí está finalmente, transmitida às noites de segunda-feira. Todavia - e já lá vão dois episódios - a hora em que a RTP está a pôr no ar *Vidas Proibidas* é, no mínimo, inadequada para a esmagadora maioria dos telespectadores, dado situar-se, até agora, muito para além da meia-noite. Esperamos que a direcção da RTP reveja rapidamente tais horários, sob pena de concluirmos que a série *Vidas Proibidas* está, deliberadamente, a ser transmitida num horário proibitivo...

Como voam os milhões (I)

O eurodeputado do PS António Campos declarou

PONTOS CARDEAIS

numa entrevista ao *Diabo* várias coisas curiosas, de que respigamos a seguinte: «A Comunidade gasta cerca de oito mil milhões de contos para dar aos agricultores (...) Desse oito mil milhões de contos vêm parar a Portugal, todos os anos, cerca de 150 milhões de contos. A distribuição desse dinheiro é profundamente revoltante! A primeira grande reivindicação que devia haver para um mundo rural solidário era uma distribuição com algum sentido de justiça. Que não há: 10 por cento dos agricultores recebe 135 milhões de contos; 30 por cento recebe 15 milhões de contos, e 60 por cento não recebe um tostão!» Também achamos que tal distribuição de dinheiros é «extremamente revoltante», a começar pela pindérica fatia de 150 milhões de contos que calha a Portugal, num bolo de oito mil milhões de contos. Mesmo dando de barato que a Comunidade tem 300 milhões de habitantes e que a distribuição dos tais oito mil milhões de contos tinha,

por critério, o quociente populacional, Portugal, com os seus 10 milhões de almas, deveria receber qualquer coisa como 267 milhões de contos. Acontece que essas verbas astronómicas foram criadas não em função de rácios populacionais, mas de níveis de desenvolvimento e carências estruturais na agricultura dos 15 países membros, pelo que a verba a atribuir a Portugal deveria ser, obviamente, ainda muito maior. Dado ser um eurodeputado português aplicadamente empenhado nas questões agrárias da Comunidade, talvez António Campos seja também sensível a estes critérios de distribuição a montante dos que considera, e com razão, «profundamente revoltantes».

Como voam os milhões (II)

Neste quadro, recordamos ao eurodeputado António Campos o que ele próprio elucida sobre a origem destes fundos de oito mil milhões de

contos a distribuir pelos agricultores: «Todos nós pagamos entre 60 a 70 contos por ano, em impostos, para ajudar os agricultores. Esse dinheiro vai para Bruxelas, e depois entra no Fundo FEOGA-Garantia».

Voltando a dar de barato que Portugal tem, pelo menos, quatro milhões de contribuintes, à razão de 70 contos por cabeça chegamos à módica quantia de 280 milhões de contos, que enviamos para o grande saco de Bruxelas que dá dinheiro aos agricultores da Comunidade. Visto que, segundo António Campos, Portugal apenas recebe 150 milhões de contos para os seus agricultores, estamos perante a curiosa situação de estarmos a receber quase metade do que enviamos como contribuição, nós que, segundo não se cansam de nos atirar à cara os mais ricos da União Europeia, temos das agriculturas mais pelintradas e necessitadas do clube dos quinze. Afinal, a nossa agricultura não deve quaisquer favores à União Europeia e andamos, isso sim, a ser miseravelmente explorados por quem manda em Bruxelas. Aqui está novo tema de reflexão para o eurodeputado António Campos que, segundo as suas próprias contas e conhecimento da matéria, tem reforçadas razões para se sentir revoltado não apenas com os escandalosos critérios de distribuição dos fundos agrícolas dentro de portas mas, talvez em primeiro lugar, com o desplaneamento inconcebível com que, fora de portas, a União Europeia nos engana, explora e humilha.

Como voam os milhões (III)

Com tudo isto, longe de nós minimizar o escândalo referido pelo eurodeputado António Campos de se dar a quase totalidade de 150 milhões de contos/ano a 10% dos agricultores, ainda por cima sabendo-se que tais «agricultores» são, no essencial, grandes agrários absentistas e terratenentes mais ou menos parasitas, tanto de quem trabalha realmente a terra como dos laxismos legais. O escândalo é por demais conhecido e a denúncia de António Campos, se pecar de alguma incorrecção, será por defeito e não por excesso. Acresce que, sendo António Campos do PS, partido que protagoniza e comanda a actual política agrícola quer no quadro da União Europeia quer na distribuição interna das verbas, torna-se particularmente acutilante a sua denúncia.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Eu, actual

Requiem por um electricista

Os estaleiros de Gdansk abriram falência.

Foram-se embora os barcos por fazer e os braços que os faziam. Resta um letreiro no portão: «Aqui nasceu o Solidariedade».

O letreiro está roído pelo vento. Mal se consegue ler. Walesa comunga ainda mas numa igreja anónima.

(Inútil fusível queimado)

À mesa do café

(Para A. S. P.)

Se me perguntas como vamos chegar ao dia de amanhã, eu respondo: não sei.

Mas sei que, se à História alguma coisa falta, não é imaginação.

Falta-me a mim porque vivo no rés-do-chão.

A fotografia do século

À lição que podia retirar-se daquela história muito badalada do Clinton e da Mónica é que o Romeu e a Julieta nunca podiam ser americanos.

Mas o Casal Rosemberg (não sei se viram a fotografia do século) beijaram-se antes de os levarem para a cadeira eléctrica.

Ao pé disto o Romeu e a Julieta verdadeiros são água de colónia. Ao pé destes americanos.

O poema quis dizer (não sei se toparam) que todas as conclusões apressadas são perigosas.

Estes comunistas palavra de honra!

De facto, os comunistas são uns tipos tramados.

Eu vi o Jaime Serra na reportagem da SIC Sofrimento? Prisão? Os filhos longe? O coração sangrando? Um comunista aguenta que remédio «e (diz ele) se um homem pensava na morte estava feito».

Outro qualquer seria um herói, um mártir candidato pelo menos a um nome de rua. Pois não senhor, o tolo! Retraído, as palavras serviam apenas para não haver silêncio até parecia incomodado de o tirarem da sombra.

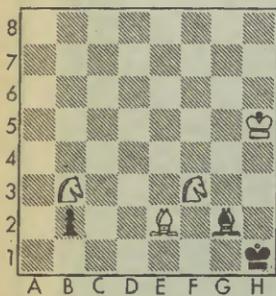
Estes comunistas, palavra de honra, são péssimos no marquetinguem por isso nunca estão no Jet-Set. E é bem feito.

XADREZ

DCLXXV - 1 DE OUTUBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X38

Por: S. KAMINER
«64» - 1937

Pr.: [3]: Pb2 - Bg2 - Rh1
Br.: [4]: Cs. b3, f3 - B62 - Rh5



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X38 [S. K.]
1. Cbd2!, Bf1; 2. Bd1, Bd3; 3. Bb3, b1 = D;
4. C:b1, B:b1; 5. Bd5! e.g.

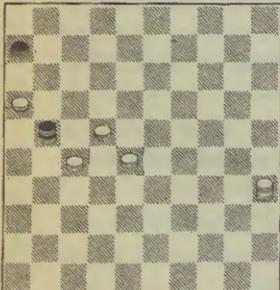
A. de M. M.

DAMAS

DCLXXV - 1 DE OUTUBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D38

Por: C. KUSTERS [NL]
In MOSER, J. F. Strategie der Honderd
Velden, NL, 1966

Pr.: [2]: 6-(21)
Br.: [5]: 16-22-27-28-(35)



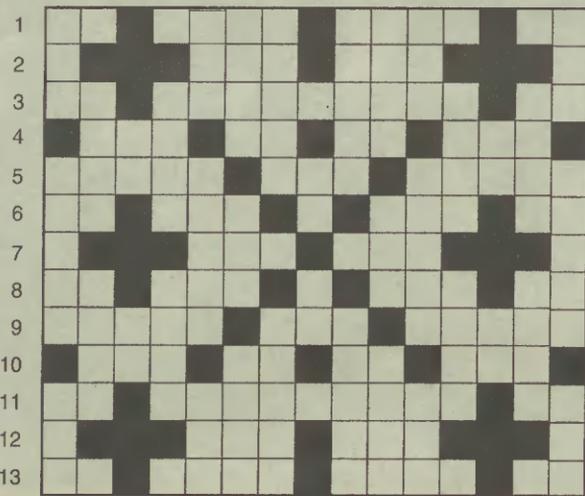
Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998D38 [C. K.]
1. 16-11; 1... (21x23); 2. 35x40+1... (2x10
ou 14; 2. 35-19, (-); 3. 19x5 ou 11x22*+1...
(21x5); 2. 35-19, (-); 3. 19x46 ou 11x22*+
* Na hipótese de: 2. 35-19, (5) (10/10)14x16; 3.
11x22 → D+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Unidade de comprimento do sistema imperial inglês, correspondente a 30,479 cm; instrumento de aço com asperas, para desbastar ou polir metais; planta do pé; Prata (s. q.). 2 - Rio da URSS; discurso. 3 - A minha pessoa; espécie de lâmpada cuja luz é resguardada por vidros laterais (pl.); caminhais. 4 - Fúria incontida; igual (farm.); o sono das crianças; mulher que cria uma criança alheia. 5 - Conserva de uvas; iniciais da frase inglesa save our souls. (salvais as nossas almas), usada pela marinha para pedir socorro; não menciono. 6 - Isolado; longa cinta japonesa, geralmente de seda, que forma um laço nas costas; galão brusco do cavalo para derrubar o cavaleiro; também (arc.). 7 - Larva que se cria nas feridas dos animais; ave corredora. 8 - Sódio (s. q.); guarneço de asas; repetição de um som; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc. 9 - Aéreo; muare; escavada. 10 - Principal rio suíço; poeira; brisa; acolá. 11 - Suf. de agente; praticariam operação cirúrgica; letra grega. 12 - Iça; empunhei. 13 - Ouro (s. q.); espiral de cabelo frisado ou encaracolado; flor da roseira; Bário (s. q.).

VERTICAIS: 1 - Quantia que outrora um soldado recebia diariamente; fábrica (bras.); carta ou documento escrito numa só folha. 2 - Grito ou latido prolongado e lamentoso do cão; prover de asas. 3 - Rádio (s. q.); rio costeiro de França. 4 - Lugar ou parte que fica à direita ou à esquerda de alguma coisa; largo de igreja. 5 - Abalada; uso demasiado; universalidade (pref.). 6 - Boneca de trapos; enguia; revestimento externo de muitos animais, constituido, tipicamente, nos vertebrados, por epiderme e derme. 7 - Antigo povo eslavo, vizinho dos Búlgaros, que formou o primeiro estado russo; ciência dos bons costumes. 8 - Conji. que indica alternativa ou incerteza; despedido. 9 - Líquido que se separa do leite depois de coagulado (pl.); curar. 10 - Enfeito; suf. nom., de origem latina, que exprime a ideia de conjunto, acção ou estado desagradável; escárnio. 11 - Discurso laudatório; que não se deixa atravessar pela luz; lamentos. 12 - Agulha de pinheiro; escavam. 13 - Forma arcaica de mim; o mais (ant.). 14 - Barco de recreio; acrescentar. 15 - Fluido aeriforme; ermida fora do povoado; base aérea portuguesa.

orada; ota.
urne; rto. 11 - Loa; opaco; ais. 12 - Sama; ocam. 13 - Mi; al. 14 - late; adir. 15 - Gás; abuso; pan. 6 - Monar; tr; pé; 7 - Anas; moral. 8 - Ou; nu. 9 - Soro; sarar. 10 - Oro; anet; rosa; Ba.
VERTICAIS: 1 - Pré; usina; oia. 2 - Uivo; asar. 3 - Ra; Ra. 4 - Lado; adro. 5 - Ida; 9 - Asado; nus; cada. 10 - Art; pó; art; ali. 11 - Or; operatam; r; 12 - Ala; ast. 13 - Au; o; ama. 5 - Uvada; SOS; omito. 6 - S6; obi; upa; er. 7 - Ura; ema. 8 - Na; aso; eco; ad. **HORIZONTAIS:** 1 - Pé; ima; solat; Ag. 2 - Don; oro. 3 - En; lanemas; is. 4 - Ira; ra.

JORNADA NACIONAL DO PCP CONTRA O PACOTE LABORAL

De 26 de Setembro a 3 de Outubro

• Em LISBOA
- Exposição na Praça da Figueira - de 28 de Setembro a 5 de Outubro, das 8h30 às 19h30

- Distribuição de propaganda e Venda Especial do Avante!

Quinta-feira, 1, das 7 às 9h, na Estação Sul e Sueste, às 7h30 no Metro da Pontinha, ainda de manhã nas ruas Augusta, Camilo Castelo Branco, Andrade Corvo, ao princípio da tarde no Areiro, Pç. do Chile, Largo da Graça, Rua e Pç. D. Luís, Largo Calvário;

Sexta-feira, 2, na Petrolal/Mouzinho da Silveira, EDP/Olivais, EPAL/Olivais e em várias outras instalações da Função Pública

• Na AMADORA

- Distribuição de propaganda no Jumbo e Fábrica de Confecções da Damaia e ainda nos Moinhos da Funcheira; dias 1 e 2 de Outubro, contactos com a Fiat, Laboratórios Vitória, Andrade, Abbott, Azevedos, Roussel, Sandwik e Cassel e Malas Soares Peixoto

• Em VILA FRANCA DE XIRA

- Distribuição de documentos: dia 1 na Cimpor/Alhandra, dia 2 nas OGMA

• Em LOURES

- Distribuição de propaganda no dia 1 de Outubro junto das empresas do concelho, nomeadamente Meca, Alcântara/Açúcar, Fima, Covina, Cavan, Ro-

bbialac, Trefilaria, Dyrup, Caterair, Cometna, C. Municipal e Serviços Municipalizados

• Em CASCAIS

- Distribuição de propaganda e venda do Avante! no dia 1 na Feira de Carcaveiros; outras acções de propaganda junto à CM Cascais (dia 1), na ERU (dia 2), no Mercado da Parede (dia 3)

• Em OEIRAS

- Distribuição de propaganda no dia 2 na Lusite e Est. Cruz Quebrada

Em SINTRA

- Distribuição de propaganda no dia 1 na Melka, Tabaqueira/Portucel (Albarraque), Alva, dia 7 na Galuchos e

Pap. Fernandes (dia 2)

• No distrito de BEJA

- Distribuição de propaganda e venda do Avante! em Beja junto à Câmara Municipal de Beja, Portugal Telecom, CTT, EDP, CP, Hospital Distrital, Centro Regional de Seg. Social nos dias 1 e 2

- Em Alvito, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira, também junto às CMs e empresas.

• No distrito de COIMBRA

- Distribuição de propaganda em Coimbra nos dias 1 (Cimpor, Apolo, Batanete, Ceres, Rifer), e 2 (Refleta) e na Figueira da Foz

PCP

pele trabalho com direitos

CONTRA

o Pacote Laboral do governo PS.



Reunião Nacional de Quadros

PCP

Intervenção e iniciativa do PCP na situação social

contra pacote laboral

3 Outubro '98

11.00/18.00 horas

Salão da Junta de Freguesia de Alcântara - Lisboa

Às 17h30:

Sessão pública de encerramento com intervenção de **CARLOS CARVALHAS**

AGENDA

PORTALEGRE

- Distribuição de propaganda e venda do Avante! em Portalegre no dia 2, no dia 1 em Ponte de Sôr, Nisa, Castelo de Vide, Marvão

• No distrito de SETÚBAL

- Distribuição de propaganda em Alcochete (Riocopal e Seca do Bacalhau dia 1, ORMIS - às 15h45 com Jerónimo de Sousa - no dia 2.; em Almada (dia 1 na Lisnave, dia 2 - às 18h - junto às empresas do ramo automóvel, na Confelis às 8h); no Barreiro (dia 1 na FISIFE - às 7h30 - e na SLE - às 12h, dia 2 às 7h nos Barcos e às 8h no Hospital; em Palmela (dia 1 na Autoeuropa e na Zona Industrial); no Seixal (dia 2 nos Barcos); na Moita (dia 1 na Norport); em Setúbal: venda do Avante! dia 1, de manhã, junto ao Centro de Trabalho, distribuição de propaganda às 12h na D.H.U. e às 16h na Lisnave/Gestenave

• BRAGA

Reunião geral de militantes sobre Regionalização e a intervenção do Partido: Sexta-feira, 2, às 21h30, no CT de Braga

• GUIMARÃES

Moreira de Cónegos - Reunião geral de militantes sobre a Regionalização, com a participação de Oscar Jordão Pires: Domingo, 4, às 9h30.

• LOURES

Reunião de militantes membros de ORT's do concelho sobre a Regionalização e o Pacote Laboral, com a participação de Arménio Carlos: Terça-feira, 6, às 18h, no CT de Sta. Iria da Azóia.

• Estúdio móvel - no dia 1 na Amadora; em Oeiras (Estações de Algés e Oeiras); dia 6 em Alenquer, dia 7 e 8 em Sintra.

• ALMADA

Plenários sobre Regionalização: da célula da Lisnave (hoje, dia 1, no CT Concelhio) e da organização da Trafaria (Sábado, 3, no CT da Trafaria) JCP - Reunião concelhia sobre Regionalização, questões de Direcção e Organização da JCP e Campanha de afirmação do Secundário: Sábado, 3, às 15h30, no CT Concelhio do PCP



militantes sobre a situação política e a Regionalização, com a participação de António Andrez: Quinta-feira, dia 1, às 21h30, no CT de Odivelas

• PORTO

Gaia - Sessão pública sobre Regionalização, com a participação de Honório Novo: Sexta-feira, 2, às 21h30, no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia

Santo Tirso

- Sessão de esclarecimento sobre Regionalização e Regiões

Administrativas, com a participação de João Amaral: sábado, dia 3, às 21h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal

• SANTARÉM

Samora Correia - Plenário de militantes sobre Regionalização, com a participação de Jorge Cordeiro: Sábado, dia 3, às 21h, no Centro de Trabalho.

Coruche

- Encontro CDU sobre Regionalização, com a participação de Jorge Cordeiro: Sábado, 3, às 15h, no Centro Cultural

• SANTIAGO DO CACÉM

Abela - Sessão sobre Regionalização: Sexta-feira, 2, no Salão da Junta de Freguesia.

• SINTRA

Plenário de militantes da Célula da CM de Sintra: Quinta-feira, 1, às 18h, no CT de Rio de Mouro.

Queluz - Plenários de militantes em Queluz (no CT, com Carlos Chaparro) e em Almargem do Bispo (casa do cam. Miguel Rodrigues): Sexta-feira, 2, às 21h30

Montelavar -

Plenário de militantes: Sábado, 3, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

• VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes sobre Regionalização: da freguesia de V.F. de Xira (Sexta-feira, 2, às 21h, no CT, com a participação de João Saraiva) e da célula dos Trabalhadores da CM V.F.X. (hoje, dia 1, às 17h, no CT de Vila Franca.

MONTEMOR-O-NOVO

Assembleia da Organização da Célula da Câmara Municipal
Sexta-feira, 2, às 21h,
no Centro de Trabalho
Assembleia da Organização de Freguesia de Cortiçadas de Lavre
Sábado, 10, às 15h, no Salão do Centro Cultural local

CARLOS CARVALHAS
no Grande Júri TSF
Sábado, dia 3, às 12h

FIM DO BLOQUEIO

Solidariedade com o povo de Cuba

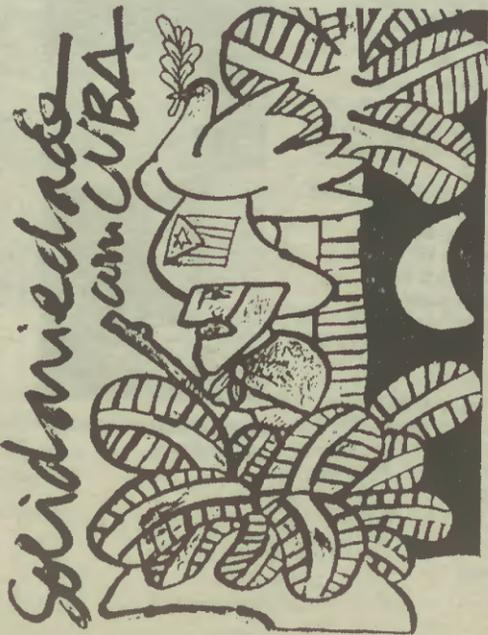
PORTO - 17 de Outubro
Por ocasião da Cimeira Ibero-Americana

Concentração - Desfile - 16h
Espectáculo de solidariedade - 21h30

Excursões do distrito de LISBOA, a partir dos concelhos:

INSCREVE-TE

no CT Vitória ou em qualquer CT da ORL



Lisboa

REUNIÃO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE O ENSINO SUPERIOR

- a situação do ensino superior e as perspectivas de intervenção -

Sexta-feira, 2, das 17 às 23h, no CT Vitória

Comboio da Liberdade

no 40º Aniversário das eleições de 1958 e da campanha do General Humberto Delgado

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de uma delegação do Partido que integra Octávio Teixeira, Octávio Pato, Carlos Brito, Ilda Figueiredo e Dias Lourenço, participa no Comboio da Liberdade, que assinala no próximo Sábado o 40º Aniversário das eleições de 1958 e a campanha do General Humberto Delgado.

O Comboio da Liberdade parte da estação de S. Bento do Porto às 11h30 e

chega a Lisboa, a Santa Apolónia, às 15h45.

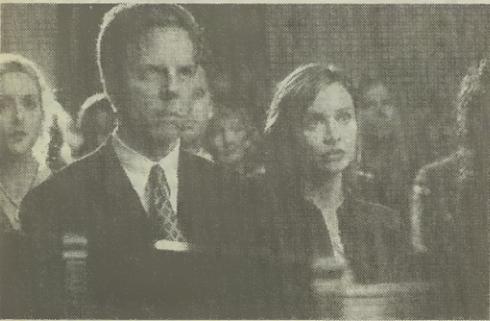
Na Comissão de honra das comemorações das eleições de 1958 participam, além dos camaradas já referidos, diversos membros do Partido, nomeadamente, Álvaro Cunhal, Alberto Vilaça, António Abreu, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, José Morgado, Lino Lima e Óscar Lopes.

TELEVISÃO

Quinta, 1

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 Meu Pai
(de Gary David Goldberg, EUA/1989, com Jack Lemmon, Ted Danson, Olympia Dukakis, Kathy Baker, Kevin Spacey. Drama)
18.05 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.05 As Lições do Teneças
21.40 Terra Mãe
22.35 Maria Elisa
01.20 24 Horas



Ally McBeal, mais uma série na TVI

02.10 Ilegalmente Tua
(de Peter Bogdanovich, EUA/1988, com Rob Lowe, Colleen Campo, Kenneth Mars, Kim Myers. Comédia Romântica)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.30 Super Esquadra
17.20 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
19.55 O Fantasma Escritor
20.30 A Nave Vermelha
21.05 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Lei do Desejo
(de Pedro Almodovar, Esp./1987, com Eusebio Poncela, Carmen Maura, Antonio Banderas, Miguel Molina. Ver Destaque)
00.30 Os Salvamentos Mais Arriscados do Mundo

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Miss Mundo Portugal
24.00 Grande Reportagem
01.00 Último Jornal
01.35 Flash
03.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Pesadelo na Estrada
(de Colin Bucksey, EUA/1997, com Sherilyn Fenn, Rena Sofer, Thomas Gibson. Drama)
01.30 Seinfeld
02.50 Aventura É Aventura
(de Claude Lelouch, Fr./1972, com Lino Ventura, Jacques Brel, Charles Denner, Nicole Courcel.

Sexta, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 Os Visitantes
(de Jean-Marie Poiré, Fr./1992, com Christian Clavier, Jean Reno, Valérie Lemercier, Christian Bujau. Comédia.)
17.45 Aventuras no Circo
18.05 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.55 Terra Mãe
21.50 Jogos sem Fronteiras
23.35 24 Horas



00.25 Máquinas
01.00 O Caça-Cabeças
(de Kurt Anderson, EUA/1993, com Lorenzo Lamas, Mathias Hues, Cyndi Pass, Whip Hubley. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.00 Desporto
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 A Nave Vermelha
21.05 O Riso ao Poder
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Eu Vos Saúde, Maria
(de Jean-Luc Godard, Fr./Suíça/1984, com Myriem Roussel, Thierry Rode, Philippe Lacoste, Juliette Binoche. Ver Destaque)
00.30 As Teias da Lei

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Bom Baía
21.30 Torre de Babel
22.40 Ponto de Encontro
23.45 Donos da Bola
02.30 Último Jornal
03.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 As Teias da Mafia
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Receita para Matar
(e Catherine Cyran, EUA/1995, com Adam Baldwin, Nina Siemasko, Don Hervey. Drama)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final
02.50 Toda Uma Vida
(de Claude Lelouch, Fr./It./1974, com Marthe Keller, André Dussolier, Charles Denner, Carla Gravina. Drama)

Sábado, 3

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.20 Blake e Mortimer (Estreia)
12.20 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.50 Simpsons
15.15 Robin dos Bosques
16.10 Nunca É Tarde
16.40 Conan, o Guerreiro
17.45 Excentricidades
18.15 Estrada Viva
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Rio Ave-Sporting
23.20 Em Nome da Justiça
00.15 86-60-86
00.50 24 Horas
01.30 Limites do Terror
02.20 Um Polícia em Acção
(de Sandor Stern, EUA/1995, com David Hasselhoff, Miguel Fernandes, Kathy Ireland, Gotz Otto. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Ópera em Marionetas - «La Traviata»
12.45 Música Maestro
Música do Séc. XX
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Zoom
15.00 Desporto 2
19.45 2001
20.25 Tenchi Muyo
20.55 Onda Curta
(Dois Dragões, curta-metragem de Margarida Cardoso, Port./1996; O Prego, curta-metragem de João Maia, Port./1997. Ver Destaque)



Sting domingo à tarde na RTP2

22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.30 Uma Mulher É Uma Mulher
(de Jean-Luc Godard, Fr./1961, com Anna Karina, Jean-Paul Belmondo, Jean-Claude Brialy. Ver Destaque)
00.55 Lendas de Hollywood - «Burt Lancaster»

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Regresso do Rebelde
(de Buddy Van Horn, EUA/1980, com Clint Eastwood, Sondra Locke, Geoffrey Lewis. Comédia)
16.00 Xena
17.00 Walker
18.00 Salvem-me
(de Arthur Allan Seideman, EUA/1993, com Michael Dudikoff, Stephen Dorff, Ami Dolenz. Comédia / Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
00.50 Os Sete Magníficos
01.50 Último Jornal
02.25 Bronco Billy, O Aventureiro
(de Clint Eastwood, EUA/1980, com Clint Eastwood, Sondra Locke, Geoffrey Lewis. Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feedback
15.35 Sétimo Céu
16.30 Doido por Ti
17.00 Roxanne
(de Fred Schepisi, EUA/1987, com Steve Martin, Daryl Hannah, Shelley Duvall, Rick Rossovich, Fred Willard, Michael J. Pollard. Comédia)
19.00 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Em Nome do Amor
(de Jeff Bleckner, EUA/1992, com Leslie Ann Warren, Tom Skerrit, Marc Helgenberg, Ray Baker. Drama)
24.00 A Fuga Perfeita
(de Armand Mastroianni, EUA/1998, com Adrian Pasdar, Kelly Rutherford, Alicia Coppola. Drama)
01.50 O Bom e os Maus
(de Claude Lelouch, Fr./1975, com Marlène Jobert, Jacques Dutronc, Bruno Crémer. «Thriller»)



A SIC comemora o aniversário com misses e, sobretudo, música: na madrugada teremos Sinatra, «Aida» e também Plácido Domingo no concerto deste ano no Restelo.

Domingo, 4

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
15.55 A Guerra dos Abismos
(de Jerry Jameson, EUA/1980, com Jason Robards, Richard Jordan, David Selby. Aventuras)
17.35 Departamento de Homicídios
18.40 Casa Cheia
18.30 Jet 7
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Assalto à Televisão
22.30 Domingo Desportivo
23.30 Millennium
00.25 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.50 O Mundo Natural do Japão
12.40 Grandes Romances do Séc. XX
13.30 Jornal d' África
14.00 Desporto 2
18.30 Musical: Sting
19.20 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «Bauhaus»
21.00 A Dama Misteriosa
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Teatro: «O Cão do Hortelão»
23.55 Vidas do Século: «Os Churchill» (últ. ep.)

SIC

08.30 Buéréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Espia... Como Puderis
(de Rick Friedberg, EUA/1996, com Leslie Nielsen, Nicolette Sheridan, Charles Durning. Comédia / Espionagem)
15.50 A Ilha Misteriosa
17.00 Os Imortais
18.00 Futebol: Alverca-Porto
20.00 Jornal da Noite
21.00 Polícias à Solta
21.30 Ficheiros Clínicos
22.30 Mensageiro da Morte
(de J. Lee Thompson, EUA/1988, com Charles Bronson, Trish Van Devere, John Ireland. Acção)
00.40 Último Jornal
01.15 Dra. Quinn
02.15 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Planeta Portugal
15.00 Adultos à Força
15.55 Doido por Ti
16.20 A Flecha e a Rosa
(de Richard Lester, Gr.Br./1976, com Sean Connery, Audrey Hepburn, Robert Shaw, Richard Harris. Aventuras)
18.30 A Lenda de Guilherme Tell
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.15 Directo XXI
22.00 O Rosto da Lei
23.00 O Camaleão
(de Michael Pavone, EUA/1995, com Anthony LaPaglia, Kevin Pollack, Wayne Night, Andy Romano. Drama)
01.00 Uns e... Os Outros
(de Claude Lelouch, Fr./1981, com Robert Hossein, Nicole Garcia, Geraldine Chaplin, Fanny Ardant. Drama)

Segunda, 5

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.35 Consultório
15.40 Yo-Yo, Resgate de Alto Risco
(de Enzo G. Castellari, It./1990, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas. Comédia / Acção)
17.25 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.55 Reformado e Mal Pago
21.30 Terra Mãe
22.30 Miss Portugal
00.15 Vidas Proibidas (Ballet Rose)
01.25 24 Horas

RTP 2

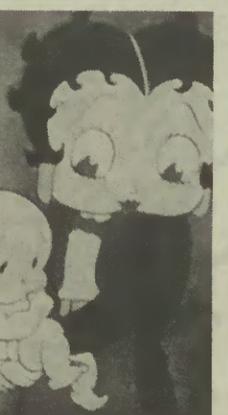
15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Super Esquadra
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Sarilhos com Elas
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jornal Enfiado
23.50 Há Festa na Aldeia
(de Jacques Tati, Fr./1948, com Jacques Tati, Guy Decombe, Paul Frankeur, Santa Relli. Ver Destaque)
00.15 Pequenas Histórias de Amor

SIC

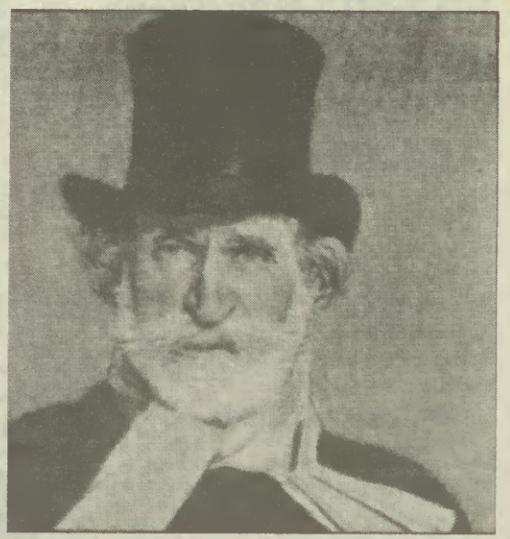
08.00 Buéréré
10.30 Power Rangers - O Filme
12.00 Vidas Selvagens Especial
12.30 Primeiro Jornal
13.30 Malditas Férias
(Longa-metragem)
15.15 Homenagem a Jack Nicholson
16.50 Laços de Ternura
(Longa-metragem)
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
02.00 Último Jornal
02.30 Pepsi Chart
03.00 Plácido Domingo no Estádio do Restelo
04.30 Sinatra, A Voz do Século
06.00 Ballet Flamenco 97
07.00 «Aida» em Lisboa

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Absolutamente Loucos
(de Julian Temple, EUA/1989, com Geena Davis, Jeff Goldblum, Jim Carrey, Damon Waynes. Comédia / Ficção Científica)
18.30 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 Sob Investigação
(de Kevin Meyer, EUA/1993, com Harry Hamlin, Joanna Pacula, Ed Lauter, Richard Beymer. Policial)
00.50 Seinfeld



Betty Boop também chegou à RTP2



As propostas mais interessantes da semana serão provavelmente o programa dedicado no «Artes e Letras» à Bauhaus e uma versão de «A Traviata» em marionetas, programado para sábado de manhã na RTP2

Terça, 6

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.35 Consultório
15.40 Um Talento Especial
(de James Lapine, EUA/1993, com Michael J. Fox, Christina Vidal, Nathan Lane, Cyndi Lauper. Comédia)
18.05 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.10 Terra Mãe
22.10 Herman 98
23.50 Reportagem: «Fisco»
00.55 24 Horas
01.45 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Betty Boop
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 As Férias do Sr. Hulot
(de Jacques Tati, Fr./1953, com Jacques Tati, Nathalie Pascaud, Louis Perrault. Ver Destaque)
00.25 Encontros Imediatos

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Super Model of the World
24.00 Bad Boys
(de Michael Bay, EUA/1995, com Martin Lawrence, Will Smith, Tea Leoni, Tcheky Karyo. Policial)
02.10 Último Jornal
02.45 Charlot e o Seu Duplo
04.15 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Os Segredos de Verónica
22.30 Alby McBeal
23.30 Seinfeld
24.00 Golo
01.25 Feedback

Quarta, 7

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 Pequenos Marotos
(de Penelope Spheris, EUA/1994, com Travis Ted Ford, Bugall, Brittany Ashton Holmes. Comédia / Infantil)
18.05 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.30 Terra Mãe
22.30 O Misterioso Assassínio em Manhattan
(de Woody Allen, EUA/1993, com Woody Allen, Diane Keaton, Jerry Adler, Angelica Huston, Alan Alda)
00.30 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Simpsons
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Meu Tio
(de Jacques Tati, Fr./1958, com Jacques Tati, Jean-Pierre Zola, Alain Bécourt, Adrienne Servantie, Lucien Frégis. Ver Destaque)
00.50 Sinais do Tempo

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Bom Baía
21.30 Polícias à Solta
22.00 Torre de Babel
23.15 Crossfire
00.20 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas
02.25 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Perfil para Matar
(de David Winning, EUA/1996, com Lance Henriksen, Jeff Wincott, Joan Severance. «Thriller»)
00.45 Seinfeld
01.15 Lanterna Mágica
01.55 Ponto Final

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Antonio Banderas e Eusebio Poncela, em «A Lei do Desejo», de Pedro Almodóvar Uma cena de «As Férias do Sr. Hulot», de Jacques Tati

A Lei do Desejo (Quinta, 22.50, RTP2)

Partindo de um gozo intenso (tornado exagerado absurdo) aos melodramas à maneira de Hollywood, Pedro Almodóvar encena aqui a história de um triângulo homosexual numa atmosfera de tragicomédia surreal. Carmen Maura, essa excelente atriz espanhola que faz lembrar, pela originalidade e raça das personagens que cria, uma Anna Magnani dos anos 80, é bem acompanhada por Antonio Banderas, no papel do filho de um ministro, e, ainda, por Eusebio Poncela, o realizador por quem este se apaixona. Um filme que, evidentemente, requer a predisposição do espectador para a provocação de algumas cenas.

Eu Vos Saúdo, Maria (Sexta, 22.50, RTP2)

O arcanjo Gabriel, depois de desembarcar no Aeroporto de Genebra, entra num táxi conduzido por José e é transportado a uma estação de serviço onde ele anuncia a Maria, a filha do dono da estação, que ela será mãe. No entanto, Maria, que ama José, era ainda virgem. Este, que não consegue disfarçar um certo ciúme, acaba por aceitar este nascimento. A criança, Jesus, torna-se um rapaz turbulento. Na auto-estrada, Gabriel saúda Maria, mulher entre as mulheres... Em breves palavras, esta é a visão do sempre irrequieto Godard do milagre da Imaculada Conceição, num filme maldito, que tanta celeuma levantou. A rever.



Com «O Misterioso Assassínio em Manhattan», Allen regressa à Comédia

Onda Curta: Dois Dragões; O Prego

(Sábado, 20.55, RTP2)

Numa altura em que o documentarismo português renasce das cinzas, eis dois seus exemplares recentes: «Dois Dragões», de Margarida Cardoso, no qual o caso de um cão do cliente de um restaurante chinês que receia ser transformado em *shop suey* serve de fio condutor a outras histórias divertidas; e «O Prego», de João Maia, a abordagem surrealista de um pesadelo.

Uma Mulher É Uma Mulher

(Sábado, 23.20, RTP1)

Filme de brilhantes diálogos literários e de inesperadas rupturas narrativas, bem ao jeito de Godard, esta obra não é das mais



Um fotograma de «O Meu Tio», de Jacques Tati

importantes na carreira do polémico realizador suíço, embora tenha alcançado, na época, o Prémio Especial do Júri do Festival de Berlim, «pela originalidade, juventude, audácia e impertinência de um filme que subverte as normas da comédia clássica filmada». É a história do clássico triângulo, formado por Angela, uma artista de «strip-tease», que quer ter um filho do seu marido, Émile, e que, perante a recusa deste, inventa uma história de amor (que não tem a coragem de consumir) com um amigo boémio, Alfred, única maneira de fazer com que Émile ceda aos seus desejos. Nas perso-

nagens do triângulo, um trio de actores de primeiro plano na «nouvelle vague» - Karina, Belmondo e Brialy.

Bronco Billy, O Aventureiro

(Sábado, 02.25, SIC)

Num tom de comédia que facilmente se insinua perante o espectador, este western de Clint Eastwood conta-nos a história de um cowboy que transporta, de lugar em lugar, um pequeno espectáculo itinerante mas cuja actividade tranquila e rentável vai ser subvertida pelo seu encontro com uma bela nova-iorquina, um outro homem e, ainda, com os sarilhos que então se levantam...

Há Festa na Aldeia (Segunda, 23.50, RTP2)

A história vertiginosa e louca de um carteiro que, impressionado pela revolução das novas tecnologias vindas da América, procura adaptar-se às condições reais da sua profissão numa

pequena aldeia e, assim, distribuir o correio pelos processos mais expeditos. Uma loucura em forma de filme, só possível de nascer na cabeça de um génio como Tati, cujo principal defeito foi ter feito tão poucos filmes. A França descobria neste ano de 49, para além de um actor, um grande realizador.

As Férias do Sr. Hulot

(Terça, 22.50, RTP2)

Prémio da Crítica em Cannes e Prémio Louis-Delluc em 1953, este segundo filme de Jacques Tati é, seguramente, o seu melhor e, pelas inovações da encenação (recusando todo o academismo), é considerado por alguns como precursor da «nouvelle vague» francesa. De qualquer modo, a figura «marginal» do Sr. Hulot, de férias num pequeno hotel à beira da praia, é algo de irreverente e crítico face às «figuras» de todos conhecidas em situações semelhantes, perante as quais Tati é, por vezes, implacável, ultrapassando em muito o simples nível do gag. Algumas sequências de verdadeiro humor ficaram antológicas, como a lição de ténis, a «fixação» no gelado a derreter-se ou a espessura das fatias que

Hulot corta em função do «volume» de cada hóspede do hotel que vai entrando, por uma inconfundível porta de batente, na sala de jantar da pensão.

O Misterioso Assassínio em Manhattan

(Quarta, 21.55, RTP1)

Um casal «especial», como todos os casais nos filmes de Woody Allen, começa a suspeitar que um vizinho que, aparentemente, estaria

acima de toda a suspeita, *pode ter sido* o assassino da mulher. Mas o certo é que, mais tarde, depois de uma série de confusões e imbróglios em que se metem e a alguns dos seus amigos nas suas investigações, são incapazes de evitar que ela seja, de facto, assassinada! Tal é o enredo de mais uma comédia irresistível de Allen, de novo regressando ao grande «confronto» com Diane Keaton. E algumas das «tiradas» dos diálogos são como de costume imperdíveis.

O Meu Tio (Quarta, 22.50, RTP2)

Aqui mais uma vez na pele do Sr. Hulot, Jacques Tati visita regularmente a sua irmã, casada com um industrial de plásticos, e que habita numa vivenda recheada dos mais espantosos e problemáticos electrodomésticos. Uma fábula notável e de grande intensidade cômica acerca da sociedade de consumo invadida pelas novas tecnologias e onde a *piroseira* e o *novo-riquismo* são impiedosamente tratados. Embora eventualmente envelhecido, também a não perder.

CABO & SATÉLITE

Efeitos especiais

Não é só no satélite e nas televisões por cabo de todo o Mundo que é possível ver presidentes dos EUA fazendo figuras tristes e ridículas. Também no cinema, em especial naqueles filmes em que nos pretendem demonstrar que ele é «o maior», arregaçando as mangas para combater os extra-terrestres, como acontece no inenarrável «Independence Day». Veja como se congeminam os «efeitos especiais» deste e doutros filmes no



documentário «O Apocalipse Segundo Hollywood», que La 5 transmite esta semana. (La 5, Quinta, das 16.55 às 17.30)



Descubra a zarzuela

A opereta dos nossos vizinhos espanhóis chama-se «zarzuela» e, neste domínio, descubrem-se por vezes verdadeiras obras-primas. Esta semana, o canal «Muzzik» transmite, em dois dias diferentes (para que V. possa escolher) uma zarzuela de Vives intitulada «Bohemios», numa gravação realizada ao vivo no Teatro Calderón de Madrid em 1995. São solistas principais: Papa Rosado e Pedro Pablo Juarez. Descubra! (Muzzik, Quinta ou Domingo, respectivamente das 20 às 21.35 e das 21.20 às 22.45)

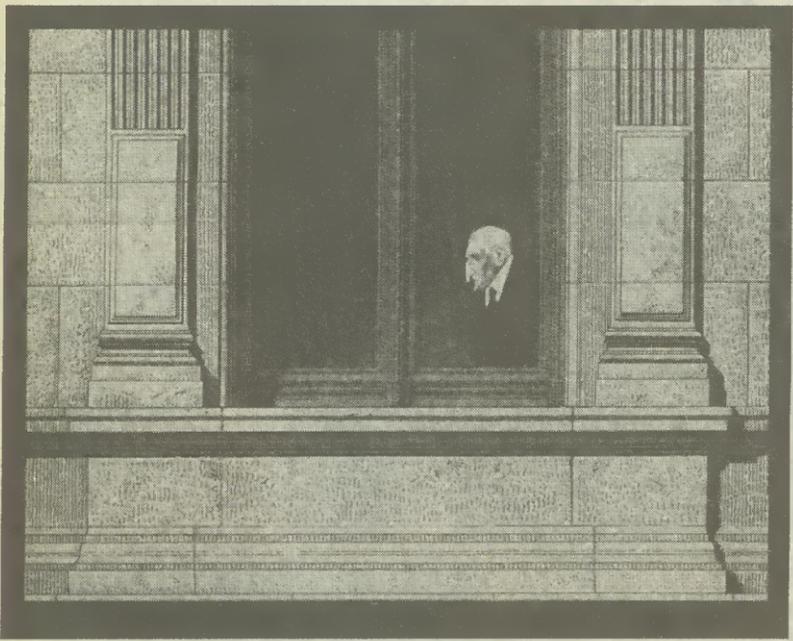


Noite temática: Van Gogh

Eis mais uma das tais noites temáticas do Arte, a não perder. Desta vez, o centro das atenções é Van Gogh, visto sob diversos ângulos: primeiro, o célebre filme de Maurice Pialat (19.45 às 22.20), com Jacques Dutronc e Alexandra



London que nos dá a ver os últimos dias da vida do grande mestre e seus complicados humores; depois, das 22.20 às 22.50, o episódio do dia da série «Palettes» debruça-se sobre o quadro *La Chambre d'Arles* (1888/1889); a seguir, ainda (das 22.50 às 23.10) outro documentário, o histórico «Van Gogh», de Alain Resnais (1948) que conquistou o Óscar Para a Melhor Curta Metragem de 1949; finalmente, «Vincent 2, Le Retour» é um documentário de Xavier Coton premiado em 1991 com o Grande Prémio do Festival de Prades. (Arte, Domingo, entre as 19.45 e as 23.35)



Desenho de João Abel Manta

À sombra do "velho abutre"

Não se entendeu muito bem por que é que a RTP decidiu comemorar a subida ao poder, há 30 anos, de Marcelo Caetano, transmitindo em dias consecutivos uma dupla emissão acerca de Salazar, caído da histórica cadeira algumas semanas antes, e do seu sucessor. Já se entendeu, porém, o motivo por que é que para deporem sobre ambos, e sobretudo sobre o primeiro, foram mobilizados exclusivamente dois homens: um deles confessadamente de extrema-direita, posicionamento que aliás confirmou no decurso da emissão, e o outro de esquerda dita extrema, oriundo do MRPP e agora na órbita do PSR. É que ambos se caracterizam por serem adversários, fidalgos ou não, do PCP, e nisto de se antagonizar o PCP, com ódio ou sem ele, com dose maior ou menor de calúnias e de convenientes omissões, é que está o ganho.

Chegou a coisa ao ponto de, ao longo da primeira emissão, dedicada a Salazar em toda a extensão da sua carreira política e não apenas ao seu grotesco final, quase não ter havido referências à resistência protagonizada pelos comunistas, sendo o PCP apenas lembrado para evocar alegadas divergências internas e pouco ou nada mais. Por outro lado, o

documentário que surgiu como autêntica biografia do ditador falou muito do percurso individual do sujeito, como aliás naturalmente se justificava, mas pouco da sua «obra», designadamente quanto às suas múltiplas vertentes criminosas que são porventura o que menos convém esquecer. Ora, é claro que o perfil histórico de um homem político se esclarece muito mais pelo que faz que pelo que diz. De Salazar, ouviram-se muitos excertos dos seus discursos, dos argumentos que usou, das acusações não poucas vezes infames que lançou contra os que se lhe opunham. Quem se lembre, nunca desde 74 tínhamos tido uma tão abundante presença televisiva do «velho abutre», como em poema a não esquecer lhe chamou Sophia de Mello Breyner. Das suas vítimas, da grande vítima que foi um país inteiro agrilhoado e pauperizado para tranquilidade de uns poucos, quase não houve sinais, nem vestígios nos comentários feitos pelos dois especialistas convidados. Daqui decorreu que a emissão dedicada a Salazar, e em menor medida também a seguinte, funcionaram como póstumas promoções publicitárias de ambos os defuntos.

Do improvável fascismo

Acerca da acção do salazarismo sobre o corpo manietado do País pouco ali se soube mas, digamos que em compensação, a emissão dupla serviu muito bem não apenas para melhorar a imagem pública de Salazar, como para branquear, ou pelo menos introduzir tons esbranquiçados, na do próprio fascismo português. Aliás, ainda a procissão ia na praça e já Jaime Nogueira Pinto se referia com sofreada indignação à «demonização do fascismo» por aquilo que ele designou, com óbvias intenções de descrédito, por «a vulgar antifascista» e é de facto a lucidez resultante de experiências por vezes trágicas cruzadas com o entendimento do que de resto nunca foi difícil de entender. Por sinal, não ficou claro se a pretensa «demonização» teria atingido o fascismo português ou o nazifascismo em geral, mas é de crer na segunda hipótese, pois Pinto nega ter o fascismo estado no poder entre nós. Assim, a «demonização» de Nogueira Pinto fica a fazer boa companhia ao «por menor da Segunda Guerra» que valeu a Le Pen a indignação internacional.

Quanto a Portugal, o que emergiu do encontro entre os dois especialistas foi uma enorme dúvida acerca do que aconteceu por cá. Jaime Nogueira Pinto teimava que, fascismo, não houve, e negava-o com veemência. Fernando Rosas mostrava-se inclinado a crer que sim, que houve, mas parecia ser uma inclinação apenas ligeira, e ele não parecia de modo nenhum estar disposto a fazer questão disso. É claro que a dúvida não é académica: se fascismo não houve, esta-se a ver que o antifascismo passado, eventualmente presente e mesmo futuro, há-de ser uma invenção meramente vocabular dos comunistas, descoberta esta que tem, entre outros méritos, o de tornar compreensível o simpático e perfeito entendimento entre os dois convidados da jornalista Fernanda Mestrinho, que fez as honras da casa. Acrescente-se os excertos de exaltantes documentários de propaganda do «anterior regime», a referência de Nogueira Pinto às «liberdades cívicas» então existentes (exemplificou; as pessoas podiam casar!), a negação de que aquele Estado, o Novo, fosse um estado violento, tudo sem que Rosas saltasse da cadeira, e fica entrevisto como a emissão funcionou, à venerada sombra do «velho abutre», como comovente jornada de reconciliação nacional entre a lembrança dos algozes e a evocação, é certo que fugidia, das vítimas.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

Uma resposta à altura

As deliberações de reunião dos movimentos cívicos defensores do «SIM» à Regionalização, efectuada no passado dia 26, em Faro, constitui, no plano unitário, o começo de uma resposta à altura dos desafios colocados pelo referendo de 8 de Novembro.

A circunstância da sua realização ter coincidido com o aparecimento no terreno da abjecta propaganda gráfica dos adversários da regionalização e a divulgação, nada inocente, de sondagens favoráveis ao não, confere-lhe também uma especial oportunidade, demonstrativa de uma atitude mais aguerrida dos apoiantes da reforma regionalizadora.

Tem um alto significado que sete movimentos de base social e política diversificada e ampla (dois de carácter nacional e cinco inspirados pelas regiões – Algarve, Alentejo, Beira Interior e Minho) tenham decidido «desenvolver em conjunto e coordenadamente a campanha de esclarecimento e mobilização dos cidadãos», como expressamente se afirma na declaração aprovada.

Mais importante ainda é que não se tenham limitado a proclamar esta intenção, mas desde logo criado as condições para lhe dar concretização, através da formação de uma Comissão de Contacto, da previsão de acções conjuntas e da consideração em comum da melhor forma de dar eficácia aos tempos de antena.

É muito positivo que os movimentos a favor do SIM demonstrem esta vitalidade e esta disposição para a cooperação.

Quem tenha ouvido Paulo Portas na entrevista com Judite de Sousa, na RTP1, reconhecer que o seu partido recolheu assinaturas à pressão durante o verão para fabricar falsos movimentos de cidadãos, não pode ter dúvidas de que a direita anti-regionalista se preparava para monopolizar os tempos de antena concedidos aos cidadãos para prosseguir a sua monstruosa campanha de falsificações contra a Regionalização.

Foi com desfaçatez habitual que o líder do PP se gabou desta proeza, apresentando o seu partido como «as formigas do não».

Vorazes «formiguinhas», dizemos nós, que assim não olham a meios, como também não revelam qualquer escrúpulo nos argumentos caluniosos a que recorrem para sustentar as suas posições, ultrapassando tudo o que já se viu entre nós depois do 25 de Abril.

Um dos exemplos flagrantes desta falta de escrúpulos é o cartaz do PP que pinta as oito Regiões Administrativas a criar como sendo a «corrupção». É tão insultuosa para o nosso povo e os seus eleitos, para os políticos em

geral, incluindo os do PP, esta forma de argumentar que apetece responder-lhe com conhecido provérbio popular. «Em que pensas porco? na bolota, naturalmente». Pois também a corrupção parece povoar o imaginário de alguns dirigentes e propagandistas do PP.

Não é substancialmente diferente a desonestidade que caracteriza a campanha conduzida por Marcelo Rebelo de Sousa. Incapaz de convencer uma grande parte do seu próprio partido da justeza da oposição à Regionalização, o líder do PSD recorre cada vez mais a autoridade de Cavaco e quando esta não chega a qualquer nome sonante de outro partido. O antigo inventor de «factos políticos» parece ter-se especializado agora na invenção de fantasmas, insistindo nos argumentos falsos do «despesismo» dos «450 lugares», que já se sabe que não são remunerados, na «ameaça à coesão nacional» que já se sabe ser falaciosa, no perigo do «aumento dos impostos», que já se sabe que não tem a ver com a Regionalização, na «bola de neve» que seria o processo de des-

centralização, que já sabe que outros invocam contra o poder local democrático e sem razão, como se vê.

A última de Marcelo é agitar a crise da econo-

mia mundial para argumentar que a Regionalização não deve ser feita nesta altura, o que de certa maneira invalida os seus outros argumentos, mas mostra também como está disposto a recorrer a tudo para impedir a vitória do SIM.

Vê-se hoje claramente que ao aceitar o referendo à Regionalização, que não era necessário, nem por razões institucionais, nem por razões políticas, o PS concedeu aos centralistas e a todos os adversários da reforma regionalizadora mais uma oportunidade para continuarem a obstruí-la.

Os partidos da direita não se fazem rogados, exploram a oportunidade até ao fim, não só para tentarem obstruir por muito tempo a instituição da Regiões Administrativas, mas também para tentarem ganhar vantagem na corrida para as próximas legislativas.

É a tudo isto que é necessário dar uma resposta à altura. Como tem vindo a ser dada pelo PCP. Como começa a ser dada pelo movimento cívico do SIM ao decidirem coordenar os seus esforços. Como é imperioso que seja dada por todos que já compreenderem que a Regionalização é uma reforma do Estado que ajudará a aprofundar a democracia, a inventar o desenvolvimento e a favorecer a melhoria das condições de vida dos portugueses.

VARIANTES

■ Carlos Brito



ESCAPARATE

TEATRO

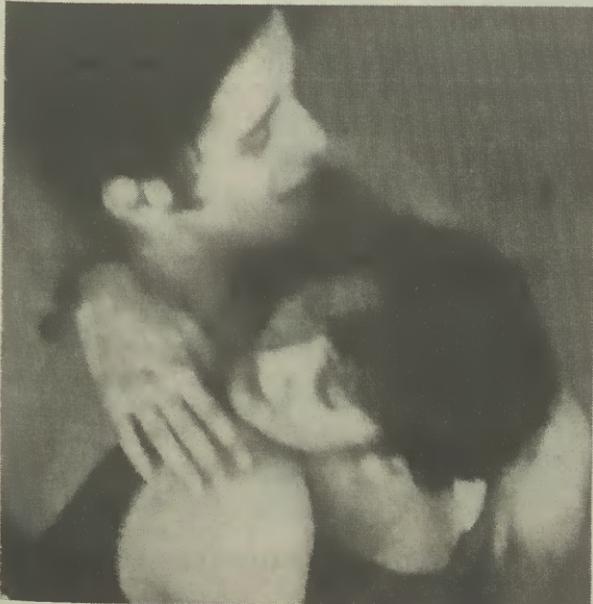
Teatro
na Fábrica
Mundet

No próximo fim-de-semana, 3 e 4, durante todo o dia, das 16 às 24 horas, o teatro tomará conta do palco montado no espectacular local que é o da ex-Fábrica da Mundet. Nesses dias, um numeroso grupo de actores e actrizes levará a cabo uma realização intitulada «Sem Deus Nem Chefe» exercendo a sua liberdade total na escolha de textos e na criação de projectos sobre autores os mais variados. Porque, tal como se diz na apresentação, «os actores não são apenas intérpretes, caras de um catálogo à mercê dos encenadores.» Estes projectos são os seguintes: «Dostoevsky», por Manuel Wiborg, Sylvie Rocha e Bruno V. Bravo; «Kafka», por Luís Gaspar e José Maria Lobo Antunes; «Brecht», por Paulo Claro, Inocêncio Nunes, José Marques, Pedro Abade,



Sara Caneira e Susana Santos; «Rijndners», por Isabel Muñoz Cardoso; «Jaime Salazar Sampaio», por António Simão, Joana Seixas e Pedro Assis; e «Álvaro Lapa», por João Meireles e Joaquim Horta. «Com o desejo de directamente se confrontarem com a palavra e o espaço.»

BAILADO

Espectáculos
na Amadora e em Braga

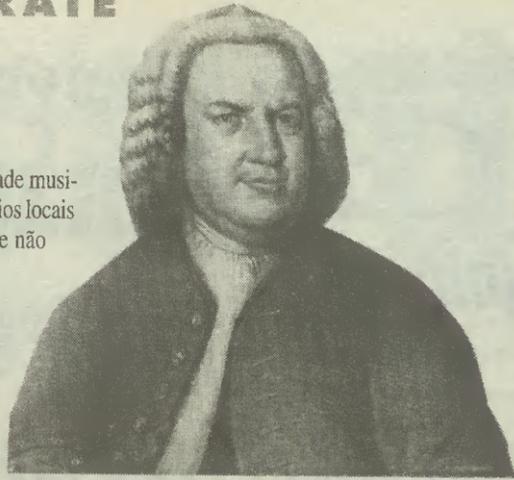
A Companhia Nacional de Bailado, retoma a sua temporada de 98/99 com quatro espectáculos que terão lugar na Amadora e em Braga. Assim, hoje, amanhã e depois (1, 2 e 3), pelas 21.30 e no dia 3 também às 16 horas, nos **Recreios da Amadora**, a companhia apresentará o seu segundo programa desta temporada constituído pelos bailados «Bomtempo», com coreografia de David Fielding e música de João Domingos Bomtempo e, ainda, cenografia de Henrique Andrade e figurinos de Nuno Gama; e «Llanto», uma encomenda do «Verão Musical de Segóvia»

no âmbito das comemorações do 1º. Centenário de Federico García Lorca, com cenografia de Rui Lopes Graça, música de Tomás Marco, cenografia de Henrique Andrade e figurinos de Nuno Gama. A orquestra será a **Metropolitana de Lisboa** sob a direcção de José Ramón Encinar. Já no dia 6, terça-feira, o programa será o número 3, no **Teatro Circo** de Braga, com «Cantoluso», coreografia de David Fielding, Rui Lopes Graça e Armando Maciel e música do espaço lusófono numa banda sonora coordenada por Carlos Martins.

Música
por todo o país

É de tal maneira profusa a actividade musical neste começo de temporada, em vários locais do país, que o nosso destaque de hoje não poderia deixar de ser outro.

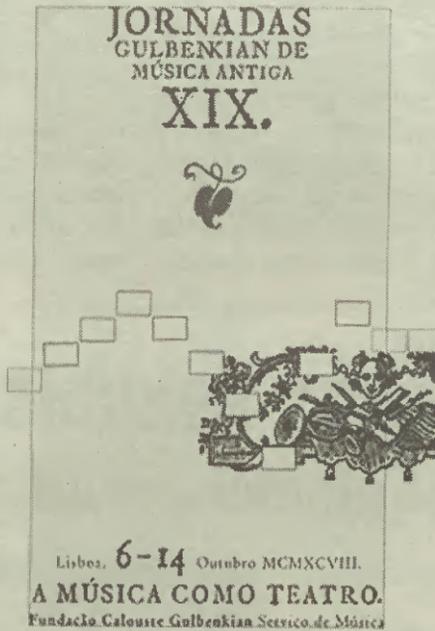
Por exemplo, na próxima terça-feira, 6, às 21.30, na **Academia das Ciências** (Lisboa), começam as **XIX Jornadas Gulbenkian de Música Antiga**. Os grupos **Hisperion XX** e **La Capella Reial de Catalunya**, sob a direcção de **Jordi Savall**, interpretarão um conjunto de peças subordinadas ao tema «Luzes e Sombras no Teatro Musical Espanhol do Século de Ouro» e obras de **Juan del Encina**. A solista



J. S. Bach (1685/1750)

nacional de Música daquela cidade, cujos concertos continuarão até 31 do corrente. No próprio sábado, às 20.30, a inauguração do festival terá lugar na **Basilica**, com a chamada «Sagração da Basilica de Mafra» (cerimónia baseada na de 1730) com a audição de obras de **D. Scarlatti**, **João Rodrigues Esteves**, **Francisco António d' Almeida**, **Palestrina**, **Victoria** e outros, pelo **Coro de Câmara de Lisboa**, dirigido por **Teresita Gutierrez Marques**, e pelo **Coro Gregoriano de Lisboa**, dirigido por **Maria Helena Pires de Matos**; no domingo, 4, às 17.30, na **Biblioteca**, o **Grupo Vocal Olisipo** com a colaboração de outros solistas e instrumentistas apresentará uma versão de concerto de «Venus and Adonis» sob a direcção artística de **Richard Gwilt** e **Jill Feldman**.

Entretanto, em Évora, nos próximos dias 3, 4 e 5 de Outubro, realizam-se as **I Jornadas Internacionais «Escola de Música da Sé de Évora»**, nos quais se pretende divulgar o espólio daquela Escola (séculos XVI e XVII). A entidade organizadora é a **Eborae Música** com o apoio da **Câmara Municipal de Évora**, **Universidade de Évora**, do **Cabido da Sé** e da **Região de Turismo** desta cidade.



será **Montserrat Figueras**. Na quarta-feira, 7, pelas 21.30, no **Palácio de Queluz**, o grupo **Capela Real**, com **Anton Steck** (violino e direcção), **Barbara Schlick** (soprano) e **Stephen Bull** (violino), levará a cabo um concerto intitulado «Em Torno da Ópera Barroca Italiana», com obras de **Locatelli**, **Pergolesi**, **Vivaldi** e **J. S. Bach**. Antes, na terça-feira, 6, às 18.30, no **Auditório Dois** da **FCC**, o musicólogo **Rui Vieira Nery** proferirá uma conferência intitulada «Do Drama com Música ao Drama por Música».

Mas é já neste próximo sábado que começará em Mafra o **II Festival Inter-**



Jordi Savall

OUTRAS MÚSICAS

No Teatro Académico
de Gil Vicente

Recomeçam as actividades culturais nesta instalação artística da **Universidade de Coimbra**. Nestes próximos dias, o destaque vai para o concerto pelo duo **Maria João-Mário Laginha**, hoje à noite, pelas 21.45; «Canções Para Cuba», um espectáculo que conta com a participação de **Luís Repre-**

sas, **Jorge Palma**, **Paul Vaz de Carvalho**, **Schola Cantorum**, **Brigada Victor Jara** e **GEFAC**, amanhã, pelas 21.45; e «Mr. Jelly's Jam Band», com música de **Michael Nyman**, libreto de **Christopher Rawlence** e encenação de **Jorge Listopad**, na segunda-feira às 21.45.



LIVROS

António Teixeira e Castro, sobrinho

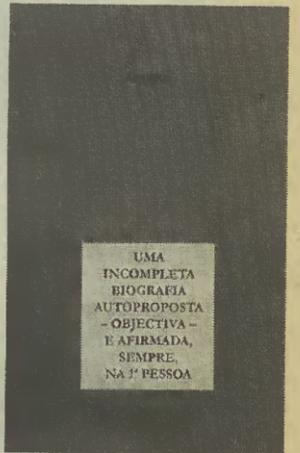
UM SILÊNCIO QUASE HUMANO



POESIA

Um Silêncio
Quase Humano

Ofereça a Si e aos Amigos um Pouco de Poesia, diz uma cinta em redor deste livro de **António Teixeira e Castro, sobrinho**. **Um Silêncio Quase Humano**, que o poeta «pré-lançou» na Festa do «Avante!», publicado na colecção *palavra em mutação* é o segundo livro do autor, que já viu há dois anos sair, na **Campo das Letras**, **A Desventura do Sentido** e, segundo anuncia em badana, não lhe faltam projectos e obra aguardando publicação. O primeiro livro recebeu, nomeadamente na revista *Vértice*, excelente acolhimento - foi considerado «um dos livros essenciais» de 1996. Este **Silêncio**, a que o seu prefaciador chama «opúsculo breve», proporciona ao leitor «um pouco de poesia» a deixá-lo aguardando mais versos. Uma poesia que se «inscreve por filosofia num realismo urbano expresso em pequenos poemas», como adverte ainda **Carlos Saraiva Pinto**, introduzindo a obra.

Uma Incompleta
Biografia...

O título é mais extenso do que aquele que acima referenciamos. Retomêmo-lo: **Uma Incompleta Biografia Auto-proposta - Objectiva - e Afir-mada, Sempre, na 1ª Pessoa**. Livro breve para tão longo título, poderá pensar-se. Mas vai-se a ver, vai-se a ler e na **Poesia** deste autor se justifica o nome dado ao livro. **Xico Braga** - que «não nasceu na Azambuja donde se sente natural», vem à primeira pessoa e à primeira palavra, dizer um *eu* que não se autocontempla mas se dispõe aos outros e ao mundo, falar em largos versos de um mundo não apenas sonhado mas vivido, em que despontam experiências e reflexões, atravessando o social e o lírico, evocando o passado e lembrando que o futuro vem aí. Edição do autor.



ATALHE DE FOICE

O trigo, o joio e a CAP

Para quem não se lembre ou não saiba, a CAP tem a idade do reaccionarismo caceteiro que se foi organizando contra a Revolução de Abril.

Aliás, não foi por acaso que a CAP, nos seus primórdios e quase instantaneamente, viu a sua sigla popularmente rebaptizada por «Confederação dos Agrários de Portugal».

Só muitos anos de branqueamento e manipulação patrocinados pelas altas esferas do poder em Portugal lograram mergulhar no limbo do esquecimento o opróbio deste onomástico.

Todavia, é da Química elementar que a substância dos materiais não se altera só porque se lhes desajusta o nome. Pelo que a CAP continua a ser o que sempre foi - uma agremiação ao serviço dos grandes agrários. Ainda para quem não se lembre ou não saiba, a CAP começou por ser um instrumento de agressão à Reforma Agrária.

Tempos extraordinários esses, onde de um lado se via dezenas de milhares de operários agrícolas a desbravar com o seu trabalho, em nome do Estado português, as imensidões do latifúndio que décadas de absentismo afundaram na miséria sócio-económica, e do outro se agitavam os «protestos» dos títeres da CAP em nome dos agrários exactamente responsáveis por décadas de incompetência empresarial e fome generalizada nos campos transtaganos.

Um dia, há-de ser feito o balanço desta Reforma Agrária em Portugal, onde se apurará no rigor dos números, dos factos e do distanciamento histórico, as razões por que ela erradicou o desemprego endémico e a fome atávica dos campos do latifúndio e revolucionou a actividade agrícola em Portugal com a introdução de novas culturas, da gestão planificada que caracteriza a agricultura moderna, da análise produtiva dos solos, da racionalização dos recursos, do apetrechamento tecnológico, da modernização dos métodos de exploração, do investimento estratégico, etc., etc., lançando as bases do que de melhor e mais inovador (ainda) se faz hoje nos campos portugueses.

Nessa história, a CAP terá a citação que merece: a de instrumento da restauração da miséria do latifúndio, protegido e utilizado por todos os poderes que foram urdindo a neutralização das conquistas que deram corpo ao Portugal de Abril.

Entretanto, a CAP foi singrando à sombra do poder como a «organização de agricultores» que todos os governos escolhiam como único «representante» do país rural, ignorando sistematicamente os agricultores esmagadoramente associados noutras organizações. Neste negócio, os sucessivos governos e a CAP foram trocando os favores que cada um esperava do outro: os governos, obtendo o «apoio dos agricultores» à sua política de desarticulação da agricultura em nome da União Europeia; a CAP, embolsando o grosso dos subsídios comunitários de compensação.

Como a CNA já denunciou, foi exactamente a voracidade pelos fundos comunitários que levou a CAP à sua actual «guerra agrícola» onde, notoriamente, não critica a desastrosa política do Governo, regou por mais subsídios, não luta pelos agricultores em geral, labuta pelos seus privilégios particulares.

Não é, mais uma vez, por acaso que os protestos encabeçados pela CAP se têm saldado num fracasso, a mostrar cruamente que, se os trabalhadores dos campos têm todas as razões para lutar contra a política agrícola do Governo, não têm nenhuma para seguir a liderança de quem sempre com o Governo manobrou para os enganar. É este o saldo de Ourique e derivados, onde se fizeram duas separações do trigo e do joio.

A primeira, mostrando que o trigo «dialogante» do Governo PS não passa do velho joio das bastonadas. A segunda, mostrando que o trigo da representatividade da CAP não passa do burlesco joio da demagogia. Como sempre foi.

■ Henrique Custódio

Regionalização Votar SIM no referendo

Declaração de Álvaro Cunhal



1. Prosseguindo especulações já anteriormente difundidas em diversos órgãos de comunicação social, um recente tempo de antena do PSD, inserido na actual campanha pelo "Não" no próximo referendo de 8 de Novembro, cita com certo relevo o meu nome como de pessoa contrária à regionalização. O caso mostra como, na sua campanha, o PSD, tal como o CDS-PP e outras forças de direita utilizam argumen-

tos e meios sem qualquer escrúpulo.

Para pôr fim a tais especulações, cujo objectivo é criar dúvidas e confusões, creio ser útil tornar pública a presente declaração.

2. Em conformidade com a orientação estabelecida, é uma das tarefas centrais que se coloca a todos os membros do PCP a participação própria e a mobilização de vontades e energias na

campanha do Partido pelo "Sim" no próximo referendo.

3. A campanha pelo "Não" de PSD, CDS/PP e outras forças de direita é simultaneamente uma campanha que visa provocar larga abstenção. Fazendo frente a esse objectivo, não basta estar pelo "SIM", mas importa votar e ganhar o eleitorado para votar.

4. Votar "SIM" no referendo de 8 de Novembro é lutar, ultrapassando previsíveis dificuldades e obstáculos, para que, com a criação das regiões, a Descentralização, a Democratização e o Desenvolvimento, com o reforço do poder municipal democrático, sejam ulteriormente assegurados como elementos necessários ao reforço do regime democrático português.

Direitos Sexuais e Reprodutivos Colóquio/debate na Amadora

«Direitos sexuais e reprodutivos e a mulher portuguesa» é o tema de um colóquio/debate que irá decorrer este sábado, dia 3, pelas 16 horas, no Recreios da Amadora, uma iniciativa do Grupo de Trabalho «Direitos sexuais e reprodutivos» das ONGs do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).

São objectivos deste colóquio/debate, promover a divulgação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e ajudar a clarificar ideias que lhes estão associadas; clarificar e informar sobre os diferentes



rado por Noélia Oliveira, do Grupo de Trabalho «Direitos Sexuais e Reprodutivos».

Serviços que, neste âmbito, já estão disponíveis.

O tema do colóquio será desdobrado pelas áreas de Planeamento Familiar, com Albino Aroso, Jovens (Maria do Carmo Marcelino), na perspectiva do Jurista (Eduarda Maia Costa), Movimentos de Mulheres (Luísa Amorim), Medicina Familiar (Arlete Rodrigues), Serviços de Saúde (Beatriz Calado).

O colóquio será mode-

IP5

PCP requer debate de urgência

Ao abrigo do artigo 77º do Regimento, o grupo Parlamentar do PCP requereu ao Presidente da Assembleia da República, na passada segunda-feira, a realização de um debate de urgência sobre «A situação de segurança nas estradas portuguesas, particularmente no IP5», conhecido pela «estrada da morte».

O requerimento surge na sequência da «gravíssima» situação das estradas portuguesas em matéria de segurança e ao «número elevadíssimo de acidentes mortais e de feridos» que aí se verificam.

Entretanto, uma petição dirigida à Assembleia da República e subscrita por um grupo de amigos da família de Joana, de cinco anos, neta do actor Jacinto Ramos, vítima precisamente no IP5, no passado dia 28 de Agosto, exige aos deputados «medidas urgentes para

que mais pais não tenham de chorar outras mortes de crianças inocentes.»

De facto, o IP5 é célebre pelos traçados mal feitos, pelas acentuadas diferenças de relevo e pelas deficiências de sinalização, que o tornam particularmente perigoso, designadamente quando de ultrapassagens em zonas demasiado inclinadas.

Os abaixo-assinados exigem ainda a proibição da circulação de veículos pesados nos troços perigosos do IP5; o início das obras de correcção do traçado; a construção ou adequação de vias alternativas e paralelas ao IP5 na região da Beira Alta, para escoamento do tráfego de pesados; a adopção de um sistema de fiscalização generalizado a todo o País e a revisão dos limites de velocidade para todo o tipo de veículos.

Madeira

Atlantis vai ser demolido

O PCP/Madeira repudiou a decisão anunciada pelos presidentes da ANA, EP e ANAM, de demolir o hotel Atlantis. Em comunicado de imprensa, divulgado na passada terça-feira, os comunistas acusam os Governos Regional e da República de esconderem deliberadamente dos trabalhadores a situação.

De facto, possuindo o Governo Regional um administrador delegado na ANAM, há largos meses conhecia a decisão agora tornada pública.

Para o PCP, o arrastamento por tão longo período deste problema - procurando manipular os trabalhadores do hotel Atlantis e a opinião pública -, revela bem a «hipocrisia» e «demagogia» das posições dos Governos do PS e do PSD.

Os trabalhadores perdem os seus postos de trabalho e a actividade económica na Região sai derrotada, ou seja, «ganham os empresários, perderam os trabalhadores e a Região», acusa o PCP, para quem aqueles partidos mais uma vez mostraram «de que lado da barricada estão e quem são os seus amigos.»



5 603199 000445